



SEMINÁRIO DE ALTERNATIVAS POLÍTICAS
PARA O MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
22 de março a 21 de abril de 1985

O PT na Luta Contra o Desemprego

O PT quer ouvir do povo e das autoridades, uma opinião sobre as propostas políticas que os petistas formularam no Seminário de Alternativas Políticas para o Município de São Paulo.

Por isso organizamos um "DEBATE PÚBLICO" sobre a situação do desemprego e a luta do trabalhador desempregado.

Convidamos os trabalhadores desempregados, o povo em geral, os partidos políticos, a CUT e a CONCLAT, para participarem deste debate.

**A LUTA CONTRA O DESEMPREGO
É DE TODOS NÓS**

Compareça !

DIA: 13 DE ABRIL - SÁBADO

HORA: 14:00 HORAS

LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

VIADUTO JACAREÍ, 100 - 10º ANDAR



Partido dos Trabalhadores

G.T. sobre Desemprego

RELATÓRIO DOS TRABALHOS

SEMINÁRIO DE ALTERNATIVAS POLÍTICAS PARA O MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

1. DIAGNÓSTICO

O problema do desemprego é consequência da política econômica do governo federal e exige respostas do nosso Partido a nível nacional: a luta pela reforma agrária, pelo rompimento com o FMI e pelo não pagamento da dívida externa, a luta pelo salário desemprego, pela estabilidade no emprego e pelas 40 horas semanais sem redução do salário. Estas lutas todas não acabarão com o desemprego no Brasil de hoje, porque o capitalismo precisa do desemprego para rebaixar os salários de quem trabalha.

Mas, se a questão do desemprego, enquanto política de governo tem a dimensão nacional. O problema dos desempregados é urgente e local. Eles vêm se organizando em comitês de luta contra o desemprego na cidade de São Paulo e em outras cidades, e suas principais reivindicações são:

- . frentes de trabalho voltadas para a limpeza de córregos e bueiros (para o combate às enchentes) para o plantio de árvores, saneamento básico, programas de habitação popular, etc.
- . passe-desemprego sem repasse nas tarifas de ônibus.
- . isenção de impostos municipais.
- . isenção de pagamento das contas de água e luz.
- . cestas de alimentos.
- . hortas comunitárias em terrenos públicos vazios com apoio da prefeitura.
- . formação de cooperativas para a produção de bens e serviços populares essenciais com o apoio financeiro do município, para absorver iniciativas de trabalhadores desempregados.

Na discussão, houve o entendimento que as reivindicações concretas e imediatas do movimento de luta contra o desemprego e a conquista de vitórias é o que permite a aglutinação dos desempregados e sua organização em movimento, sendo este o espaço em que se dá a politização dos participantes e o envolvimento dos trabalhadores desempregados nas questões da política nacional. Neste sentido é fundamental estreitar os vínculos entre os comitês de luta contra o desemprego e os 242 grupos de solidariedade da Associação Paulista de Solidariedade no Desemprego, que hoje reúnem cerca de 10.000 trabalhadores. São estes vínculos, esta aproximação que permitirão maior politização destes grupos de solidariedade, cuja proposta original possui um caráter extremamente assistencialista.

A politização é essencial porque a situação dos desempregados só se resolve com luta e organização popular uma vez que o governo nada tem feito para enfrentar esse gravíssimo problema social.

Daí porque se torna fundamental ao movimento de luta contra o desemprego conquistar a solidariedade e o apoio ativo dos movimentos populares, do movimento operário e sindical e de toda a sociedade, integrando-se também nas demais lutas da classe trabalhadora.

Discutiu-se também que as questões do emprego e do salário são questões mais ligadas às práticas do movimento operário e sindical e que o movimento de luta contra o desemprego deve forçar o reconhecimento por parte dos sindicatos e da CUT, de suas lutas e sua importância política como lutas do movimento operário e sindical, que devem ser assumidas pelos sindicatos em todos os níveis, por exemplo, incluindo suas reivindicações nos acordos de campanha salarial e não considerando - como ocorre hoje - o desempregado como uma baixa entre os associados do sindicato.

2. O PT, A QUESTÃO DO DESEMPREGO E O MOVIMENTO DE LUTA CONTRA O DESEMPREGO

Ao Partido dos Trabalhadores não cabe apenas apoiar as lutas dos desempregados, como aliás já vem fazendo em todas ocasiões.

Hoje, a principal contribuição do PT para o Movimento dos Desempregados está na elaboração de propostas políticas para o movimento, na formação política de seus integrantes.

Para isso, propomos a criação de uma Comissão que reúna os petistas que militam no Movimento dos Desempregados. Esta Comissão terá como objetivos elaborar propostas políticas de continuidade da luta dos desempregados; preocupar-se com a formação política dos participantes deste Movimento (coletando informações sobre as políticas de governo, refletindo sobre as práticas do movimento, socializando as

experiências de organização e de lutas); propor ao PT uma linha de atuação respaldada pelo movimento, para sua prática parlamentar e suas campanhas políticas, sempre respeitando a autonomia do movimento.

Houve 2 propostas quanto à ligação desta Comissão às instâncias do partido:

1. que a Comissão seja parte da Secretaria Sindical;
2. que a Comissão seja parte da Comissão de Movimentos Populares, por ser um Movimento Popular.

A proposta majoritária foi a de número 1.

O trabalho desta Comissão, seria também o de levar o debate sobre a questão do desemprego e do Movimento dos Desempregados nas instâncias partidárias, priorizando a realização de reuniões a nível de sub-regiões e o engajamento dos petistas no movimento, na formação dos Comitês de luta nos bairros.

O PT, através desta Comissão e da Secretaria Sindical, deve apoiar o movimento de luta contra o desemprego nos seus esforços por abrir espaços nos sindicatos e na CUT e forçá-las a assumir a luta dos desempregados.

O PT deve produzir material de propaganda política de luta contra o desemprego (cartazes, panfletos, etc.), para uma campanha de rua e incluir no próximo programa estadual de TV, um quadro sobre a atuação do PT na luta contra o desemprego.

O PT, enquanto partido político, com representantes no parlamento, deve cobrar do governo as medidas políticas necessárias para desenvolver uma política de emprego e as reformas necessárias para enfrentar esse problema: reforma agrária, bancária, etc.

Outras propostas que surgiram no Seminário:

- . garantir a utilização do INAMPS e INPS aos desempregados por um prazo excedente a 1 ano;
- . garantir a contagem, para fins de aposentadoria, do tempo em que o trabalhador se encontra desempregado.
- . propor ao governo municipal a criação de cursos profissionalizantes nos bairros que rompa com os critérios de seleção utilizados pelos cursos oferecidos pelas empresas (SENAI, por exemplo);
- . derrubar a lei municipal que impede a contratação direta pela prefeitura de mão-de-obra local;
- . impulsionar a formação dos Conselhos Populares e outras formas de controle sobre o poder público e as políticas que poderão re

- sultar em frentes de trabalho no âmbito municipal;
- . acabar com as agências de emprego de trabalho temporário que colocam seus contratados nas empresas clientes e exploram o trabalhador, pagando muito menos do que recebem pelo seu trabalho;
- . participar na definição das políticas de emprego e controlar as instâncias do governo de colocação de mão-de-obra, especialmente o SINE - Sistema Nacional de Emprego
- . que a seleção de pessoal para novas contratações das firmas sejam durante o horário comercial, ou seja, das 8:00 às 17:00 horas.

IVº ENCONTRO NACIONAL DA
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS
Águas de São Pedro, SP, 07-11 de outubro de 1984

O EMPREGO: DIMENSÕES DA CRISE

Annez Andraus TROYANO
Jorge Eduardo L. MATTOSO
Marise Pimenta HOFFMANN

O EMPREGO: DIMENSÕES DA CRISE*

Annez Andraus TROYANO (DIEESE/SEADE)

Jorge Eduardo L. MATTOSO (DIEESE/PUC-SP)

Marise Pimenta HOFFMANN (SEADE)

1. INTRODUÇÃO

Até os dias atuais, no Brasil, emprego e renda são considerados pelo Estado e por significativos segmentos da sociedade civil como determinados exclusivamente pelos níveis de investimento da economia. Este entendimento implícito e simplista de que a geração de emprego é meramente decorrente do crescimento econômico faz com que, às questões do emprego não sejam destinadas políticas próprias e delegue-se à economia a responsabilidade de assegurar o emprego e a renda a todo cidadão.

Na grande maioria dos países capitalistas desenvolvidos - e em vários subdesenvolvidos também - há muitas décadas concebe-se o desemprego como um fenômeno inerente ao funcionamento da economia capitalista, seja em momentos de expansão ou de crise. Na impossibilidade, portanto, da economia assegurar o emprego a todos, foi dado ao Estado a responsabilidade de assegurar o emprego e/ou a renda de seus cidadãos, seja através de Políticas Sociais e de Emprego de médio e longo prazo, seja através de Políticas Emergenciais.

No Brasil - economia de desenvolvimento capitalista tardio - o mercado de trabalho assume também outras características. Se por um lado, o desemprego também passa a ser resultado do próprio desenvolvimento do capitalismo, por outro lado, as características estruturais próprias deste desenvolvimento tardio mantem um mercado de trabalho heterogêneo e complexo aonde se configu-

* Trabalho apresentado ao IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais da Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP.
Águas de São Pedro, São Paulo, outubro de 1984.

ram situações ambíguas de ocupação e desemprego, ao mesmo tempo em que se mantem a pobreza e a miséria. Assim, apesar do extraordinário crescimento econômico verificado nas últimas décadas - e, particularmente, na de 70 seu efeito dinamizador não foi suficiente para homogeneizar o mercado de trabalho e garantir, parí passu, a absorção da crescente mão-de-obra disponível e a redução qualitativa dos níveis de subemprego e pobreza.

A manutenção do que se convencionou chamar de desemprego estrutural, conjuntamente com a inexistência de Políticas Sociais e de Emprego por parte dos poderes públicos em seus diferentes níveis, torna qualquer crise muito mais dramática e seus efeitos muito mais profundos sobre o conjunto da população brasileira. De fato, a ampliação da crise a partir de 1979, quando do início da implementação das políticas governamentais pró-recessão das atividades produtivas, tem tido consequências não apenas na evolução do emprego e no crescimento das taxas de desemprego mas, sobretudo, no agravamento das já deterioradas condições de vida e de trabalho.

Com o objetivo de desenvolver a análise deste período (1979-1983) optou-se pela utilização da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD - para os anos limites e da Pesquisa de "Emprego e Desemprego na Grande São Paulo" realizada pelo DIEESE entre 1981 e 1983. (1)

2. CRISE E EMPREGO

2.1 A ocupação em tempo de crise

Os índices oficiais de desemprego em função da divulgação parcial dos dados coletados, mas, basicamente pela concepção teórica e metodológica inadequada a uma economia como a brasileira, tem sistematicamente menosprezado os

(1) A pesquisa da Fundação SEADE/DIEESE, iniciada em 1984 e cujos dados preliminares ainda não foram tornados públicos, dá continuidade à pesquisa do DIEESE e, constitui em significativo avanço em direção à definição de conceitos mais elaborados e adaptados à realidade do mercado de trabalho brasileiro. Neste sentido, apresenta-se ao final do trabalho, um Anexo Método lógico com os principais conceitos da Pesquisa do DIEESE, e da Fundação SEADE/DIEESE.

efeitos da crise sobre o emprego. Na realidade, tendo em vista seu conceito ex tremadamente restritivo de desemprego - adaptado à realidade dos países capita listas desenvolvidos - estas pesquisas tem superestimado o nível de emprego global em detrimento de uma identificação mais precisa de uma estrutura produ tiva e ocupacional heterogênea e bastante complexa.

Trata-se, portanto, mais de pesquisas de ocupação que propriamente de emprego/desemprego. Por isso, na análise deverá valorizar-se, sobretudo, o comportamento qualitativo e as mudanças no interior da ocupação no período da crise, já que as taxas de desemprego/emprego não traduzem a realidade de forma satisfatória.

Dadas as concepções teóricas e metodológicas adotadas, a superestima ção dos níveis de ocupação tendem a ocultar o real desempenho do mercado de trabalho neste período caracterizado por aguda crise econômica.

Tomando-se como elemento de análise - para o Brasil, Estado de São Paulo e Grande São Paulo - a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD, realizada pela Fundação IBGE pode-se observar alguns dos impactos da crise so bre as condições de vida e de trabalho da população trabalhadora entre 1979 e 1983, pontos extremos do período.

Portanto, valorizando a análise qualitativa no interior da ocupação, observa-se que a ausência de Políticas Sociais e de Emprego aliada às necessi dades de luta pela sobrevivência familiar frente à crise geraram uma crescente inserção do trabalhador em atividades precárias, de auto ocupação, ou a "acei tação" de relações de emprego mais desfavoráveis.

A decomposição do emprego global por posição na ocupação (ver Tabela 1) indica um crescimento dos indivíduos que, sem vínculos de assalariamento, trabalham por conta própria. Este fenômeno, ainda que significativo tanto para o Brasil, quanto para o Estado de São Paulo e sua Área Metropolitana indica um crescimento bastante superior para o Estado e Grande São Paulo. Para o país, os conta própria cresceram 13,9% no período (2,6% a.a.), enquanto no Estado de São Paulo o incremento foi de 37,2% (6,5% a.a.), e na Área Metropolitana 28,6% (5,2% a.a.). Observa-se portanto, a relação entre as regiões industriais mais

Tabela 1

BRASIL - ESTADO DE SÃO PAULO E REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 1979-1983
Ocupados por Posição na Ocupação

Posição na Ocupação	Brasil				Estado de São Paulo				Região Metropolitana de São Paulo			
	1979	1983	1979-1983		1979	1983	1979-1983		1979	1983	1979-1983	
	(1000 Pessoas)	(1000 Pessoas)	Δ %	TxΔa.a. (1000 Pessoas)	(1000 Pessoas)	(1000 Pessoas)	Δ %	TxΔa.a. (1000 Pessoas)	(1000 Pessoas)	(1000 Pessoas)	Δ %	TxΔa.a. (1000 Pessoas)
TOTAL	44.164	48.466	9,7	1,9	9.820	11.230	14,4	2,7	5.173	5.635	8,9	1,7
Empregados	27.523	31.507	14,5	2,7	7.796	8.620	10,6	2,0	4.260	4.543	6,6	1,3
Conta Própria	9.623	10.962	13,9	2,6	1.268	1.740	37,2	6,5	625	804	28,6	5,2
Empregador	1.683	1.507	-10,5	-2,2	436	450	3,2	0,6	218	210	-3,7	-0,7
Não-remunerado	5.333	4.490	-15,8	-3,4	319	420	31,6	5,7	69(a)	78(a)	13,0	2,5
Sem Declaração	2				1							

FONTE: Fundação IBGE; PNAD 1979 e 1983

(a) estimado por diferença entre o total de ocupados e os ocupados com remuneração

avançadas e os efeitos mais intensivos e extensivos da crise econômica dos últimos anos.

Cabe assinalar que o trabalho não remunerado, normalmente de ajuda a pequenos negócios familiares, também cresceu significativamente. Entre 79 e 83 seu aumento foi de 31,6% (5,7% a.a.) para o Estado e de 13% (2,5% a.a.) para a Grande São Paulo ainda que tenha - pelas mesmas razões apontadas acima - evoluído negativamente a nível de Brasil.

A análise da composição setorial da ocupação confirma, por sua vez, a importância que vem adquirindo a auto-ocupação no desempenho do mercado de trabalho na crise.

Foram justamente aqueles setores que tradicionalmente mais absorvem os indivíduos em situação de auto-ocupação - comércio, serviços e mesmo a indústria da construção civil - que apresentaram maiores taxas de crescimento (ver Tabela 2). A indústria de transformação e a agricultura apresentaram - para o Brasil e Área Metropolitana de São Paulo - evolução negativa. Para o Brasil, a ocupação no setor agrícola decresceu 8,7% no período e na indústria de transformação 0,8%. Por sua vez, na Área Metropolitana, região de maior concentração industrial no país, a ocupação industrial caiu 11,2%. Aliás, a variação positiva observada no Estado de São Paulo deve-se não somente à época da pesquisa (setembro-dezembro) corresponder ao período de colheita mas, sobretudo, ao fato (também observado pelos índices e variações do nível de emprego do SINTE - SP) da situação do interior do Estado ser melhor, não apenas pelo desempenho privilegiado da agricultura como também pelo tipo de indústrias aí situadas (alimentos, têxteis, calçados, etc ...) sofrerem menos a crise ou estarem ligadas ao mercado externo.

A análise da evolução do emprego assalariado evidencia, por sua vez, uma rápida deterioração das relações de emprego existentes, não só para o país em seu conjunto, como também para o Estado e a Área Metropolitana de São Paulo. Aumenta a informalidade dos contratos de trabalho (medida pela ausência de carteira de trabalho) e cresce o peso relativo dos níveis inferiores de remuneração salarial.

Tabela 2

BRASIL - ESTADO DE SÃO PAULO E REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 1979-1983
Ocupados por Setor de Atividade

Setor de Atividade	Brasil				Estado de São Paulo				Região Metropolitana de São Paulo			
	1979	1983	1979-1983	TxΔa.a. %	1979	1983	1979-1983	TxΔa.a. %	1979	1983	1979-1983	TxΔa.a. %
	(1000 Pessoas)	(1000 Pessoas)	Δ%		(1000 Pessoas)	(1000 Pessoas)	(1000 Pessoas)		(1000 Pessoas)	(1000 Pessoas)	(1000 Pessoas)	
TOTAL	44.164	48.466	9,7	1,9	9.820	11.230	14,4	2,7	5.173	5.635	8,9	1,7
Agrícola	14.362	13.115	-8,7	-1,8	1.249	1.279	2,4	0,5	42	29	-31,0	-7,1
Indústria de Transformação	6.832	6.775	-0,8	-0,2	2.816	2.853	1,3	0,2	1.958	1.738	-11,2	-2,3
Construção	3.024	4.628	53,0	8,9	678	769	13,4	2,6	307	393	28,0	5,1
Outras Ativ. Industriais	677	890	31,5	5,6	141	149	5,7	1,1	67	69	2,9	0,6
Comércio	4.277	5.112	19,5	3,6	1.060	1.335	25,9	4,7	600	726	21,0	3,9
Serviços	6.694	7.893	17,9	3,3	1.618	2.120	31,0	5,5	889	1.117	25,6	5,7
Serviços Aux. Ativ. Econômicas	1.121	1.221	8,9	1,7	399	432	8,3	1,6	262	268	2,3	0,5
Transporte e Comunicações	1.646	1.778	8,0	1,5	433	516	20,8	3,6	242	296	22,3	4,1
Social	2.892	3.607	24,7	4,5	705	893	26,7	4,8	363	465	28,1	5,1
Adm. Pública	1.567	2.010	28,3	5,1	341	386	13,2	2,5	183	196	7,1	1,3
Outras Atividades	1.072	1.437	34,0	6,0	380	498	31,0	5,5	260	337	29,6	5,3

FONTE: Fundação IBGE; PNAD 1979 e 1983

Assim, para o conjunto do país, os empregados sem carteira de trabalho assinada, que correspondiam a 40% do total empregado em 1979, passam para 47,2% em 1983.

Em termos absolutos, esta situação afeta 15 milhões de empregados, ou seja, 3,8 milhões a mais que em 1979. Curiosamente, é praticamente igual ao número de novos empregos assalariados criados no período.

Por outro lado, esta situação é generalizada a todos os setores econômicos, afetando mais aqueles que registraram maior crescimento de ocupação. Destaca-se, nesse sentido, o grande aumento na construção civil, cujo peso relativo dos empregados sem carteira assinada passa de 31,9% em 1979 para 66,7% em 1983.

A nível do Estado de São Paulo e mesmo da Região Metropolitana a evolução é semelhante. Para o Estado, a participação relativa dos trabalhadores sem carteira de trabalho passa de 27,8% para 33,4% e na Área Metropolitana de 18,0% para 25,0%, de 1979 para 1983, respectivamente.

O aumento, não só relativo como absoluto, dos empregados sem carteira de trabalho afeta a todos os setores econômicos, mesmo aqueles - como a Indústria da Área Metropolitana - onde decresceu o nível de ocupação. Isto pode indicar a expansão do emprego assalariado em empresas não organizadas e/ou recontrações do trabalho assalariado em piores condições, aproveitando-se do aumento do desemprego e da conseqüente deteriorização das condições de barganha dos assalariados.

A tabela 3 especifica a evolução, para os diferentes setores econômicos, das porcentagens dos empregados sem carteira de trabalho para o Brasil, Estado e Área Metropolitana de São Paulo.

Os dados relativos às remunerações (Tabela 4) revelam, por sua parte, um aumento absoluto e relativo dos empregados que ganham menos ou até um salário mínimo, tanto para o total do país, quanto para o Estado e Área Metropolitana de São Paulo.

Tabela 3

BRASIL - ESTADO DE SÃO PAULO E REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 1979-1983
Empregados sem Carteira Assinada pelo Atual Empregador por Setor de Atividade

Setor de Atividade	Brasil						Estado de São Paulo						Região Metropolitana de São Paulo					
	1979		1983		1979		1983		1979		1983		1979		1983			
	Números Absolutos (1000 pes. soas)	%/Total Empre gados	Números Absolutos (1000 pes. soas)	%/Total Empre gados	Números Absolutos (1000 pes. soas)	%/Total Empre gados	Números Absolutos (1000 pes. soas)	%/Total Empre gados	Números Absolutos (1000 pes. soas)	%/Total Empre gados	Números Absolutos (1000 pes. soas)	%/Total Empre gados	Números Absolutos (1000 pes. soas)	%/Total Empre gados	Números Absolutos (1000 pes. soas)	%/Total Empre gados		
TOTAL	11.031	40,0	14.878	47,2	2.173	27,8	2.881	33,4	768	18,0	1.139	25,0	4.168	86,4	4.434	89,3		
Agrícola	766	12,6	929	15,8	203	7,6	261	9,7	109	5,8	138	8,3	704	31,9	2.439	66,7		
Indústria de Transformação	610	24,4	773	26,8	149	21,8	196	23,5	83	20,8	102	21,4	3.820	43,1	4.901	48,3		
Construção	816	52,1	1.134	56,4	176	51,6	272	70,5	108	59,0	162	82,7	147	9,6	268	13,5		
Comércio					32	6,7	39	6,5	20	6,5	25	6,5						
Serviços																		
Adm. Pública																		
Outras Atividades																		

FONTE: Fundação IBGE, PNAD 1979 e 1983

Tabela 4

BRASIL - ESTADO DE SÃO PAULO E REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 1979-1983

Empregados com Rendimento até um Salário Mínimo

Rendimentos Mensais	1979		1983	
	Números	%/Total	Números	%/Total
	Absolutos (1000 pessoas)	Empregados	Absolutos (1000 pessoas)	Empregados
BRASIL	9.665	35,2	12.213	39,7
Até 1/2 Salário Mínimo	3.105	11,3	4.934	19,5
Mais de 1/2 a 1 Salário Mínimo	6.560	23,9	7.279	20,2
ESTADO DE SÃO PAULO	1.407	18,1	1.772	20,6
Até 1/2 Salário Mínimo	351	4,5	414	4,8
Mais de 1/2 a 1 Salário Mínimo	1.056	13,6	1.358	15,8
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO				
Até 1 Salário Mínimo	401	9,4	530	11,7

FONTE: Fundação IBGE; PNAD 1979 e 1983

Considerando estes aspectos, evidencia-se que a expansão da ocupação deveu-se basicamente ao crescimento das atividades de auto-ocupação e de empregos precários e estes, em grande parte, sem a garantia dos direitos trabalhistas mínimos estabelecidos (carteira de trabalho e salário mínimo), mesmo para as regiões mais desenvolvidas como é o caso do Estado e Região Metropolitana de São Paulo. Recorde-se que esta situação responde à própria necessidade de sobrevivência da força de trabalho do país, que é levada, devido à deterioração do mercado de trabalho na crise econômica atual, a buscar e/ou aceitar qualquer "viração" ou situação de trabalho, ocultando assim parte dos efeitos da crise no nível de emprego/desemprego.

2.2 O Desemprego na crise - A pesquisa do DIEESE

A pesquisa de "Emprego e Desemprego na Grande São Paulo" realizada pelo DIEESE objetivou detectar o volume de desemprego e subemprego neste período de agravamento da crise econômica vivida pelo país (1981-1983)*

Dado o crescente interesse demonstrado pelos sindicatos de trabalhadores numa pesquisa que fosse capaz de expressar a realidade do mercado de trabalho brasileiro, o DIEESE partiu da concepção desenvolvida pelo PREALC (Programa Regional de Emprego para América Latina e Caribe da O.I.T.) avançando, porém, conceitualmente.

Para o DIEESE, a análise do problema do emprego e desemprego deve, necessariamente, levar em consideração as particularidades históricas de cada país, uma vez que a dinâmica de seu mercado de trabalho apresenta características específicas e diferenciadas segundo se trate de países capitalistas avançados ou de desenvolvimento tardio. "Nos primeiros, o fenômeno principal da ocupação da mão-de-obra é a flutuação do emprego relacionado com as fases do ciclo econômico ou com as situações de desequilíbrio decorrentes por exemplo de inovações tecnológicas e que tem geralmente um caráter transitório. Nos paí

* "Emprego e Desemprego na Grande São Paulo - Conceitos, Metodologia e Principais resultados (1981-1983)" in Pesquisa DIEESE, julho de 1984, DIEESE, São Paulo.

ses subdesenvolvidos, em especial nos de industrialização tardia como o Brasil, a esta dinâmica de emprego/desemprego, características das economias capitalistas, se soma uma outra situação de caráter mais permanente, derivada da incapacidade do setor industrial e atividades econômicas a ele vinculadas, de gerar oportunidades de emprego suficientes para absorver o alto crescimento da força de trabalho urbana nesses países".

Desta forma, para o DIEESE, nos países subdesenvolvidos, o problema da ocupação deve ser analisado não apenas em função do desemprego aberto, mas também através de outras formas de subutilização da mão-de-obra, ou seja, através do subemprego e do desemprego oculto.

Esta pesquisa avança conceitualmente ao assumir que o conceito de "desemprego" não se esgota na consideração apenas das variáveis "falta de emprego" e "procura de trabalho", implícitas no conceito de "desemprego aberto" clássico, adotado inclusive pelo PREALC. Pode haver uma situação de desemprego mesmo quando o trabalhador, por necessidade de sobrevivência, está simultaneamente "procurando trabalho no período de referência" e "exercendo um trabalho ocasional". Deve-se assinalar também que o DIEESE amplia o período de referência para procura de trabalho (habitualmente, uma semana). Nesse sentido, consegue captar aquela parcela dos trabalhadores desalentados, que, segundo critério mais em uso, seria caracterizada como inativa quando, na realidade, se trata de um contingente desempregado.

Antes de apresentar-se a análise dos dados captados pela Pesquisa do DIEESE, cabe ressaltar o patamar distinto em que se situam as taxas de desemprego do DIEESE e - enquanto continuidade - a da pesquisa atualmente desenvolvida pelo DIEESE em convênio com a Fundação SEADE, relativamente ao dados oficiais (PME/FIBGE).

Tabela 5

GRANDE SÃO PAULO

Taxas de desemprego

Período Instituições	Abril/ Maio, 83	Set. 82	Dez. 82	Março 83	Junho 83	Maio/Junho/ Julho 84
FIBGE	7,27	5,57	3,61	6,48	7,05	7,31
DIEESE	15,9	12,9	14,9	17,4	14,8	-
DIEESE/SEADE(1)	-	-	-	-	-	16,2

FONTES: PME/FIBGE; DIEESE e dados preliminares e parciais da Pesquisa de Emprego e Desemprego do DIEESE/SEADE.

(1) Dado parcial referente a 8 municípios da Grande São Paulo. A partir de outubro de 1984 a pesquisa abrangerá toda a Região Metropolitana com 3.000 domicílios/mês.

NOTA: O IBGE capta apenas a taxa de desemprego aberto. Assinale-se que, enquanto suas taxas tem oscilado em torno de 7%, nos países europeus tem-se verificado em 1983 um desemprego médio de 11,0% e taxas de desemprego entre 8% e 18% nos diversos países.

O DIEESE (1981 a 1983) e o DIEESE/SEADE em 1984 trabalham com uma taxa de desemprego global que, no caso dos 8 municípios da Grande São Paulo, de maio a julho de 1984 pode ser decomposta em taxa de desemprego aberto (10%), desempregados que tem procurado trabalho e tem realizado trabalhos precários (4%) e desempregados desalentados (2%).

Como pode ser observado no quadro anterior, este patamar ultrapassa em mais de duas vezes as taxas da Pesquisa Mensal de Emprego da FIBGE. Isto pode ser explicado, sobretudo, pela utilização de conceitos distintos, tendo as pesquisas do DIEESE e da Fundação SEADE/DIEESE realizado um grande esforço no sentido de romper a dicotomia ocupado/desempregado tal qual se observa nos países desenvolvidos e cuja metodologia foi aplicada indistintamente ao Brasil pelos órgãos oficiais. *

Quando se toma os anos extremos do período pesquisado (ver Tabela 6),

* Ver anexo metodológico.

Tabela 6

REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 1981 - 1982 - 1983

Distribuição da População Economicamente Ativa por Ocupados, Ocupados Subempregados e Desempregados

Condição de Ocupação	em %					
	Abril/Maio 1981	Setembro 1982	Dezembro 1982	Março 1983	Junho 1983	
ASSALARIADOS	63,5	62,0	65,3	62,9	65,3	
Assalariados	58,5	54,9	51,8	55,6	55,9	
Assalariados Subempregados	5,0	7,1	13,5	7,3	9,4	
NÃO ASSALARIADOS	18,5	23,1	18,7	18,2	18,3	
Não Assalariados	12,6	13,9	11,0	12,0	9,8	
Não Assalariados Subempregados	5,9	9,2	7,7	6,2	8,5	
TRABALHADORES FAMILIARES	2,1	2,0	1,1	1,4	1,5	
Trabalhadores Familiares	1,5	1,8	1,1	1,3	1,4	
Trabalhadores Familiares Subempregados	0,6	0,3	-	0,1	0,2	
OCUPADOS	84,1	87,1	85,1	82,6	85,2	
Ocupados	72,6	70,6	63,8	68,9	67,1	
Ocupados Subempregados	11,4	16,5	21,3	13,7	18,1	
DESEMPREGADOS	15,9	12,9	14,9	17,4	14,8	
TOTAL (PEA)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

FONTE: DIEESE

observa-se que entre 1981 e junho de 1983 as taxas estimadas para ocupados e desempregados não apresentam diferenças significativas mantendo-se praticamente nos mesmos níveis, 84,1% e 85,2% para ocupados e 15,9% e 14,8% para desempregados. Sabe-se, no entanto, que entre os dois polos - população ocupada e população desocupada - avoluma-se um contingente de indivíduos cuja ambiguidade não foi captada anteriormente pelas pesquisas domiciliares tradicionais. Com o agravamento da crise econômica e redução da oferta de empregos, a única saída que se oferece à população que busca trabalho é o refúgio em atividades precárias. A ausência de quaisquer Políticas Social e de Emprego impele estes trabalhadores - acudados pela sobrevivência - a um mercado de trabalho sem garantias legais e com baixa remuneração que se transforma assim, na única forma de enfrentar o desemprego.

Quando destacamos da população ocupada as pessoas que se encontram na condição de subemprego ou sub-remuneração, este fenômeno adquire maior nitidez (ver Gráfico 1). Enquanto as taxas de ocupados que não se encontram em condições de subemprego caem de 72,6% para 67,1%, as de subempregados crescem de 11,5% para 11,5% para 18,1% entre 1981 e 1983.

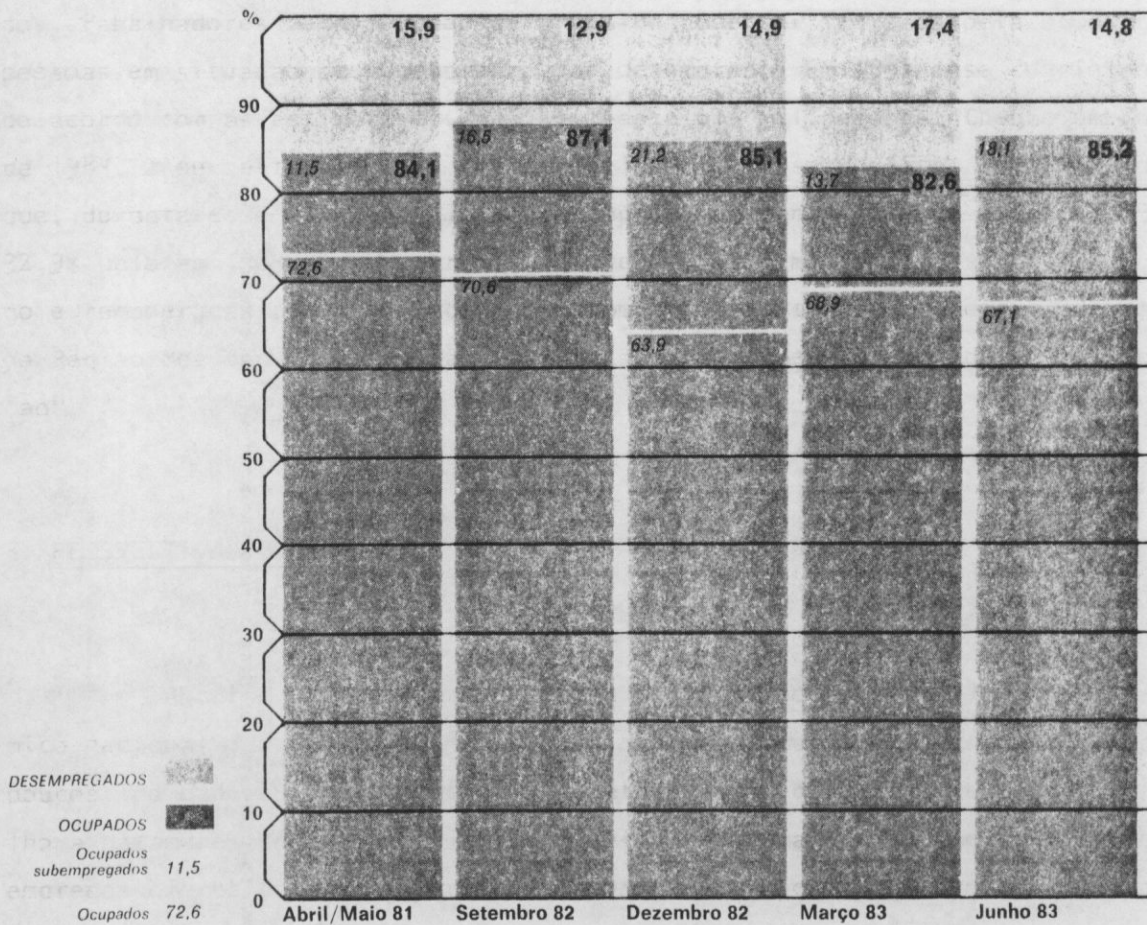
Este mesmo comportamento é observado quando se analisa a população ocupada por posição na ocupação, ou seja, enquanto assalariada e não assalariada.

"Estes dados evidenciam a necessidade de se incorporar os subempregados ou sub-remunerados à análise, para que se possa entender de forma mais adequada a questão do desemprego na Região Metropolitana de São Paulo. Assim, ao lado da taxa elevada de desemprego observada no período (15%), há que se considerar o elevado volume de subempregados acima mencionados. E, na medida em que estes dois conjuntos estão diretamente ligados ao volume da população ocupada, é importante que a análise desses dados seja de forma global". *

* Idem, *Ibidem*, pag. 35.

Gráfico 1

Região Metropolitana de São Paulo
 Distribuição da População Economicamente Ativa por Ocupados, Ocupados
 Subempregados e Desempregados
 1981 - 1982 - 1983



FONTE: DIEESE

A análise do Gráfico 1 caracterizaria um verdadeiro mecanismo compensador do refluxo da mão-de-obra empregada em atividades regulares para atividades sub-remuneradas.

Os dados referentes ao Pessoal Ocupado na Indústria de Transformação e nos serviços (Tabela 7) sugerem que grande parcela dos trabalhadores desempregados pelo setor industrial, no período analisado, se realoca na condição de

Tabela 7

REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 1981 - 1982 - 1983

Pessoas ocupadas na Indústria de Transformação e nos Serviços Segundo a Condição de Emprego e Subemprego em Relação ao Total de Ocupados

Setor de Atividade	Abril/Maio		Setembro		Dezembro		Março		Junho	
	1981	1982	1982	1982	1982	1983	1983	1983	1983	
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	39,5	34,8	35,7	36,8	39,1					
Ocupados	35,8	30,5	28,3	31,6	32,3					
Ocupados Subempregados	3,7	4,3	7,4	5,2	6,8					
SERVIÇOS	39,7	43,5	44,4	43,1	39,9					
Ocupados	33,0	31,9	32,4	35,3	31,5					
Ocupados Subempregados	6,7	11,6	12,0	7,8	8,4					
TOTAL (*)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0					
Ocupados	86,4	81,0	75,0	83,4	78,8					
Ocupados Subempregados	13,6	19,0	25,0	16,6	21,2					

FONTE: DIEESE

Obs: (*) Estão incluídos neste total também os ocupados dos demais setores de atividade econômica

subempregado ou sub-remunerado, principalmente no setor de serviços e, em menor proporção, no setor industrial.

Finalmente, o relatório da Pesquisa do DIEESE ressalta o evidente agravamento das condições de vida e de trabalho. "A precariedade da absorção dos trabalhadores pelo mercado de trabalho pode ser indicada pela proporção de pessoas em situação de subemprego e de desemprego. Em 1981 esse contingente era, de acordo com as estimativas, de 1 milhão e 611 mil pessoas. Chega, em junho de 1983, a ser estimado em 2 milhões e 122 mil pessoas. Estas cifras significam que, durante esse período, 27,3% da população economicamente ativa em 1981 e 32,9% dela em 1983 se encontram desempregados ou em precária situação de emprego e remuneração, evidenciando o agravamento da situação do mercado de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo e das condições de vida de sua população". *

3. PERSPECTIVAS DO EMPREGO

A crise e a recessão desatada pelos responsáveis pela política econômica nacional fez regredir, tal como é de conhecimento público e medido pelos poucos indicadores existentes, as já deterioradas condições de vida e de trabalho a patamares socialmente insuportáveis. Reduziram-se o número absoluto de empregos oferecidos na agricultura e na indústria de transformação. Os dados da FIESP para a indústria de transformação do Estado de São Paulo apontam um nível de emprego em 1983 equivalente ao verificado em 1973, ou seja, apesar do aumento da população, retroagimos 10 anos. Paralelamente, não sendo o crescimento dos outros setores inversamente proporcional, cresceram os índices de desemprego (cerca de 15% no período para a Grande São Paulo, ou seja, mais de 1,0 milhão de desempregados só na região). Por outro lado, não existindo quaisquer Políticas Sociais e de Emprego por parte do Estado em seus diferentes níveis, cresceu a participação de trabalhadores em situação de auto-ocupação ou que caem no desalento e desesperança. Aumentou o número de sub-remunerados e

* Idem, *Ibidem*, pg.37.

de indivíduos cujas fontes de renda situam-se à margem da Previdência Social.

No entanto, a crise ao desvendar a realidade do presente, como resultado do passado, abre o caminho para uma melhor percepção crítica do futuro. E, tudo leva a crer, o futuro para o emprego não será um mundo de milagres. Porque?

Em primeiro lugar, porque - mantido o atual modelo econômico - verifica-se que muitos anos de expansão econômica seriam necessários para que, após a crise, pudéssemos retomar os níveis de emprego de 1980. Cálculos da Secretaria de Planejamento (*) demonstram que supondo-se um crescimento de 6% ao ano, desde 1984, somente 10 anos depois, em 1994, alcançaríamos os níveis de emprego existentes em 1980. No entanto, nesta previsão não se encontram incorporados aqueles que ingressam a cada ano no mercado de trabalho. Sabe-se que apenas para incorporar os 1,7 milhões que atualmente entram na Força de Trabalho seriam necessárias taxas de crescimento anual do PIB de cerca de 8,7%. Assim, somente incrementos anuais acima de 8,7% do PIB permitiriam incorporar, além dos novos ingressantes, a parcela de desempregados e auto-ocupados gerados pela crise e pelas políticas recessivas do governo federal. Supondo-se que já a partir de 1984 a economia brasileira seja capaz de crescer aos níveis históricos (cerca de 7% do PIB ao ano), o número de desempregados alcançaria cerca de 10,0 milhões em 1990 (16,6% de desemprego) e mais de 14,4 milhões em 1995 (19,9% da PEA). Veja Tabela 8.

Em segundo lugar, porque mesmo supondo uma saída otimista à crise (via retomada do crescimento e reativação da indústria) já se observa - como nos países desenvolvidos - uma aceleração do processo de inovação tecnológica como consequência da própria crise. Este processo tem resultado em uma maior "racionalidade" das linhas de produção e em consequente aumento da produtividade. Por outro lado, estas inovações tecnológicas - dadas as características intrínsecas do desenvolvimento capitalista - já estão intensificando a tendência à redundância do trabalho vivo com crescente economia de trabalho e matérias

(*) SERRA, J. in a "Questão do desemprego", Secretaria de Planejamento do Estado de São Paulo, São Paulo, 1983.

Tabela 8
BRASIL - 1984-1985-1990-1995
Estimativa de Desemprego segundo Diferentes Taxas de Crescimento do PIB
(em mil pessoas)

	84	85	90	95
PEA	48.770	50.545	60.439	72.270
Desemprego		5.774	11.008	17.694
Desemprego		5.423	10.047	14.416
Desemprego		4.896	4.900	4.698

NOTA: A partir da PEA de 1980 (Censo) supõe-se: seu crescimento a taxas de 3,64% a.a., o desemprego em 1984 igual a 10%, para cada 1% do crescimento do PIB 0,4%, de crescimento do emprego

Hipótese 1: Taxa de crescimento do PIB = 5% a.a.

Hipótese 2: Taxa de crescimento do PIB = 7% a.a.

Hipótese 3: Taxa de crescimento do PIB = 10% a.a.

primas. Isto implica que, mesmo atingidos os níveis de crescimento da década de 70, pela alteração da relação produto/emprego, dificilmente teremos como resultado os mesmos níveis de emprego.

Finalmente, mas não menos importante, do ponto de vista da oferta de mão-de-obra, deverão manter-se elevados os níveis de crescimento da população urbana (que foi de nada menos de 4,44% ao ano, na década passada para o Brasil), e da PEA (3,64% ao ano no período), seja pela crescente participação de mulheres e jovens no mercado de trabalho, seja pelo efeito migratório.

Se esta é a situação atual e futura do mercado de trabalho, o que fazer então com esta massa crescente de indivíduos que ao encontrarem-se desempregados ou sub-ocupados perdem - justamente quando mais necessitam - o apoio do Estado (ao perderem o direito à Previdência Social e inexistir salário-desemprego) e de parcelas da Sociedade Civil (que consideram - ainda hoje - os desempregados como um caso de polícia, um pária ou, então, um mal necessário)?

No bojo da campanha popular pelas eleições diretas articulou-se um extraordinário consenso sobre a necessidade de uma política econômica expansiva. No entanto, ainda que uma política econômica anti-recessiva seja imprescindível - pelo menos para impedir que o atoleiro em que fomos jogados pelas autoridades econômicas federais se transforme em areia movediça permanente - não é suficiente.

A solução para o problema do desemprego não reside somente na ativação da economia. Este impasse, agravado por um modelo econômico que não atendeu aos interesses das mais amplas camadas da população brasileira - nem no período de expansão, muito menos na crise - deixa claro a necessidade de redefinir-se os rumos da economia brasileira.

As condições estruturais do mercado de trabalho e seu dramático agravamento pelas políticas recessivas impõem o reconhecimento, ainda que tardio, de que a economia capitalista não pode - nem a isso se propõe - resolver a questão do emprego. Em contrapartida, o Estado deverá intervir na questão de emprego. Como antes o foi a saúde, educação, habitação, transporte, etc ... hoje é

necessário que o emprego seja encarado como um direito de todo cidadão e -
ausência de condições puramente econômicas que tornem este direito realidade -
responsabilidade do Estado assegurá-lo, favorecendo a criação da demanda de
trabalho suplementar necessária e/ou garantindo a renda dos desempregados.*

Neste sentido, é fundamental, por um lado, a constituição de Políti-
cas Sociais e de Emprego de médio e longo prazo capazes de tornar aquele direi-
to uma realidade - a garantia do emprego e/ou a renda dos desempregados. Por
outro lado, dada a gravidade da deterioração das condições de vida e trabalho
da população brasileira tornam-se urgentes e necessárias Políticas Emergenci-
ais de Emprego. Afinal, não sem razão, aquele conhecido economista afirmava:
"A longo prazo todos estaremos mortos".

* Contrário a esta alternativa, o Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, ainda recentemente em Porto Alegre, reafirmou que não há no seu Ministério quais-
quer estudos sobre seguro-desemprego, pois a "solução para o emprego é a rea-
tivação da economia". In Jornal da Tarde de 24 de setembro de 1984.

ANEXO METODOLÓGICO

ANEXO METODOLÓGICO

(classificadas como desempregadas) vivem um trabalho ocasional de forma regular (classificadas como ocupadas). Incluem-se também as pessoas que se declararam desempregadas, estando procurando trabalho ou tendo procurado por mais de um ano e que não tenham nenhum tipo de trabalho regular. Este grupo de inativos agregou-se ainda os maiores de 10 anos.

Maiores detalhes, encontram-se na publicação da pesquisa "Desemprego na Grande São Paulo: conceitos, metodologia e principais resultados (1981-1983)", DIEESE, julho de 1984, São Paulo.

1. PRINCIPAIS CONCEITOS OPERACIONAIS DA PESQUISA DO DIEESE (1981-83)

ALGUNS CONCEITOS BÁSICOS: TAXA DE DESEMPREGO (DIEESE/FLUMINENSE/SEADE)

População em Idade Ativa (PIA):

Inclui todas as pessoas aptas para o trabalho quanto à condição etária, fixando-se o limite inferior em 10 anos e sem delimitação do limite superior.

Quanto à condição de trabalho essas pessoas se subdividem em três grupos: ocupados, desempregados e inativos.

População Economicamente Ativa (PEA):

Compõe-se do conjunto de pessoas de 10 anos e mais classificadas como ocupados e desempregados, segundo os critérios explicitados abaixo.

Ocupados:

Pessoas de 10 anos e mais que declararam haver trabalhado na semana anterior à entrevista. É considerado como trabalho, o exercício de uma atividade de qualquer natureza que gere algum rendimento, em termos monetários, de forma atual ou potencial.

A este grupo se agregou os que se declararam desempregados e que não procuraram trabalho na semana de referência, mas cujo tempo de procura de trabalho excedia um ano, tendo hoje um trabalho ocasional exercido de forma regular. Também são ocupados os que se declararam inativos e que fazem algum produto ou serviço remunerado de forma regular (bico), e que não procuraram traba-

Iho nos últimos 3 meses ou não desejam trabalho permanente.

Em síntese são ocupados:

- a. os que se declararam ocupados;
- b. os que se declararam desempregados, posteriormente classificados como ocupados por exercerem trabalho ocasional de forma regular e estarem procurando trabalho há mais de um ano;
- c. os que se declararam inativos, posteriormente classificados como ocupados por exercerem atividade remunerada regular e não terem procurado trabalho nos últimos três meses.

Desempregados:

Refere-se à parcela da PIA que se acha involuntariamente desprovida de um trabalho remunerado permanente, por falta de oportunidades atuais de emprego e que compete de forma real ou potencial no mercado de trabalho. Desta forma, pode ou não ter algum tipo de trabalho ocasional para viver. Entende-se por competição real no mercado de trabalho, aquela situação das pessoas que procuraram um trabalho ou negócio remunerado na semana de referência ou que não o fizeram por razões acidentais (enfermidade, espera de uma resposta etc.). A competição potencial se refere à situação daquelas pessoas que não procuraram trabalho ou negócio remunerado na semana de referência mas já o fizeram em período anterior e deixaram de procurar porque pensavam não encontrar.

No grupo de desempregados foram também incluídos os que se declararam inativos mas que desejariam um trabalho permanente ou que durasse grande parte do ano e que procuraram trabalho ou negócio remunerado nos últimos três meses.

Inativos

Refere-se aos indivíduos não aptos para o trabalho e parcela da PIA que não tem disponibilidade para um trabalho remunerado permanente ou ocasional exercido de forma regular. Estas pessoas, ao contrário dos desempregados, não competem no mercado de trabalho.

Concretamente são as pessoas de 10 anos e mais que se declararam inativas, excluindo-se aquelas que procuraram trabalho nos três meses anteriores

(classificadas como desempregados) e as que desenvolvem um trabalho ocasional de forma regular (classificadas como ocupados). Incluem-se também as pessoas que se declararam desempregadas, estando procurando trabalho ou negócio remunerado há mais de um ano e que não têm nenhum tipo de trabalho remunerado. Ao grupo de inativos agregam-se ainda os menores de 10 anos.

Maiores detalhes encontram-se na publicação da Pesquisa "Emprego e Desemprego na Grande São Paulo - conceitos, metodologia e principais resultados (1981-1983)", DIEESE, julho de 1984, São Paulo.

2. ALGUMAS DIFERENÇAS CONCEITUAIS: TAXA DE DESEMPREGO (DIEESE/FUNDAÇÃO SEADE) x TAXA DE DESOCUPAÇÃO (FUNDAÇÃO IBGE)

A Fundação IBGE não considera que a situação de desemprego, em países como o nosso, é mais complexa que a dos países desenvolvidos sendo frequente as associações de procura de emprego com a realização de trabalhos precários.

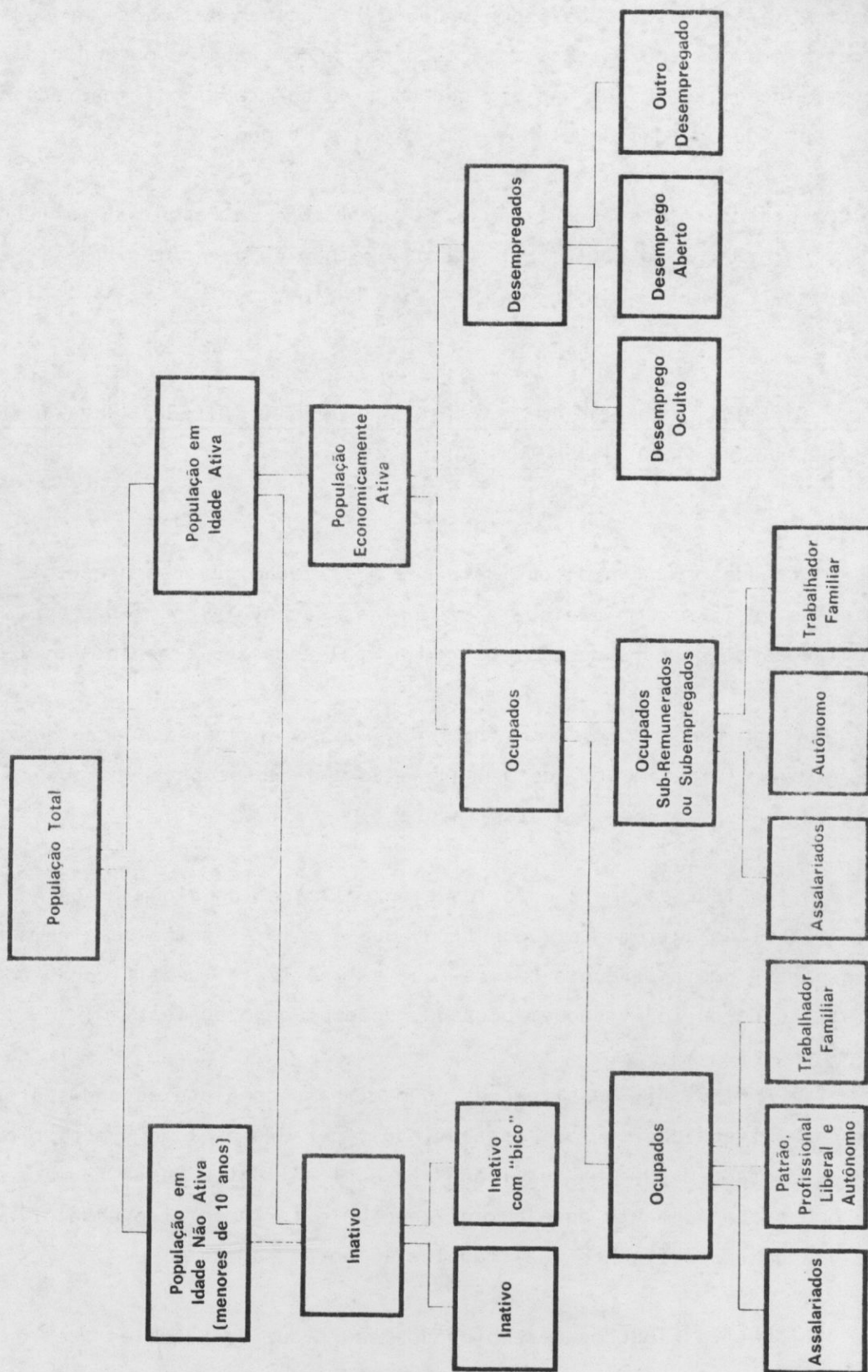
Por não reconhecer esta premissa, pode-se afirmar que a pesquisa da FIBGE é mais um levantamento que mensura a taxa de desocupação do que de desemprego. Isto em função dos seguintes fatores:

1º) A FIBGE dá ampla prioridade à realização de algum trabalho, definindo-o em sentido extremamente genérico, quase como sinônimo de alguma ocupação. É a partir desta pergunta básica, que se realiza a identificação da condição de atividade do indivíduo em ocupado, desempregado ou inativo;

2º) A FIBGE nivela situações ocupacionais completamente díspares, equiparando o trabalho regular (assalariados, por exemplo) ao trabalho precário (bicos) e também àqueles realizados excepcionalmente. Desta forma, é considerado como trabalho tanto aquele realizado pelo ferramenteiro assalariado como o de uma dama beneficente que trabalhe 15 horas semanais;

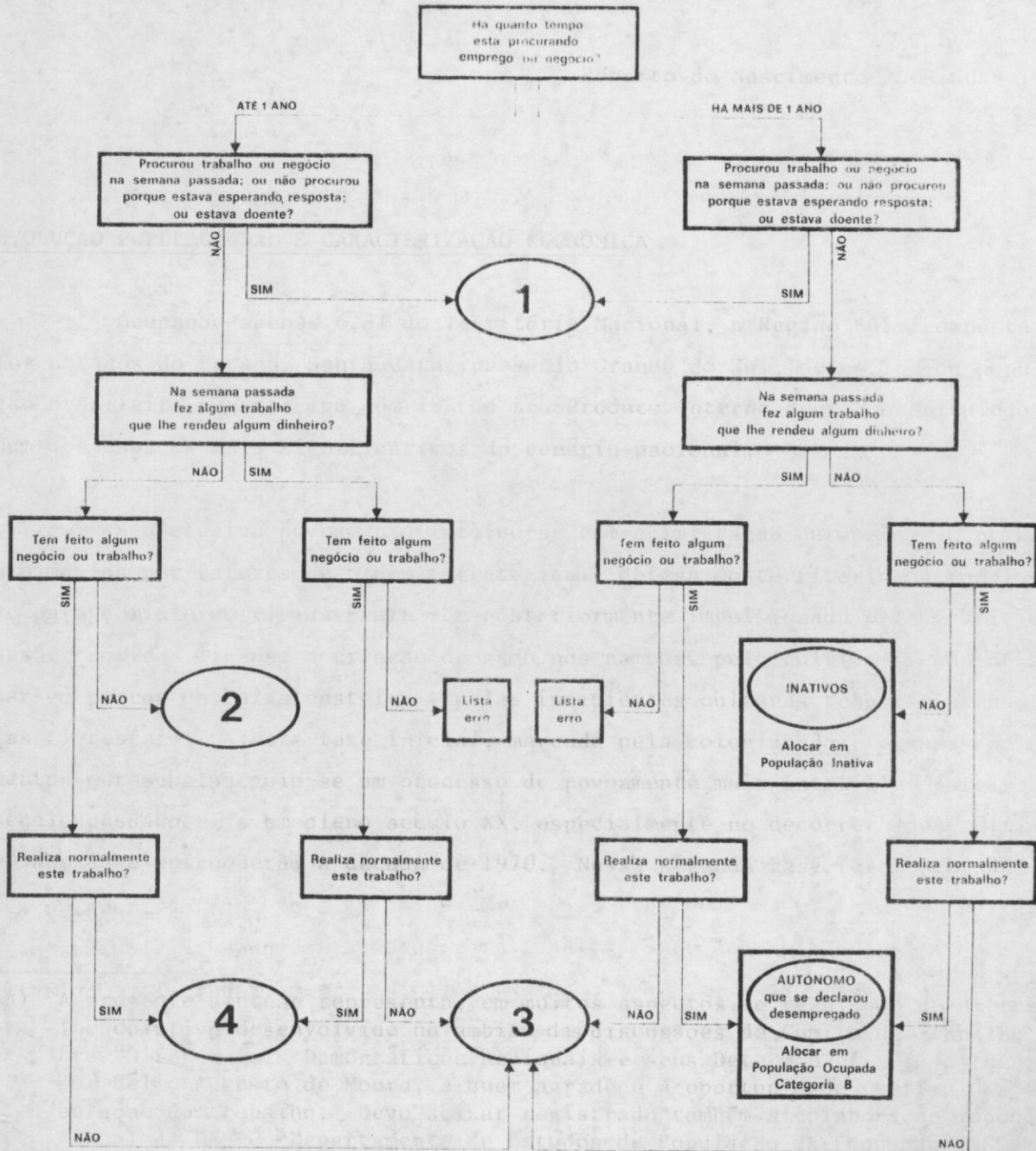
3º) Para a FIBGE os desempregados são reduzidos àqueles que realmente não realizaram nenhuma atividade em qualquer dia da semana e que procuraram em

Distribuição da População por Condição de Atividade - Pesquisa DIEESE 1981/1983.



FONTE: DIEESE.

Quadro 5
Esquema de Classificação da População Desempregada - Pesquisa DIEESE 1981/1983.



CATEGORIAS DA POPULAÇÃO DESEMPREGADA

1. Desemprego Aberto
2. Desempregado que não faz "bico"
3. Desempregado que eventualmente faz "bico"
4. Desempregado que vive de "bico"
5. Desempregado Oculto (alocado dos Inativos)

prego nestes 7 dias.

Estes conceitos acabam por acarretar à FIBGE categorias compostas da seguinte forma:

Ocupado

- . exerce qualquer tipo de trabalho remunerado
- . exerce qualquer tipo de trabalho não remunerado desde que acima de 15 horas semanais

Desempregado (desocupado)

- . não trabalhou e procurou trabalho nos últimos 7 dias

Inativo

- . não trabalhou nem procurou trabalho nos últimos 7 dias
- . exerce algum trabalho não remunerado, inclusive em unidade familiar, desde que abaixo de 15 horas semanais

O DIEESE/Fundação SEADE, por sua vez, partiram da experiência do PREALC e do próprio DIEESE (período de 1981 a 1983) e tentaram desenvolver uma concepção mais condizente com a tão reconhecida porém pouco mensurada, heterogeneidade do mercado de trabalho. Para isso, enfatiza a procura de trabalho e alarga o prazo para captar esta procura; em seguida, combina esta situação à execução de trabalho regular ou irregular, definindo-se o trabalho irregular como àquele realizado de forma avulsa, precária, transitória (equivalente ao "bico").

Somente após a passagem por estas duas etapas (procura e natureza do trabalho exercido) é que os indivíduos são classificados segundo as seguintes categorias:

Ocupado

- . exerce trabalho regular remunerado, independente da procura de trabalho;
- . exerce trabalho irregular remunerado ("bico") e não procurou trabalho;
- . exerce trabalho regular, em unidade familiar, e não procurou trabalho.

Desempregado

- . não trabalhou e procurou trabalho nos últimos 30 dias;
- . tem trabalho irregular ("bico") e procurou trabalho;
- . tem trabalho em unidade familiar e procurou trabalho;
- . desalentado quanto a procura atual de trabalho.

Inativo

- . não trabalha e não deseja trabalhar;
- . realiza, de forma muito excepcional, algum tipo de trabalho não previsível com antecedência e não procurou trabalho.

Comparando-se o conceito de desemprego das duas pesquisas, observa-se que o desemprego aberto, captado pela Fundação IBGE, será uma fração do desemprego aberto a ser detectado pela pesquisa DIEESE/Fundação SEADE; este, por sua vez, será uma parcela do desemprego total. Cabe mencionar, que é propósito da atual pesquisa, a decomposição da taxa de desemprego total segundo seus três componentes, ou seja: taxa de desemprego aberto, taxa de desemprego dos desalentados e taxa de desemprego do trabalhador que realiza "bico" para prover sua sobrevivência. Esta decomposição permitirá comparabilidade com a taxa de desemprego da FIBGE como fornecerá, também, elementos de análise para a evolução da taxa de desemprego total.

Por último, adicionalmente, deve-se destacar que o DIEESE/Fundação SEADE detalham alguns aspectos relevantes para a caracterização destas três categorias ocupacionais apesar do caráter conjuntural do levantamento, e que a FIBGE não divulga e/ou não pesquisa.

1. DESEMPREGO - SITUAÇÃO ATUAL

Calcula-se, atualmente, que existem no Brasil em 1984, quase 10 milhões de trabalhadores desempregados. Isto significa que, de cada 100 trabalhadores em condição de trabalho, 30 estão parados ou fazendo bicos.

Enquanto 30% dos trabalhadores estão parados, outros 30% dos que estão na ativa são submetidos a jornadas de mais de 48 horas se manais.

Além dos trabalhadores desempregados, existem, aproximadamente, 2 milhões de jovens por ano que atingem idade de trabalho e não encontram qualquer perspectiva de colocação.

A fome, a miséria e a marginalidade passam a ser um fato normal no nosso dia a dia. "É o começo do fim..." dizem uns. "É a crise do petróleo" dizem os representantes das classes dominantes.



2. MAS QUAIS AS CAUSAS DO DESEMPREGO?

Em primeiro lugar é preciso esclarecer que vivemos em uma sociedade capitalista, onde o importante é o lucro e o aumento do capital, retirado da exploração do operário. Para o capitalista ou empresário, industrial, dono de grandes negócios é importante que sua riqueza cresça dia após dia. E para que isso ocorra, eles precisam pagar pouco aos trabalhadores. Mas para pagar pouco aos trabalhadores é importante que sempre existam muito desempregados que estejam disponíveis no mercado a um salário abaixo daquele que estava na firma. Este exército de reserva de mão de obra é uma espécie de "desemprego permanente" em qualquer país capitalista, seja ele desenvolvido ou não. Ele garante o aumento da taxa de lucro do patrão além de ser uma ameaça permanente contra as tentativas de organização dos trabalhadores dentro da fábrica.

Assim, o primeiro culpado pelo desemprego é a sociedade capitalista. É a exploração da classe burguesa sobre os trabalhadores.

Além deste "desemprego permanente" do capitalismo, o que hoje vivemos no Brasil é um super-desemprego.

DE QUEM É A CULPA?



Este super-desemprego que hoje vivemos foi provocado pelo regime militar implantado no Brasil a partir do golpe de 1964. Este regime adotou uma política econômica que facilitou o enriquecimento ainda maior dos ricos e o empobrecimento ainda maior dos pobres.

Segundo dados oficiais, tínhamos no Brasil em 1963 cerca de 38% da população desnutrida. Esta porcentagem subiu em 1984 para 65%.

Uma das primeiras atitudes adotadas pelo governo após o golpe militar, foi acabar com a estabilidade no emprego. Além disto, atendendo aos interesses da burguesia nacional e multinacional, foram cassadas lideranças sindicais do campo e da cidade, assassinaram e prenderam lideranças populares.

A política econômica adotada de lá para cá foi feita para facilitar as grandes negociatas e as obras faraônicas, tais como a Transamazônica, as Usinas Nucleares, etc. Obras estas que não trouxeram qualquer benefício para o povo mas trouxe o endividamento do país.

Temos hoje uma das maiores dívidas externas do mundo. Esta dívida cresceu de 3 bilhões para 100 bilhões de dólares nestes 20 anos de regime militar. E para pagar esta dívida, o governo é obrigado a pedir mais empréstimo. E jogam todo o peso desta dívida nas costas do trabalhador que nunca usufruiu deste dinheiro.

Em 1982, o governo recorreu ao Fundo Monetário Internacional (FMI) que é uma espécie de Banco controlado pelos Estados Unidos. Este Banco vem emprestando dinheiro ao governo, mas faz uma série de exigências que o governo aceita.

Aceitando fielmente as regras impostas pelo FMI, em nome de combater a inflação que atinge mais de 200% ao ano (a segunda mais alta do mundo), o governo adotou uma série de medidas, tais como o rebaixamento dos salários, corte de crédito para pequenos investimentos, corte de subsídios para a agricultura, corte de investimentos do Estado, etc. ou seja, optaram por um caminho que gera mais desemprego, falência de pequenas empresas nacionais, mais fome e miséria.

Outra exigência feita pelo FMI foi a do Brasil exportar os seus produtos para outros países a preços baixo, por isso os baixos salários e a constante desvalorização do cruzeiro.

Como o fundamental é exportar, pouco interessa aos capitalistas se os trabalhadores brasileiros tem dinheiro ou poder de compra, pois os produtos são feitos para atender o mercado externo.

Este modelo exportador penetra no campo através de grandes plantações como as de soja, milho, algodão, etc., plantações estas que utilizam máquinas automáticas que expulsam os camponeses, gerando mais desemprego nas cidades.

COMO REAGIR A TUDO ISSO?

O povo brasileiro não aceita tudo isto pacificamente. Aos poucos os trabalhadores começam a identificar os culpados desta situação e partem para a ofensiva.

Ressurgem as greves e os movimentos populares em todo o país. Surge o Partido dos Trabalhadores. Surge a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Em 1983 ocorrem saques espontâneos nos grandes centros e em julho/83 ocorre, depois de 20 anos de ditadura e repressão, a primeira Greve Geral contra os decretos de arrocho salarial do governo. Em 1984 o povo sai às ruas para exigir o fim do Regime Militar e Eleições Diretas para Presidente da República.

E OS DESEMPREGADOS COMO REAGEM?

A reação dos trabalhadores desempregados vai da ação espontânea como os saques de abril de 1983, até a ação organizada e consciente para acabar com as causas do desemprego. Outros, levados pelo desespero, partem para a ação individual através de assaltos a mão armada.

Uma das formas efetivas de lutar contra o desemprego tem sido dentro das próprias fábricas onde os trabalhadores organizados e com apoio de sindicatos combativos lutam contra a demissão de companheiros e pela estabilidade no emprego. Somente no mês de junho de 1984, aproximadamente 60.000 trabalhadores estiveram em greve contra demissões e pela estabilidade no emprego.

O trabalhador brasileiro pela lei vigente, depois de 3 meses de demitido, deixa de fazer parte do sindicato e é jogado para a sarjeta sem direito nem ao INPS. Resta portanto a opção de organização dos próprios desempregados.

Ainda no começo de 1983, em diversos locais surgiu a organização de Comitês de luta contra o Desemprego como em Cubatão, São Bernardo do Campo, Santo André, São Mateus, São Miguel, COHAB e outros. Foi através da união destes comitês em torno da Plenária Estadual, que em 5 de setembro de 1983, organizaram o acampamento do Ibirapuera. Este acampamento, depois de 70 dias de luta, conseguiu importantes resultados como a divulgação pública do movimento, a solidariedade de diversas forças e entidades populares. Foi conseguido também a abertura de negociações com o governo, além de emprego provisório para a maioria dos acampados. Pressionado pelo acampamento e tentando abafar a onda de saques, o governo Montoro é levado a assumir o compromisso de apoiar financeiramente a Associação Paulista de Solidariedade no Desemprego (APSD) que surgia naquela época por iniciativa de entidades religiosas.

Após o acampamento o movimento ganha ainda mais força e surgem somente aqui na Zona Leste mais de 40 grupos e comitês de luta contra o desemprego. Estes comitês da leste passam a se unir na plenária regional da Zona Leste e na Plenária Estadual dos Comitês de Luta contra o Desemprego.

É através da Plenária Estadual que são traçados os planos de luta comum em todo o Estado. Assim, em 1984 foi dado um novo passo importante para o movimento: a ocupação do prédio do SINE (Serviço Nacional de Emprego) por cinco dias, envolvendo os governos municipal, estadual e federal.

A ocupação do SINE reproduz os efeitos do acampamento do Ibirapuera desmascarando de vez o governo Montoro que passa para o campo da repressão, chegando a impedir a entrada de água, alimentos e medicamentos para crianças que se encontram no interior do prédio.

NOSSA LUTA



Através destas lutas, são tornadas públicas as principais reivindicações do Movimento de Luta contra o Desemprego. São elas:

- Liberação das taxas de água e luz para o trabalhador desempregado;
- Passe livre na condução para o trabalhador desempregado;
- Criação de novos empregos e frentes de trabalho;
- O estabelecimento de 40 horas semanais e fim das horas extras;
- Atendimento por tempo indeterminado no INPS para o trabalhador desempregado;
- Seguro desemprego e cestas alimentares;
- Suspensão das prestações dos mutuários do BNH para o trabalhador desempregado;
- Estabilidade no emprego;
- Reforma agrária para distribuir a terra para quem nela trabalha.

Estas bandeiras não resolvem totalmente o problema do desemprego mas são passos importantes que temos pela frente. Para acabar de vez com o desemprego, teremos que derrotar o regime militar e sua política econômica que tende a se perpetuar de modo disfarçado e temos que destruir o sistema capitalista, construindo em seu lugar uma nova sociedade, onde o trabalhador não seja objeto de lucro. Ou seja, temos de construir o Socialismo, que é a verdadeira democracia sob a direção dos trabalhadores.

Mas para isto acontecer é preciso acumular muita força e muita organização. É preciso unir e organizar os trabalhadores da cidade e do campo, empregados e desempregados.

Compete ao movimento de luta contra o desemprego desenvolver-se ainda mais e multiplicar e fortalecer os comitês de luta existentes.

COMO ORGANIZAR O COMITÊ DE LUTA CONTRA O DESEMPREGO

A experiência do próprio movimento tem mostrado que só conseguimos estruturar e fortalecer um comitê de luta contra o desemprego, se levarmos em conta três condições básicas:

- A sobrevivência do trabalhador desempregado
- A luta contra o desemprego
- A formação política

A sobrevivência é uma forma dos desempregados unidos resolverem seus problemas mais imediatos. Assim, devemos procurar atividades de arrecadação de finanças tais como os grupos da APSD, a horta comunitária, cooperativas de artesanato, de confecção de pães e doces caseiros, etc.

A luta contra o desemprego - Além das atividades de sobrevivência, temos que organizar a luta em si contra o desemprego. Neste sentido temos de ter lutas para atender nossas reivindicações e é fundamental.

A nossa união com outros comitês, pois isolados no bairro não temos força para pressionar o governo e os empresários.

Para melhorar a nossa luta e aumentar a nossa união foi realizado aqui na Zona Leste o I Encontro dos Comitês de Luta contra o Desemprego da Zona Leste. Este I Encontro traçou caminhos importantes tais como:

1. Apoiar em nossa região a campanha da CUT pelas Bandeiras de 40 horas semanais, reajuste trimestral de salários, seguro-desemprego, reforma agrária e eleições diretas em todos os níveis.
2. Continuar ocupações em prédios públicos da região para exigir o atendimento às reivindicações do movimento.
3. Formação de uma coordenação regional da Leste com a participação de um representante e um suplente de cada comitê existente ou que venha a ser formada na região.
4. Organizar novos pedágios em grandes avenidas para arrecadação de fundos e divulgação do movimento.
5. Criar um jornal regional do movimento.
6. Articular lutas conjuntas com outros movimentos, sindicatos e CUT em nossa região.

A formação política. São vamos combater de modo consequente o desemprego se tivermos consciência das suas causas, ou seja, temos de entender como funciona esta sociedade para podermos transformá-la.

Por isso é fundamental que cada comitê se preocupe em se formar politicamente através de discussões, estudos, palestras, filmes, etc.

O I Encontro Regional da Leste tirou como proposta a organização de um curso de formação política para os comitês, levando em conta a realidade de cada comitê.

Temos também na Zona Leste, o curso de formação política para os militantes e simpatizantes do PT organizado pelos Diretórios da Região.

COMPANHEIROS, apontamos aqui, após um grande esforço da comissão de movimentos sociais do PT de São Miguel, alguns caminhos para o fortalecimento da Luta contra o Desemprego, que é a luta de todos os trabalhadores empregados e desempregados. Esperamos que este caderno seja uma ferramenta a mais para auxiliar os companheiros empenhados nesta luta. Esperamos estar aqui tentando cumprir com o nosso programa partidário.

CRIE UM COMITÊ DE LUTA CONTRA O DESEMPREGO EM SEU BAIRRO
OU VILA.

PARTICIPE OU CRIE UM NÚCLEO DO PT EM SUA VILA.

PT - SÃO MIGUEL PAULISTA

novembro/84

RELAÇÃO DE ENDEREÇOS

- ASSOCIAÇÃO MACROBIÓTICA INTERNACIONAL (AMAI) - ALFREDO WAGNER
Rua do Paraíso, 34/202 - Bl. C
Mouraria
40.000 - Salvador/BA
Prof. Hiroshi Seo
Rua Prudente de Moraes, 1441/203
Ipanema
22420 - Rio de Janeiro/RJ
- ARC - AÇÃO CATÓLICA RURAL - ACARPA
CPT - COMISSÃO PASTORAL DA TERRA
Rua do Giriquiti, 48 - Boavista
50.000 - Recife/PE
Arnaldo Liberato
Rua da Bandeira, 171
Bairro Ahú
80.000 - Curitiba/PR
Odílio Sepulcre
- ANA MARIA PRIMAVASI - ANA MARIA BIANCHI
Centro de Capacitação
C.P. 36
18730 - Itaí /SP
Avenida Ademar de Barros, 26/104
40.000 - Salvador/BA
- ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS AGRÔNOMOS DO PR - ASSESSOAR - ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS,
Edifício ASA - ORIENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA RURAL
Voluntários da Pátria, 475 - 12º andar
Conjunto 1205-A - Centro
80.000 - Curitiba/PR
Sra. Érica
Rua General Osório, 500
CP 124 - Bairro Congo
85.600 - Francisco Beltrão/PR
Sr. Claudio
- AATP - ASSOCIAÇÃO DE APOIO DOS TRABALHADORES - A. ALAIN RUELLAN (CRIDEV)
DA CHAPADA
Praça do Rosário S/Nº
46.880 - Itaberaba/BA
Sr. Carlos Alberto Oliveira
128, Rua de la Tombe - Issoire
75014 - Paris
FRANÇA

- ACAM
Rodovia Wasghinton Luífs, 1890 - Km 20,5
Vila Cannan
25100 - Caxias/RJ
- CECUP - CENTRO DE CULTURA POPULAR
Rua Areal de Baixo 29 B
40.000 - Salvador/BA
Sr. Samuel Aarão Reis
- CAMP- CENTRO DE ACESSORIA MULTIPROFISSIONAL
Rua Ramiro Barcelos, 641 - Altos
20.000 - Porto Alegre/RGS
Sr. João Pedro Stedile
- CONTAG - CONFEDERAÇÃO DOS TRAB. NA AGRICULTURA -
Av. W 3 Norte - Q. 509
70750 - Brasília/DF
Sr. Ossir Gorenstein
- CENTRU
Rua Visconde de Albuquerque, 608 - Madalena
50.000 - Recife/PE
Sr. Manuel da Conceição
- CEDI
Rua Cosme Velho 98 - Fundos
Cosme Velho
22241 - Rio de Janeiro/RJ
Sra. Neide Esterici
- CTA - CENTRO DE TREINAMENTOS AGRÍCOLA
Caixa Postal 42
96.950 Arroio do Tigre/RS
Sr. Ellemar Wojahn
- CENTRU - CENTRO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
DO TRABALHADOR RURAL
Av. Visconde de Pelotas, 138
Edifício Santana - sala 301
58.000 - João Pessoa/PB
Sr. Vanderley Amado
- COOCIÊNCIA - COOPERATIVA DE TRABALHO
TÉCNICO-CIENTÍFICO DE B. HORIZONTE
Rua Paracatu, 1.035 - Conj. 1
30.000-Belo Horizonte/MG
- CPATSA - CENTRO DE PESQUISAS DO
PRÓPICO SEMI-ÁRIO
Caixa Postal 23 - Petrolina/PE
56.300
Sr. Eduardo Miranda
- CESE - COORDENAÇÃO ECUMÊNICA DE
SERVIÇOS
Av. Leovigildo Filgueiras, 75 -2º and.
Campo Grande
40.000 - Salvador/BA
Sra. Eliana Rolemberg
- CPT
Casa Paroquial
89800 - Chapecó/SC
Sr. José Fritz

CEAS - CENTRO DE ESTUDOS E AÇÃO SOCIAL
Rua Aristides Novis, 101
40.000 - Salvador/BA
Sr. Cláudio Perani

- CPT - Nacional - Assessoria
Rua Tobias do Amaral 99
22241 - Cosme Velho/RJ
Sr. Miguel Pressburger

COAGRI - Coordenadoria do Ensino Agrícola
L2 Sul - Q. 604
70750 - Brasília/DF
Sr. Odilo Friedrich

- CNPq
Av. W 3 Norte - Q. 511 - Bl. A
Ed. Bittar II - Terreo
70750 - Brasília/DF
Sra. Silvia Pires Coutinho

CPT - JUAZEIRO
Diocese de Juazeiro
48900 - Juazeiro/BA
D. José Rodrigues

- CPT - Jornal "O Arado"
Casa Paroquial - Paróquia de Sta. Inês
89850 - Quilombo/SC
Sr. Fioreto Rebelatto

CPT - Lins - ASSESSORIA
Rua D. Pedro II, 594
16400 - Lins/SP
Sr. Nobuco Kameyama

- CPT - ASSESSORIA
Praça Maestro Fernando Alves, 20
Conjunto Vale do Sol
Alto Boqueirão
80.000 - Curitiba/PR
Sr. Everlindo Henklein

CPT
Casa Paroquial
99670 - Ronda Alta/RGS
Pe. Arnildo Fritzen

- CPT - Bahia
Arquidiocese de Salvador
Praça da Sé
40000 - Salvador/Bahia
Sra. Tereza Menezes Dantas

CÂNDIDO GRZYBOWSKI
Rua Marquês de Olinda, 90 - aptº 43
22260 - Botafogo/RJ

-COTRIJUÍ - CENTRO DE TECNOLOGIA
Rua das Chácaras, 1.513 - Subúrbio Sul
CP 111
98700 - Ijuí/RGS
Sr. Renato Borges de Medeiros

CETRA - CENTRO DE ESTUDOS DO TRABALHADOR RURAL
Edifício Sul-América - s/707 - Pça.do Ferreira
Centro
60.000 - Fortaleza/CE
Sr. Joaquim Alves de Almeida

- CENTRO DE CIÊNCIAS AGRARIAS - UFSC
Estrada Geral da Lagoa da Conceição
S/Nº - Itaruby
88.000 - Florianópolis/SC
Sr. Ely de Jesus

CIPES
Rua Mário Amaral, 320 - Tutóia
04007 - São Paulo/SP
Sr. Wladimir Pomar

- CEPA CENTRO DE ESTUDOS E PLANEJAMENTO
AGRÍCOLA
Rua Tenente Silveira 83 - Centro
88.000 - Florianópolis/SC
Sr. Cesar Freyesleben

CENTRO DE ACONSELHAMENTO DO PEQUENO
AGRICULTOR
Rua Marquês do Herval, 237 - Vila Flores
98.900 - Sta. Rosa /RGS
Sr. Hélio L. Muszkopf

- CPT - COMUNIDADES DE BURRO BRANCO
E CAMPO ERÊ
Paróquia de Campo Erê
CP 5
89.800 - Chapecó/SC
Pe. Alexandre

CEPA/IIICA
Manuel Alberto Argumero
Rua Almirante Barroso, 688
60.000 - Fortaleza - CE

- CANADIAN CATHOLIC ORGANIZATION
FOR DEVELOPMENT AND PEACE
2111 Centre Street,
Montreal H35
CANADÁ

CARITAS - MARANHÃO
AV. Pedro II - Arcebispo S/Nº
65.000 - São Luís/MA
Sr. Alberto Arcangelli

- CPT - MINAS GERAIS
Caixa Postal 84 ou 175
39.800 - Teófilo Otoni - MG
Pe. Jerônimo Nunes

CPT - SECRETÁRIA NACIONAL
Caixa Postal 749
74.000 - Goiânia - GO
Pe. Mário Aldighieri

- CPT - SÃO PAULO
Casa Paroquial
15.980 - Dobrada/SP
Pe. Bragheto

COONATURA

Rua Pompeu Loureiro, 56 - fundos 2
22061 - Copacabana/RJ

CENTRO DE FORMAÇÃO URBANO RURAL IRMÃ ARAÚJO

Rua Desembargador Westphalen, 15

18º andar sala 04

80.000 - Curitiba/PR

Sr. Clemente

ELIANA/ ZÉ ROLEMBERG

Rua Gel. Luiz Artur de Carvalho 346

Edifício Laura , 101

Pituba

40.000 - Salvador/BA

EMATERCE

Av. João Pessoa 5094

60.000 - Fortaleza/CE

Sr. Bosco Oliveira

EACR -

Av. D. Manuel nº 3 - Centro

60.000 - Fortaleza/CE

Sr. José Cordeiro

ESPLAR

Rua Ildelfonso Albano, 267 - aptº 100

60.000 - Fortaleza/CE

Sr. Pedro Jorge Bezerra

- COOPERATIVA AGROPECUÁRIA CAPANEMA

LTDA - COAGRO

Rua Pe. Cirilo, 196

85.760 - Campanema - PR

Sr. Nelson Dariva

- CORREIO AGRO-PECUÁRIO

Rua Maestro Cardim, 1310

Liberdade

01323 - São Paulo - SP

Sr. Wladimir Pomar

- EMPASC - EMPRESA DE PESQUISA

AGROPECUÁRIA de SC

Estação experimental de Chapecó

CP 151

89800 - Chapecó/SC

- Sr. JOSÉ ARTUR PADILHA

Rua Luiz de Carvalho, 1.009

Bairro Novo

53.000- Olinda/PE

- EMBRATER

Av. W 3 Norte - Q. 515

70750 - Brasília/DF

Sr. Osmar Reis

- ESTÂNCIA DEMÉTRIA

Rodovia Marechal Rondon Km 241

Caixa Postal 102

18600 - Botucatū/SP

FUNDIFRAN

Rua Alcebíades Quintero nº 48
47520 - Ibotirama - BA
Sr. Isaac de Almeida Filho

- FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES DO ESTADO DO PARANÁ - FETAEP
Av. Silva Jardim 775 - Centro
C. P. 1251
80.000 - Curitiba/PR

FETAPE

Rua Gersávio Pires 876 - Boavista
50.000 - Recife/PE
Sr. Romeu Cavalcanti da Fonte

- FNT - FRENTE NACIONAL DO TRABALHO
Av. Ipiranga 1267 - 9º andar
01030- São Paulo/SP
Sr. Edmundo

FASE - PORTO ALEGRE

Rua Gaspar Martins nº 470
90.000 - Porto Alegre/RS
Sra. Helena Gomes Bonumá

- FASE - GARANHUNS
Av. Júlio Brasileiro 1.152-A
Heliópolis
55.300 - Garanhuns/PE
Sr. Jaime

FIDENE - FUNDAÇÃO DE INTEGRAÇÃO,
DESENVOL. E EDUCAÇÃO DO NORDESTE DO ESTADO

Rua São Francisco, 501
Caixa Postal 560
98700 - Ijuí/RS
Sr. Telmo Frantz

- FEDERAÇÃO DOS TRAB. AGRÍCOLA DE MG
Av. Brasil 64.
30.000 - Belo Horizonte/MG
Sr. André Montalvão

FAMERJ

Rua da Candelária, 87 - 7º andar - Centro
20.091 - Rio de Janeiro/RJ
Sr. Jô Resende

- FAPES
Av. 7 de Setembro, 1.621
99700 - Erechim/RS
Prof. Juan Yapes Agrado

GIA - GRUPO DE INVESTIGACIONES AGRARIAS
ACADEMIA DE HUMANISMO CRISTIANO

Calle Ricardo Matte Pérez 0342 -
Casilla 6122 - Correo 22
Santiago - Chile

- GHISLAINE DUQUE
Rua Antonio Vieira da Rocha, 720
Bondocongô
58.100 - Campina Grande/PB

IPPH - INSTITUTO PAULISTA DE PROMOÇÃO HUMANA
 Rua Castro Alves 740 - Junqueira
 Caixa Postal 107
 16400 - Lins/SP
Pe. Augusti

- INSTITUTO SÃO JOÃO BATISTA VIANE I
 Caixa Postal 98
 88500 - Lages/SC
Sr. Sérgio Sartori

IAPAR - INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ
 Rodovia Celso Garcia Cid - Km 375
 Caixa Postal 1331
 86100 - Londrina/PR

- ITERCE - INSTITUTO DE TERRAS
 DO CEARÁ
 Rua Silva Paulet, 769
 60.000 - Fortaleza/CE
Sr. Francisco Edson Teófilo Filho

LABORATOIRE D'ECONNOMIE INTERNATIONALE
 INRA/IAM
 INSTITUT AGRONOMIQUE MEDITERANÉN
 ROUTE DE MENDE
 34.000 - MONTPELLIER - FRANÇA

- JOSE GRAZIANO DA SILVA
 Av. Miguez Stéfano 3.900
 Água Funda
 04301 - São Paulo/SP

JOÃO AUGUSTO DE OLIVEIRA
 ACARESC
 Caixa Postal, 502
 88.000 - Florianópolis/SC

- JOSÉ ARTUR DE BARROS PADILHA
 Rua Luiz de Carvalho, 1.009
 Bairro Novo
 53.000 - Olinda/PE

JOAQUIM COUTINHO
 Rua Banco dos Ingleses, 6 ptº 801-A
 40.000 - Campo Grande/BA

- LUIS EDUARDO CARVALHO
 INAN
 Av. W 3 Norte Q. 510 Conj. A
 70.000 - Brasília/DF

MESTRADO DE ECONOMIA - PUC
 Rua Grajaú, 222 - Sumaré
 01253 - São Paulo/SP
Prof. Ladislau Dowbor

- MEB - MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE
 Praça Monsenhor Linhares S/Nº - Altos
 62100 - Sobral/CE
Sr. Osmar Fonteles

MOC - MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA
 Rua Pontal 61 - Cruzeiro
 44100 - Feira de Santana/BA

- MARIA SANTANA DA SILVA
 Rua 10 de Outubro 409
 65515 - Buriti/MA

MANUEL DOMINGOS NETO
 Rua Lucílio de Albuquerque, 1.585
 Novo Joquei
 64.000 Terezina/PI

SAR - SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RURAL

Arquidiocese de Natal

Praça Pio X, 335

59.000 - Natal/RN

Dom Antonio Soares da Costa

MARIO SANTIAGO

Secretaria do Trabalho do Est. de MG

Rua Mato Grosso 960 - Sto. Agostinho

30.000 - Belo Horizonte/MG

OSCAR LIJERÓN

Calle Montivideo nº 152 - interior

Casilla 20410

La Paz - Bolivia

OSMAR FONTELES

MEB - MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE

Praça Monsenhor Linhares S/Nº - Altos

62.100 - Sobral/CE

PATRICK MAURY

Rua Carlos Gomes 100/408 - Centro

40.000 - Salvador/BA

PE. JOSÉ ALEXANDRE

Casa Paroquial de Papucaia

28.680 - Cachoeira de Macacu/RJ

RICARDO ABRAMOVAY

Rua Girassol 983 - Vila Madalena

05433 - São Paulo/SP

- MLAL - MOVIMENTO LAICI AMÉRICA LATINA

Piazza Pasquale Paoli, 3

00186 - Roma/Itália

Sr. Amedeo Piva

- ORSTOM -

SHIN - Q. 13 - Con. 5 - casa 5

71500 - Brasília/DF

Sr. Allain Peraude

- OXFAM

Rua dos Navegantes, 2.862 aptº 302

Edifício Santa Angélica

50.000 - Recife/PE

Sr. Andrew Couldridge

- PASTOR ALBBRECHT BAESKE (IECLB)

Rua Apolinário dos Reis 64

Parque Moscoso

C.P. 1.419

29.000 - Vitória/ES

- PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 - 4º andar

13.100 - Campinas/SP

Sr. Disney Francisco Scornaienchi

- RAIMUNDO FERREIRA FILHO

Rua Voluntários da Pátria, 410/204

22270 - Rio de Janeiro/RJ

- MARIA BANGO

Rua Santa Clara, 300 -

Bairro Ahú

80.000 - Curitiba/PR

RICARDO PRATA

Rua Arcanjo de Lima, 146
30.000 - Belo Horizonte/MG

- SECRETARIA DE AGRIC. DO EST. DO SP
Av. Miguel Stéfano, 3.900
Água Funda
04301 - São Paulo-SP
Sr. Eduardo Pires Castanho

SEDUP - SERVIÇO DE EDUCAÇÃO POPULAR
CP. 17

58.200 - Guarabira - Paraíba
Sra. Valéria

- SIND. DOS TRAB. RURAIS DE S.
SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO
Av. Visconde de Pelotas, 138
Ed. Santana - sala 301
58.000 - João Pessoa/PB
Sr. Luís Silva

SECRETARIA DA AGRIC. DO EST. DO PARANÁ

Rua dos Funcionários, 1.559 - Juvevê
80.000 - Curitiba/PR
Sr. Claus Germer

- SEMTA - SERVIÇOS MÚLTIPLOS DE
TECNOLOGIAS APROPRIADAS
OSCAR LIJERÓN
Calle Montevideo nº 152 - interior
Casilla 20410 -
La Paz - Bolivia

SERGIO BRAGA

Travessa dos Acapús - Q. 28 - A - casa 8
Renascença
65.000 - São Luís/MA

- SIND. DOS ENGº AGRÔNOMOS
Rua México, 31 - 14º - Centro
20031 - Rio de Janeiro/RJ
Sr. Agostinho Guerreiro

UFRGS

Rua Antonio Parreira, 323 - Petrópolis
90.000 - Porto Alegre/RS
Prof. Pinheiro Machado

- UNIVERS. FED. DA PARAÍBA
Rua Antonio Vieira da Rocha, 720
Bodocongô
58.100 - Campinha Grande/PB
Ghislaine Duque

VINCENT LECLERCQ

Av. Atlântica, 2.406
Copacabana
22041 - Rio de Janeiro/RJ

1014185

PROGRAMA EMERGENCIAL DE GERAÇÃO DE EMPREGO, RENDA E DE
AUMENTO DE CONSUMO DAS CLASSES MAIS POBRES

Texto produzido pelo IBASE em assessoria à
Secretaria de Estado do Trabalho e da Habi-
tatação do Rio de Janeiro para o I Encontro
Nacional de Secretários de Trabalho.

Texto para discussão.

PROGRAMA EMERGENCIAL DE GERAÇÃO DE EMPREGO, RENDA
E DE AUMENTO DO CONSUMO DAS CLASSES MAIS POBRES.

"Todo homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego ... ou outros casos de perda dos meios de subsistência, em circunstâncias fora de seu controle!"

Art. XXV.1 da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

I - INTRODUÇÃO

Em seu ocaso, o autoritarismo lançou sobre os cidadãos pobres do país a maldição de Erisícton, condenando-os a padecer de fome permanente. Ao contrário do personagem da mitologia grega, na tragédia nacional a fome não resulta de um insaciável apetite, mas sim da violenta e abrupta compressão do poder de compra das classes que ocupam as últimas posições na hierarquia econômica e social. Preteridas na fase de crescimento acelerado, prosperidade e auge do capitalismo brasileiro,

condições na fase de retração e depressão das atividades econômicas a maior e mais pesada cota de sacrifícios e tormentos. Estima-se que de 1980 a 1984, o empobrecimento médio da população brasileira foi de 16%, medido pela queda da renda real per capita: ao mesmo tempo, os 40% mais pobres da população tiveram uma redução nos seus níveis de renda real da ordem de 34,8%. Os últimos quatro anos registram, assim, um brutal aumento nos contingentes da população que vivem em condições de miséria absoluta e fome permanente.

A transição de um regime de exceção para um regime democrático, com a superação política do autoritarismo, se processará, dessa forma, numa conjuntura econômico-social de graves contornos. O desemprego e a fome constituem os principais flagelos com que convivem os trabalhadores urbanos e rurais. Calcula-se que ao final de 1984 cerca de cinco milhões de cidadãos de 15 anos de idade ou mais encontrar-se-ão desempregados e dez milhões, em grave situação de subemprego, totalizando quinze milhões de cidadãos desprovidos de renda ou com rendimentos insuficientes para garantir sua própria existência. Nesse quadro, o maior desafio com que se defronta o governo de transição democrática está em definir e implementar, a curto prazo, uma política emergencial de geração de emprego e renda que reverta o processo de pauperização absoluta de amplos segmentos da população brasileira.

Este trabalho analisa as principais medidas de curto prazo a serem adotadas em caráter emergencial e com absoluta prioridade pelo governo de transição, na perspectiva de gerar novos postos de trabalho, garantir fontes de rendimento e

melhoria das condições de alimentação para as camadas sociais mais penalizadas pela política econômica recessiva do autoritarismo, e lançar as bases de um sistema permanente de segurança e proteção econômica e social aos desempregados. A viabilidade dessas medidas e sua eficácia depende crucialmente da opção do governo de transição por uma política econômica voltada para a retomada do crescimento econômico com redução das desigualdades na distribuição da renda e da riqueza, a nível funcional, familiar e regional, e eliminação dos bolsões de miséria absoluta nas áreas urbanas e rurais. Em suma, pressupõe-se que o novo governo realize os programas emergenciais em simultâneo com políticas de médio e longo prazo de transformações estruturais na economia brasileira.

II - PROGRAMAS DE EMERGÊNCIA

Os programas de emergência resultam de três linhas de ação do governo, no curto prazo: a) política ativa de emprego, b) política de proteção social aos desempregados, e c) política de abastecimento. A exposição de cada uma dessas políticas e seus instrumentos de intervenção na dinâmica da economia é feita a seguir.

1. Política Ativa de Emprego

O objetivo central da política ativa de emprego é gerar num curto espaço de tempo o máximo de oportunidades ocupacionais possíveis e garantir um nível mínimo de renda para as populações lançadas no desemprego ou em situações de subem-

prego críticas para a sobrevivência. Essa política se realiza através de dois instrumentos básicos: 1) medidas de redistribuição do emprego e 2) programa especial de geração de empregos.

1.1 - Medidas de Redistribuição do Emprego

As medidas de redistribuição do emprego, consensualmente defendidas pelo movimento sindical brasileiro, consistem na redução da jornada de trabalho e na limitação do recurso às horas-extras. Em conjunto, essas medidas propiciam que o mesmo tempo de trabalho coletivo seja partilhado por um número maior de trabalhadores. É expressivo o potencial gerador de novos postos de trabalho associado a essas medidas reivindicadas pelo movimento sindical. De acordo com os dados da PNAD/83, existiam no final daquele ano 15,7 milhões de empregados em atividades não-agrícolas, trabalhando entre 40 e 48 horas semanais, e 6,2 milhões, mais de 49 horas. Estimando-se em 46 hs. a jornada média para o primeiro grupo e em 54 hs. para o segundo, a redução da jornada semanal de trabalho para 40 hs., acompanhada de medidas legais que restrinjam a utilização de horas-extras, implicaria na criação de 4.525 mil novos empregos. Dessa forma, dada a produtividade do trabalho por hora de trabalho, as empresas para realizar seus planos de produção teriam que crescer em 20,7% o número de seus empregados, contribuindo significativamente para o combate ao desemprego e subemprego. Por outro lado, o significado da diminuição da jornada de trabalho em termos de redução do cansaço e esgotamento físico dos trabalhadores seria de alta importância para a melhoria das condições de trabalho no país.

1.2 - Programa Especial de Emprego

O Programa Especial de Emprego destina-se a capacitar o Estado a intervir diretamente sobre o funcionamento do mercado de trabalho pelo lado da demanda de mão-de-obra, tendo por estratégia a criação máxima possível de empregos, a partir da contratação direta de trabalhadores pelo setor público, por prazo limitado de tempo (vínculo empregatício temporário), e com remuneração fixada ao nível do salário mínimo. A absorção desses trabalhadores temporários se destina à execução de serviços úteis à coletividade e, em particular, para as camadas mais pobres, em projetos com elevada relação custo da mão-de-obra/custo total, minimizando os gastos gerais e as despesas com materiais, equipamentos e instrumentos de trabalho. Isso significa, concretamente, que a realização dos serviços dependerá quase que exclusivamente do trabalho manual não qualificado, equipado com meios de trabalho simples e de baixo custo. Enquadram-se nesses requisitos, por exemplo, todos os serviços de conservação, limpeza e trato permanente de ruas, rios, valas, galerias pluviais, jardins, praças; construção e conservação de estradas rurais e sistemas de irrigação; conservação, limpeza e guarda dos prédios públicos; execução de obras de abertura, calçamento e melhoramento de vias e logradouros públicos; a expansão da rede de água e sistemas de coleta de esgoto; a limpeza e coleta de lixo nas áreas não atingidas por esse serviço público; a realização de serviços administrativos nos órgãos da administração direta e indireta do Estado (serventes, porteiros vigias, contínuos, atendedores, etc.).

O financiamento do Programa Especial de Emprego se

rã feito com recursos orçamentários da União, mas sua execução será descentralizada e transferida para a órbita do poder municipal, priorizando os municípios mais atingidos pelo desemprego/subemprego. Cada município será responsável pela administração do programa a nível local, cuidando do recrutamento e seleção da mão-de-obra e da definição dos trabalhos a serem executados, contando com a participação da comunidade na concepção, realização e controle dos resultados. A União compete somente a transferência dos recursos necessários e a fiscalização de sua correta aplicação, exigindo apenas que seja dada prioridade à contratação de desempregados, chefes de família e com maior número de dependentes.

Um exercício simples permite quantificar quantos empregos diretos podem ser gerados pelo Programa Especial de Emprego, a partir de uma dotação de recursos equivalente a 10% do orçamento da União para 1985 e considerando que o salário mínimo seja reajustado em abril e novembro de 1985, em 70% o que faz que o custo de contratação de um trabalhador de abril a dezembro de 1985 seja de Cr\$2.347.200,00. Dados esses elementos, o Programa Especial de Emprego poderia contratar, com 8,2 trilhões de cruzeiros, 3.493,5 mil trabalhadores por nove meses, cada um ganhando um salário mínimo mensal. Esse seria o impacto direto do programa sobre o mercado de trabalho, porém o efeito total seria maior, uma vez que os gastos dos trabalhadores contratados se orientam para a compra de bens e serviços com altos coeficientes de mão-de-obra por unidade produzida. De fato, tomando-se o multiplicador de emprego associado ao consumo pessoal das famílias de baixa renda, derivado da Matriz Inter-setorial de 1970, corrigido pelo aumento da produtividade e pe

la elevação dos preços até 1984, tem-se que os gastos de consumo dos 3,5 milhões de trabalhadores do Programa Especial de Emprego gerariam adicionalmente cerca de 1,7 milhões de empregos. Dessa forma, o programa de contratação direta pelo setor público de mão-de-obra temporária criaria de forma direta e indireta aproximadamente 5,2 milhões de novos empregos na economia brasileira.

2. Política de Proteção Social aos Desempregados

O Brasil é um dos últimos e raros países capitalistas a não dispor de qualquer sistema de proteção social aos desempregados. Aqui, o rompimento unilateral do contrato de trabalho pelo empregador coloca em risco a existência do trabalhador demitido, pela falta de meios que garantam sua subsistência durante o período de desemprego involuntário. A dramaticidade da conjuntura social que hoje atravessa o país deriva em grande parte da inexistência de garantias sociais aos desempregados, daí a miséria e a fome. Constitui, portanto, compromisso primeiro do governo de transição a criação de um sistema de seguro-desemprego, cuja regulamentação e implementação deve ocorrer ainda em 1985.

A magnitude do desemprego e subemprego gerada pela política conservadora e anti-social de ajustamento da economia brasileira, no período que vai do final de 1980 a 1984, atinge tais proporções que dificilmente essa população tornada "excedente" será reabsorvida até 1990. De fato, o cenário mais otimista para a evolução da economia brasileira até o início da

próxima década, sob o suposto que o governo de transição consiga renegociar a dívida externa em condições favoráveis para o país (redução dos juros e comissões, carência adequada e longos prazos de amortização), sugere a possibilidade de implementação de uma política de retomada do crescimento que recoloca a economia brasileira na trilha do crescimento à taxa de 7,75% ao ano, no período de 1985/90. Nessas condições otimistas, dado um crescimento anual da população economicamente ativa de 3% e uma elasticidade emprego/produto de 0,3967, o país chegará ao final de 1990 com 5,7 milhões de cidadãos em condição de desemprego aberto (taxa de desemprego de 8,81%). Assim, mesmo em condições extremamente favoráveis à recuperação e sustentação do crescimento econômico nos próximos seis anos, o país conviverá com taxas de desemprego aberto muito elevadas; donde, a criação do seguro desemprego se coloca como uma questão prioritária e urgente.

A exemplo das experiências internacionais, o sistema de seguro-desemprego no país se destina aos trabalhadores do mercado formal de trabalho (empregados com carteira profissional e contribuintes da Previdência Social), e terá como fonte de financiamento contribuições compulsórias dos empregados, empregadores e do Estado. Os fundos arrecadados serão administrados por um conselho tripartite composto por representantes dos trabalhadores, dos empresários e do governo federal, e se destinarão a garantir aos trabalhadores inscritos no sistema demitidos de seus empregos, pelo menos 70% de seu salário, por período suficiente para que encontre recolocação no mercado de trabalho. O SINE/MTb será transformado em Agência Central de Emprego com a finalidade de cadastrar os desempregados e encontrar opções de colocação no mercado de trabalho para os beneficiários.

rios do seguro-desemprego.

A eficácia de um sistema social de proteção aos de sempregados pressupõe uma gestão racional da força de trabalho pelas empresas. Nesse sentido, o governo de transição através de legislação específica imporá restrições ao poder das empresas nas decisões de demissão de mão-de-obra, com o objetivo de inviabilizar as demissões arbitrárias e injustificadas de trabalhadores (rotatividade de mão-de-obra). Por sua vez, as demissões em massa deverão ser comunicadas antecipadamente à Agência Central de Emprego e ao Sindicato dos trabalhadores e só se efetivarão com a concordância das instâncias envolvidas e nas condições que vierem a ser estipuladas em negociação direta.

3. Política de Abastecimento

O empobrecimento em termos quantitativos e qualita tivos da dieta alimentar básica da população de baixa renda, con sequência das perdas de renda real no último quadriênio, se cons titui num dos problemas mais angustiantes a serem enfrentados de imediato pelo governo de transição. O que está em jogo é a própria sobrevivência de largas parcelas da população, ameaçada pela insuficiência da alimentação. O acúmulo de carências pro têicas, vitamínicas e calóricas debilita o organismo humano, tornando-o mais vulnerável às doenças, diminui suas energias e capacidade para o trabalho, e, em consequência, restringe sua esperança de vida. Sob tais condições vivem, hoje, cerca de 16,3

milhões de famílias, com 67,8 milhões de membros, e que, ao final de 1983 tinham uma renda mensal inferior ou no máximo igual a dois salários mínimos. Garantir a essas famílias condições de adquirir maior quantidade de gêneros de primeira necessidade, eliminando a fome, deve ser a prioridade primeira do governo de transição, e para tanto é necessário que formule uma política de abastecimento explicitamente orientada para a elevação do nível de consumo da população de baixa renda, no curto prazo. São instrumentos básicos dessa política: 1) incentivos ao aumento da produção agrícola e industrial dos gêneros de primeira necessidade, via sistema de crédito, garantia de preços mínimos compensadores e assistência técnica direta; 2) eliminação dos impostos indiretos (IPI e ICM) que incidem sobre os produtos agrícolas e industriais essenciais para a sobrevivência dos trabalhadores; 3) aumento da disponibilidade interna dos gêneros essenciais, no curto prazo, limitando ou mesmo impedindo as exportações desses produtos, e importando o que for necessário para atender a elevação do consumo interno e para a constituição de estoques reguladores; 4) subsídios diretos ao consumo dos gêneros de primeira necessidade, estabilizando o preço de venda aos consumidores; 5) fortalecimento e ampliação do sistema de controle de preços sobre a produção e comercialização dos bens de consumo dos trabalhadores, bloqueando movimentos de alta especulativos; e 6) ampliação do sistema de distribuição público de venda direta à população dos produtos essenciais, eliminando a intermediação.

Em paralelo a essas medidas de redução do custo médio para o consumidor da cesta básica de produtos essenciais, o

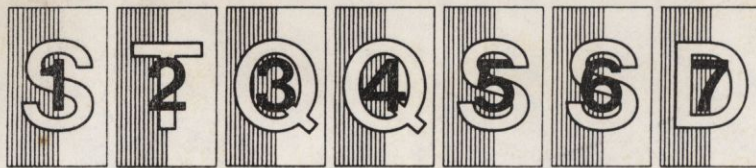
governo de transição deve fortalecer os programas de merenda escolar e de assistência à população materno-infantil já existentes; bem como, criar um programa emergencial de alimentação pelo qual garantiria aos municípios recursos para o fornecimento de alimentação pronta e gratuita para a população mais carente e necessitada de auxílio direto dos poderes públicos. Por último, e ainda dentro do objetivo de aumentar o nível de consumo da população de baixa renda, o governo de transição dará início ao processo de recuperação do poder de compra do salário mínimo, esmagado nos últimos vinte anos pela ditadura militar, determinando um abono de emergência, a partir de 1º de março de 1985, não compensável por ocasião do reajuste semestral do salário mínimo em maio.

III - CONCLUSÃO

O efeito combinado da política ativa de emprego, de garantias sociais aos desempregados e de abastecimento contribuirá decisivamente para minorar os sofrimentos da população pobre brasileira, ampliando as oportunidades de emprego e aumentando os níveis de renda e consumo. Estes efeitos positivos sobre as condições de vida das camadas mais pobres da população contribuirão para impulsionar a retomada do crescimento econômico dentro de um padrão econômica e socialmente mais justo. A superação do autoritarismo depende da negação do estilo de crescimento econômico que propiciou e garantiu durante sua existência, concentrador de rendas, marginalizador e excludente dos trabalhadores da cidade e do campo. A experiência de vida democrática que se inicia será estável e duradoura se

propiciar melhorias substanciais no padrão de vida e na qualidade da existência dos cidadãos pobres, incorporando-os em sua totalidade no desfrute da produção social, sob condições de maior igualdade e justica social. A realizacão dos programas emergenciais de geração de emprego, renda e aumento do consumo das classes pobres, ao lado da definição de diretrizes de uma política de desenvolvimento econômico e social de médio e longo prazo centrada no atendimento das necessidades da população, será manifestação inequívoca de identidade do governo de transição democrática com as aspirações, anseios e esperanças do povo brasileiro.

Rio, 13/11/84



BRASÍLIA-DF
07/05 a 13/05/1984

ESTATUTO DA MICROEMPRESA ENVIADO AO CONGRESSO

Brasília (EBN) — O presidente João Figueiredo encaminhou ao Congresso Nacional, no último dia 7, o Estatuto da Microempresa, composto de um projeto de lei complementar e um, de lei ordinária. O primeiro cuida da isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) e do Imposto sobre Serviços (ISS), e estabelece os parâmetros para definição da microempresa pelos Estados e Municípios. O segundo se ocupa da conceituação da microempresa na esfera federal e do seu tratamento diferenciado nos campos administrativo, fiscal, previdenciário, trabalhista e creditício.

Segundo o coordenador e secretário-executivo do Programa Nacional de Desburocratização, João Geraldo Piquet Carneiro, o objetivo primordial do Estatuto "é reduzir o peso burocrático e fiscal sobre as microempresas, assegurando a sobrevivência e o desenvolvimento das empresas existentes e abrindo caminho para a criação de novas unidades produtivas".

— O Estatuto da Microempresa é a primeira tentativa de assegurar, de forma abrangente, tratamento diferenciado e liberalizado para as empresas de pequeno porte" — disse Piquet Carneiro, acrescentando que "os objetivos econômicos e sociais da medida são evidentes. O estatuto, ao abrir a perspectiva de trabalho legalizado a milhões de brasileiros, pretende ser instrumento por excelência de combate à recessão e ao desemprego. Além disso, ao retirar as microempresas do controle burocrático e fiscal, o Estatuto se constitui no primeiro grande passo para levar a abertura democrática ao campo econômico", asseverou.

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

"As principais características do Estatuto são as seguintes:

1º) Isenção dos tributos que incidem diretamente sobre a atividade produtiva da microempresa, a saber:

- Imposto de Renda
- Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)
- Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICM)
- Imposto sobre Serviços (ISS)
- Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)
- Imposto sobre Serviços de Transporte e Comunicações (ISTR)
- Imposto Único sobre Minerais (IUM)
- Taxas federais relacionadas com o exercício do poder de polícia.

2º) Simplificação do processo de registro e constituição da microempresa:

- O registro será gratuito, obedecerá ao regime sumário e poderá ser feito pelo correio.

- O próprio órgão de registro comunicará aos demais órgãos federais, estaduais e municipais a constituição da microempresa, que ficará dispensada de obter, ela própria, o cadastramento em cada uma dessas repartições.

3º) Dispensa de obrigações burocráticas:

- Não se aplicarão às microempresas as exigências e obrigações de natureza administrativa e burocrática decorrentes de legislação federal, salvo aquelas previstas especificamente no Estatuto da Microempresa.

- As microempresas ficarão dispensadas de escrituração contábil e fiscal.

- Os Estados e Municípios, nas respectivas esferas de competência, deverão orientar-se no sentido de reduzir ou eliminar as taxas e obrigações de natureza burocrática que incidem sobre as atividades das microempresas.

4º) Simplificação dos procedimentos relativos ao cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária:

Os empregados das microempresas terão todos os direitos assegurados pela legislação previdenciária e trabalhista, inclusive o depósito no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). No entanto, o Poder Executivo poderá estabelecer procedimentos simplificados, que facilitem o cumprimento dessa legislação pela microempresa.

5º) Acesso facilitado ao crédito:

- Às microempresas serão asseguradas condições especialmente favorecidas nas operações que realizarem com bancos e instituições financeiras.

- Nos empréstimos por bancos oficiais, de valor até 5.000 ORTN, não se exigirão das microempresas garantias que sejam incompatíveis com o seu reduzido porte econômico

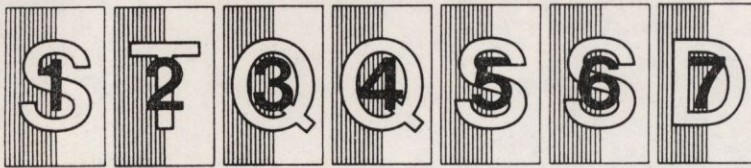
- São vedadas, nos empréstimos oficiais, as cláusulas de reciprocidade, tais como a exigência de saldo-médio, e dispensada a apresentação de projetos ou planos de aplicação, bem como a comprovação de cumprimento de obrigações, inclusive de natureza fiscal, perante órgãos da administração pública.

- Caberá ao Conselho Monetário Nacional disciplinar a aplicação das normas sobre crédito às microempresas.

6º) Definição da microempresa

- A definição de microempresa será feita em função da sua receita bruta. Para os fins de legislação federal, considera-se microempresa a firma individual ou pessoa jurídica cuja receita bruta não exceda de 10.000 ORTN calculada em janeiro de cada exercício.

- Os Estados e Municípios, para fins de isenção do ICM e do ISS, dimensionarão as suas microempresas levando em conta as características regionais ou locais, observando o limite máximo de 10.000 ORTN. Além disso, a isenção não poderá ser superior a 5 por cento da arrecadação prevista para o imposto isento.



BRASÍLIA - DF

07/05 a 13/05/1984

c) As microempresas adotarão, em seguida à sua denominação ou firma a expressão "MICROEMPRESA" ou, abreviadamente, "M.E."

d) Perderá o direito ao tratamento favorecido pelo Estado a microempresa que, durante 2 (dois) anos consecutivos, exceder o limite de renda bruta anual ou que, a qualquer tempo, deixar de preencher as demais condições de enquadramento nele fixadas.

79) Exclusões:

Não se beneficiarão do regime previsto no Estado da Microempresa: as empresas constituídas sob a forma de sociedade anônima; as sociedades que tenham como sócio pessoa física ou jurídica residente no exterior; as sociedades prestadoras de serviços de profissionais liberais; as empresas holding; as demais empresas que exercem atividades típicas de médias e grandes empresas."

FIGUEIREDO INAUGURA CENTRO TECNOLÓGICO PARA INFORMÁTICA

Campinas, SP (ENB) — O presidente Figueiredo inaugurou, no último dia 8, o Centro Tecnológico para Informática, integrante da política nacional de informática desenvolvida pelo Conselho de Segurança Nacional.

O ministro Danilo Venturini (secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional e ministro extraordinário para Assuntos Fundiários), em discurso, na ocasião, disse que a criação do CTI constitui marco da maior relevância para a meta de buscar, cada vez mais, a capacitação nacional no setor de informática e campos afins, "assegurando ao Brasil a possibilidade de, soberanamente, absorver, criar e administrar recursos de informação, na justa medida de seu desenvolvimento cultural, social e econômico."

— O uso dizer que essa não é apenas a posição de idealistas ou de alguns integrantes da equipe governamental. É, isto sim, o entendimento da sociedade brasileira identificando, em Vossa Excelência, o incentivador da política nacional de informática que, em seu governo, adquiriu expressão irreversível — afirmou o ministro, dirigindo-se ao presidente Figueiredo.

Danilo Venturini conclamou os pesquisadores, os empresários, os profissionais, os estudantes, os usuários de informática, e todos que, de uma forma ou de outra, estejam ligados ao setor, para trabalharem em prol do sucesso do Centro Tecnológico para Informática.

O diretor-geral do Centro, José Rubens Dória Porto, ao justificar a criação do empreendimento, lembrou que o CTI procura agir de modo articulado não só com a Secretaria Especial de Informática (SEI) mas com outros órgãos governamentais e entidades privadas.

A ação complementar e integrada do Centro com empresas e universidades, segundo Dória Porto, é outra característica do CTI, com o objetivo de atender necessidades especí-

ficas que não são ou não podem ser atendidas, no momento, pelas empresas, buscando maximizar o uso de recursos e competências existentes nas universidades.

Embora constituído como entidade governamental, o Centro não se mantém exclusivamente com recursos do governo, obtendo receitas através de projetos contratados. Dória Porto destacou que, a partir de fevereiro último o Centro iniciou entregas regulares mensais de circuitos integrados produzidos na linha piloto de encapsulamento destes circuitos, que são necessários à fabricação de centrais telefônicas. Esses circuitos, disse, não são produzidos por nenhuma empresa no País e de outra forma teriam que ser importados.

O secretário Especial de Informática, Joubert Brízida, por sua vez, lembrou que a SEI sempre procurou levar os benefícios da informatização à sociedade brasileira. "Nesse sentido — afirmou — direcionamos substancial parte de nossos esforços e já começam a espocar no Brasil as aplicações sócio-econômicas do computador".

— Assim é que já o vemos presente na educação de nossos jovens, na assistência médico-hospitalar aos menos favorecidos, no auxílio à administração dos pequenos e médios empresários, na agricultura, na justiça e em tantas outras aplicações — destacou.

Segundo Brízida, a Secretaria Especial de Informática, criada no governo do presidente João Figueiredo, procurou implementar as diretrizes estabelecidas para o setor, atuando no campo industrial, de formação de recursos humanos e no campo internacional, no qual "as posições brasileiras, sempre firmes e claras, grangearam o respeito e a admiração que conosco participaram de congressos, seminários e conferências".

NÍVEL DE DESEMPREGO REGISTRA DECLÍNIO

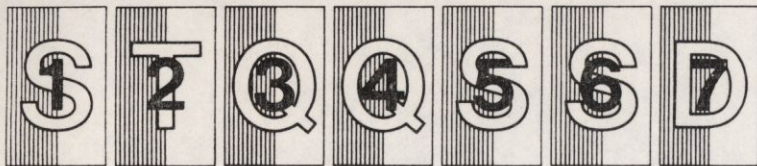
Brasília (EBN) — A Secretaria de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho divulgou, no último dia 4, levantamento sobre o cadastro geral de empregados e desempregados, relativo ao mês de março. De acordo com os dados, a variação do nível de emprego, em todo o País, no mês de março, com relação ao mês anterior, evidenciou um declínio de 0,13 por cento, correspondente a um saldo negativo de 20.723 empregos.

Segundo o levantamento, dentre as cinco macroregiões, três (Norte, Nordeste e Sudeste) apresentaram queda e as outras duas (Sul e Centro-Oeste), apresentaram variações positivas no nível de emprego.

Na região Norte, o nível de emprego declinou 1,01 por cento, em duas das suas unidades federadas, sendo que a variação de maior peso coube ao Estado do Amazonas (4,09 por cento). Na região Nordeste, dos nove Estados, o Piauí apresentou uma elevação no nível de emprego, os demais tiveram variações negativas, destacando-se a Bahia que apresentou um índice de 0,97 por cento.

A região Sudeste, onde se concentra a maior parte da atividade econômica do País apresentou um índice de 0,18 por cento.

O nível de emprego declinou em três dos quatro Estados, mantendo-se praticamente estável para São Paulo



BRASÍLIA-DF

07/05 a 13/05/1984

(0,09 por cento, com um saldo de 4.180 empregos).

Os estudos apontaram que na região Sul os índices foram positivos (0,46 por cento), sendo que as variações foram todas positivas, e na Centro-Oeste, os Estados da fronteira agrícola apresentaram elevações no nível de emprego, enquanto o Distrito Federal, com uma estrutura econômica de base urbana, evidenciou declínio de 0,19 por cento no nível de emprego.

De acordo com levantamento, dentre as 26 unidades da Federação, inclusive o Distrito Federal, quinze tiveram declínio no nível de emprego durante o mês de março, resultado que contrasta com o de fevereiro, quando apenas oito Estados evidenciaram variações negativas.

O resultado para as Regiões Metropolitanas evidencia elevações no nível de emprego em relação ao mês de fevereiro apenas para três das dez áreas (Belém, São Paulo e Porto Alegre), destacando-se entre as quedas mais significativas as das Regiões Metropolitanas de Salvador (1,31 por cento) e Belo Horizonte (1,41 por cento).

Para as dez áreas metropolitanas que concentram a maior parte da força de trabalho urbana do País, observou-se um declínio no nível de emprego de 0,25 por cento em relação a fevereiro.

Em termos gerais, de acordo com o levantamento, o quadro demonstra que os setores exportadores amorteeceram a queda no nível de emprego, durante o mês de março

BRASIL ESTABELECE RELAÇÕES COM IÊMENS DO SUL E DO NORTE

Brasília (EBN) — O Brasil estabeleceu relações diplomáticas, a nível de Embaixada, com a República Democrática Popular do Iêmen (Iêmen do Sul) e com a República Árabe do Iêmen (Iêmen do Norte), informou o Itamaraty. A designação de embaixadores não residentes será feita pelos canais diplomáticos, em datas a serem fixadas.

O Itamaraty explicou que o estabelecimento em caráter cumulativo, de relações diplomáticas com os dois Iêmens completa o círculo dos países do Oriente Próximo cobertos pela ação da diplomacia brasileira.

O Iêmen do Sul é independente desde 1967 e incorporou a antiga colônia britânica da Áden e o protetorado britânico da Arábia do Sul, e as ilhas de Perim, Camarao e Socotra. Desde a interrupção da ajuda financeira britânica em 1968, este país passou a receber a cooperação de vários Estados árabes, como a Arábia Saudita, o Coveite e os Emirados Árabes Unidos, e também do bloco socialista especialmente da União Soviética e da República Democrática Alemã.

O Iêmen do Norte situa-se em região montanhosa onde floresceu há 2 mil anos o Reino de Sabá. No curso de sua história, o Iêmen do Norte foi seguidamente conquistado e ocupado por vários invasores. Ao fim da 1ª Guerra Mundial, o país recuperou sua independência e sua república foi proclamada em 1964.

O comércio do Brasil com o Iêmen do Norte chegou a US\$ 5,7 milhões em 1983. O Brasil tem colocado no mercado iemenita frangos congelados, produtos siderúrgicos e manufaturas diversas.

RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA TERÁ CONDIÇÕES RAZOÁVEIS

Rio (EBN) — O ministro Delfim Netto (Planejamento) afirmou, durante palestra efetuada na Escola Superior de Guerra, que o Brasil está caminhando para encontrar condições mais razoáveis para a renegociação de sua dívida externa. Acrescentou que, para o Brasil continuar crescendo, terá que ampliar cada vez mais o setor exportador. "Este é um crescimento que não cria problemas para o balanço de pagamentos e pode durar o resto do tempo", disse.

Ainda sobre exportações, o ministro salientou que o mercado interno não fica prejudicado com elas e acrescentou: "a exportação gera salários, que compram produtos que geram ICM. Logo, é uma tolice afirmar que as exportações não produzem imposto de circulação de mercadorias".

O ministro Delfim Netto destacou, ainda, que, após vinte meses, a recessão brasileira caminha para o seu final. Revelou que o País já aponta indicadores positivos no setor industrial e nos níveis de emprego e ratificou os recentes dados sobre este setor, divulgados pelo IBGE, que, para ele, representam, pelo menos, uma posição estável.

Em sua palestra, o ministro do Planejamento observou a diminuição da dependência no setor energético brasileiro, em relação ao exterior, graças ao grande esforço de extração de petróleo, ao desenvolvimento satisfatório do Proálcool, à ampliação do volume de produção do carvão e à gradual substituição de combustível por energia elétrica.

Finalmente, Delfim Netto descartou a possibilidade de mudanças na política do Fundo Monetário Internacional para com o Brasil, afirmando que "esta política, na realidade, somos nós mesmos que a ditamos".

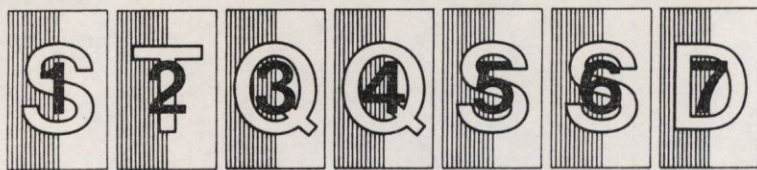
JOST REÚNE CONSELHO NACIONAL DE COOPERATIVISMO

Brasília (EBN) — Na qualidade de presidente do Conselho Nacional de Cooperativismo, o ministro Nestor Jost (Agricultura) reuniu-se no último dia 8, com os demais membros do CNC. À saída do encontro, o presidente do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), Paulo Yokota, declarou que a única novidade decorrente da reunião foi a deliberação sobre as resoluções de números 3 e 9 do próprio Conselho, que proibiam o estabelecimento de cooperativas do mesmo ramo na mesma região.

Os membros do CNC entenderam pela liberação dessa

questão, permitindo a livre concorrência de diversas entidades e que dessa forma cooperativista, o risco dos cooperativados se estabeleceria nas suas comunidades. Yokota afirmou que a queda dessas resoluções é salutar para o fortalecimento do sistema cooperativista, na medida em que "diminui o grau de intervenção do Governo no setor."

O presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras, José Pereira Campos Filho, é de opinião que a menor ingerência governamental traz benefícios para os cooperativados, "atribuindo aos quadros sociais gerir o que é seu". Para ele, as modificações internas no CNC são normais, uma



BRASÍLIA - DF

07/05 a 13/05/1984

vez que "o ordenamento jurídico tem que acompanhar os fatos sociais".

Por outro lado, o ministro Nestor Jost afirmou que a posição do Governo federal, determinada pelo próprio presidente Figueiredo, é a de se apurar com o maior rigor as possíveis irregularidades na administração anterior do Banco Nacional de Crédito Cooperativo-BNCC. Ele definiu essa posição durante a solenidade de posse da nova comissão especial, encarregada de apurar as denúncias sobre irregularidades, criada por determinação da Presidência da República.

Jost informou também que não tinha qualquer recomendação especial a dar aos membros da comissão; apenas gos-

taria de ver apuradas as denúncias, "pois o BNCC não pode continuar sob suspeição". Após a instalação, a comissão convocou o presidente do BNCC, Raul Agostini, para prestar informações aos seus membros: Jaime Soares de Albuquerque (Ministério da Agricultura), Paulo Roberto Gomes e Antonio Carlos dos Santos Melo (Banco Central) e Apolônio Castro Figueiredo (representante das cooperativas).

A comissão deve apurar a quebra de sigilo bancário com vazamento de informações de caráter interno e fidedignidade "duvidosa", além de analisar e emitir parecer sobre os relatórios das comissões de sindicância criadas no âmbito do banco para a apuração de eventuais irregularidades na área de concessão de financiamento do Provarzeas e de câmbio.

APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO TEM INSCRIÇÕES ABERTAS PARA PROPOSTAS

Brasília (EBN) — A coordenação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT) está divulgando os editais de convocação para que instituições de ensino e pesquisa apresentem suas propostas para se integrarem ao Programa. O PADCT, que será implementado a partir deste ano pelo CNPq, Capes, Finep, e STI, contará com recursos da ordem de Cr\$ 460 bilhões, que serão repassados às entidades executoras de projetos e/ou pesquisa.

O Programa, que terá a duração de cinco anos, é destinado a atender a questões e segmentos prioritários de ciência e tecnologia, bem como àqueles considerados dependentes de maior atenção por parte do poder executivo. Representa, assim, uma iniciativa de caráter complementar àquelas que já vêm sendo normalmente desenvolvidas. As áreas que serão beneficiadas são: educação para ciências, biotecnologia, química e engenharia química, geociências e tecnologia mineral, instrumentação, informação em ciência e tecnologia, provimento de insumos essenciais, tecnologia industrial básica e planejamento e gestão de ciência e tecnologia.

Os editais de convocação estarão à disposição dos interessados em diversos locais, tais como sociedades científi-

cas, universidades, institutos e centros de pesquisa, além das agências do CNPq, Museu Emílio Goeldi (Belém), Inpa (Manaus), agência São Paulo da Finep e Finep-Rio, Capes e STI.

Poderão se candidatar universidades, institutos e centros de pesquisas, empresas e associações científicas e profissionais, entidades municipais, estaduais e federais, e outras instituições nacionais que atuem no setor, que se credenciarão mediante apresentação de propostas às respectivas agências. Os editais fixarão, basicamente, a natureza e abrangência das propostas que poderão ser apresentadas para julgamento, em cada subprograma; os objetivos a alcançar; as prioridades; estratégias e critérios de elegibilidade; prazos de execução, informações específicas sobre o julgamento e indicações gerais às formas de apoio financeiro, incluindo exigências quanto à contrapartida.

O PADCT dará grande impulso ao desenvolvimento científico e tecnológico, principalmente através do apoio à promoção de ações voltadas para a formação e capacitação de recursos humanos e de realização de atividades relacionadas com pesquisa e desenvolvimento, além de melhoria da infra-estrutura de Apoio e Serviços.

SERPRO LANÇA PRÊMIO DE INFORMÁTICA

São Paulo (EBN) — O presidente do Serviço Federal de Processamento de Dados — Serpro, José Dion de Melo Telles, lançou, em São Paulo, o "Prêmio Serpro de Informática", em comemoração aos 20 anos de atividades da empresa. O objetivo é premiar os melhores trabalhos sobre a comunidade de informática brasileira.

Segundo Dion de Melo, nos últimos 20 anos foram treinados pelo Serpro cerca de 18 mil funcionários, que atualmente operam em vários pontos do País na aplicação da "moderna tecnologia mundial em serviços nacionais". Lembrou que a empresa tem uma estrutura que vem apoiando o setor público na geração de benefícios da tecnologia em favor da sociedade. Como exemplo, citou a automatização da restituição do imposto de renda, implantada pelo ór-

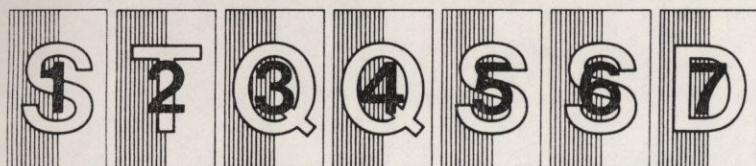
gão ao longo dos últimos 20 anos e a operação dos 20 milhões de contas da Caixa Econômica Federal, além da utilização dos computadores para apurações eleitorais.

Sobre o "Prêmio Serpro de Informática", o presidente do Serpro explicou que poderão concorrer todos os trabalhos publicados no período que compreende primeiro de setembro de 83 a trinta de setembro de 84, ou os trabalhos, publicados ou não, por técnicos e estudantes universitários. Cada participante poderá concorrer com até três trabalhos nas categorias de jornalismo e monografia. O melhor trabalho de cada categoria receberá um prêmio em dinheiro correspondente a 200 ORTNs (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional). As inscrições se encerram no dia 5 de outubro.

PASSARINHO QUER REDUZIR DEFICIT DA PREVIDÊNCIA

Belo Horizonte (EBN) — O ministro Jarbas Passarinho (Previdência e Assistência Social) declarou, na capital minei-

ra, no último dia 7, que haverá uma redução "de um terço no déficit previsto para o orçamento do setor", e que as es-



timativas preliminares realizadas pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República previam que este déficit seria de Cr\$ 2,3 trilhões, para 1984.

— Tudo isto é o resultado de muito esforço. Não há nisto nenhum milagre e várias iniciativas colaboraram para obtê-lo, como os decretos 2.087, 2.082 e 2.088, a criação de melhores condições de recebimento pelos inadimplentes, a taxação da gasolina e do álcool — afirmou o ministro Jarbas Passarinho, acrescentando que a partir de agora, quando sentimos alguns sintomas de melhoria da situação econômica nacional sobretudo com a redução do desemprego, poderemos também melhorar a arrecadação”.

Segundo Jarbas Passarinho, a Previdência Social cobria, no Brasil, cerca de 25 milhões de pessoas e hoje atende a 105 milhões. Denunciou aqueles que estão levantando rumores alarmistas sobre supostas mudanças nos critérios para o estabelecimento de aposentadoria, lembrando que estão

causando um grande mal aos previdenciários. “Pessoas que tinham até 34 anos de serviço — disse — preferiram aposentar-se às pressas e perderam, por isto quatro anos de seu tempo de trabalho, por causa destes boatos, completamente falsos”.

O ministro explicou que a Previdência tem que ser repensada. “Cobrando o déficit de 1983 — afirmou — e não medimos esforços para conseguir o mesmo com o deste ano. O Brasil é, praticamente, o único país com expressão na área previdenciária que não cria limites de idade para uma pessoa aposentar-se. Várias nações ricas o fazem, por não conseguiram bancar o número de aposentados que saem precocemente da força de trabalho”, concluiu o ministro da Previdência a Assistência Social.

Em Belo Horizonte, Jarbas Passarinho debateu com empresários mineiros aspectos relacionados com a política que vem sendo adotada pelo seu ministério.

GOVERNO AUMENTARÁ ÁREAS PLANTADAS COM PRODUTOS ESSENCIAIS

Rio (EBN) — O ministro Nestor Jost (Agricultura) anunciou que o seu ministério vai “acelerar e aumentar as áreas plantadas com milho, feijão arroz e mandioca, produtos que realmente estão com deficiência de oferta e que têm pressionado muito a inflação”.

Quanto ao abastecimento do óleo de soja, o ministro disse que há abundância do produto, pois a colheita do ano passado foi maior do que a deste ano. “O que existe, disse, é um virtual tabelamento que está dificultando o abastecimento. O preço do óleo no mercado externo está progredindo muito e as autoridades têm procurado coibir o aumento do produto no mercado nacional, para evitar a inflação”, explicou.

Nestor Jost disse, ainda, que este ano será sentida a repercussão do aumento nos juros e na correção monetária sobre os empréstimos feitos à lavoura no ano passado. Acrescentou que os agricultores tiveram a promessa de que o preço da colheita influiria nos custos, “mas as previsões são de que o dinheiro está custando um terço do produto, o que, evidentemente, é muito alto”, pois, acrescentou, “não há nenhum exemplo no mundo de que os juros sejam um terço da colheita, como está acontecendo no Brasil”.

CONFAZ APROVA EMISSÃO DE DOCUMENTOS POR COMPUTADOR

Brasília (EBN) — O Conselho de Política Fazendária (CONFAZ), reunido em Brasília, aprovou convênio que fixa diretrizes para emissão de documentos e livros fiscais por processamento eletrônico. Com esta medida o Conselho elimina uma série de dificuldades criadas pelo atual convênio que regula o assunto, especialmente no que se refere à compilação de dados de grandes empresas.

Com o novo convênio, as empresas médias e grandes poderão usar computadores em tamanhos diversos contribuindo dessa forma para a desburocratização do desempenho fiscal. Uma das vantagens apontadas por Mailson Nóbrega secretário geral do Ministério da Fazenda e coordenador da reunião do Confaz, será a facilidade de cumprimento das obrigações fiscais, sem exigência de livros e prevendo até mesmo a emissão de notas fiscais através de computadores.

Outro fator favorável apontado por Mailson é o incentivo à indústria nacional de computadores. Ele acredita que o funcionamento do sistema fiscal em bases eletrônicas não cria desemprego e considera que a indústria do País ganha com a medida em termos de aumento de produção e mercado. Por último, o secretário-geral lembra que o novo sistema facilitará grandemente a fiscalização em todos os pontos do território nacional.

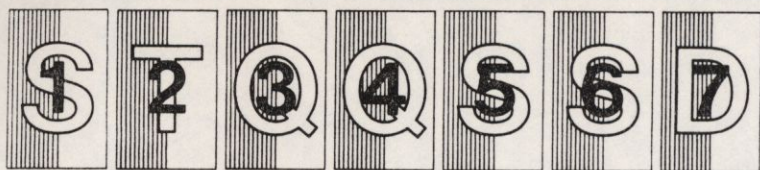
ESPECIALISTAS ESTUDAM RETORNO DA CURA PELAS ÁGUAS

Belo Horizonte (EBN) — Realizou-se em São Lourenço, a 427 quilômetros de Belo Horizonte, o I Simpósio Internacional de Termalismo Médico, que reuniu, durante quatro dias, mais de duzentas autoridades federais e estaduais ligadas ao turismo e termalismo, médicos, estudantes de medicina e jornalistas, para discutir o retorno da cura pelas águas, em substituição ao uso indiscriminado de produtos químicos.

Além de especialistas brasileiros, participaram dos debates autoridades médicas vindas da França, Espanha, Uru-

guai e Argentina, entre as quais os presidentes da Organização Mundial de Termalismo, Marcial Campos Farinah da Sociedade Brasileira de Termalismo, José Pecinini Petri; o diretor da Hidrominas, Talúcio Maciel; o diretor da Turminas, Sérgio Ferrara Filho, e o superintendente do Fomento de Urbanização das Estâncias — Fumesto, do Governo de São Paulo, Luís Wolgram Teixeira.

Aspectos gerais do idoso, a ciência do termalismo atualização em creme e talassoterapia (cura pelas águas do mar), aspectos históricos do termalismo, fisiopatologia e hiperten-



são arterial foram os principais assuntos discutidos no Simpósio.

Para o superintendente da Fumest, Luís Wolgram, a contribuição principal que o Estado de São Paulo levou ao simpósio foi a recuperação das potencialidades do termalismo brasileiro já estando programados o III Seminário Brasileiro de Termalismo, a ser realizado em Florianópolis, de 21 a 23 de setembro, em conjunto com o Governo de Santa Catarina, e o II Simpósio Internacional de Termalismo Médico, em Caldas Novas (GO), em 1985.

CRENOTERAPIA

O superintendente da Fumest defendeu, ainda, a volta das aulas de crenoterapia e termalismo para as escolas de medicina de todo o País, informando que o abandono dessa prática foi decorrência de uma valorização dos moldes europeus "e a partir daí a crenologia saiu dos currículos escolares". Assinalou que não concorda com essa ausência de ensino de termalismo, "porque os valores termais do Brasil são violentos, a infraestrutura e o parque instalados no Brasil são

os melhores do mundo, se juntarmos os acervos de Minas Gerais e de São Paulo, qualquer país vai ficar muito a desejar no que temos no Brasil".

Uma mesa redonda sobre turismo e saúde encerrou o I Simpósio Internacional de Termalismo Médico, no Centro de Convenções do Hotel Primus, em São Lourenço, com a participação de representantes do Grupo Perrier, da Associação Médica de Minas, das empresas de turismo Turminas e Hidrominas, prefeito de São Lourenço e autoridades federais e estaduais.

Na ocasião, o diretor da Hidrominas, Talúcio Maciel, pediu uma mudança no calendário das férias escolares, adotando anos diferentes nas diversas regiões brasileiras, e aumentando conseqüentemente o fluxo turístico nos 9 meses em que não há férias no País. Citou os casos de que, no Rio de Janeiro, as férias deveriam coincidir com o verão, no Sul seriam no inverno e nas regiões agrícolas, durante as inter-safas. Ele pediu, ainda, que sejam dadas condições para que os idosos frequentem as estâncias hidrominerais, criando-se uma rede de turismo e serviços ao seu dispor.

MATO GROSSO DO SUL EXPORTARÁ SOJA PARA A URSS

Campo Grande (EBN) — O Estado de Mato Grosso do Sul poderá exportar este ano, para a União Soviética, cerca de oitocentas mil toneladas de soja, a granel. Este total corresponde à capacidade exportadora de sete empresas privadas e cooperativas do estado, segundo informa o secretário de Indústria e Comércio, Eraldo Moreira.

Ele acrescentou que o interesse dos soviéticos em importar a soja produzida em Mato Grosso do Sul foi comunicado verbalmente pelo chefe da representação comercial da União Soviética no Brasil, Vladislav Kurenkov, quando de sua visita ao governador Wilson Barbosa Martins, no início deste mês.

Segundo Eraldo Moreira, o interesse da União Soviética pela soja de Mato Grosso do Sul deve-se a que o seu teor de oleosidade é de dois por cento a mais do que o da soja de outras regiões do País. Ele informou, também, que a produção deste ano estará em torno de dois milhões de toneladas

transformando-se no principal produto agrícola do Estado.

Várias providências deverão ser tomadas para a concretização da exportação, sendo que a principal refere-se à questões fazendárias e da própria estrutura do Estado, como a cobrança do ICM que é calculado também sobre o frete e as despesas portuárias. Para contornar este problema, foi elaborado um documento, através do Centro de Exportação e Comércio Exterior (CECEMS) do Estado, a ser enviado ao Governador, reivindicando mudanças na área tributável.

Outras providências estão sendo tomadas, segundo explica o secretário Eraldo Moreira, entre as quais a instalação de um laboratório adequado para analisar a soja comercializada, tendo em vista as exigências da União Soviética. Dentre elas destaca-se um terminal específico, no porto de Paranaçu, para armazenagem exclusiva da soja a ser produzida em Mato Grosso do Sul.

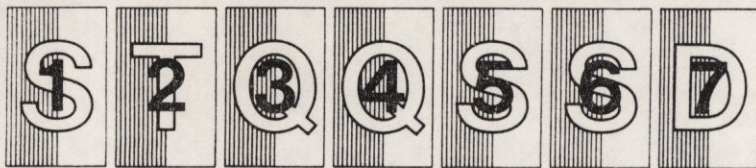
MEC REFORÇA ORÇAMENTO PARA ENSINO DE PRIMEIRO GRAU

São Paulo (EBN) — O secretário-geral do Ministério da Educação e Cultura, Sérgio Mário Pasquali, disse à EBN que os recursos destinados pelo ministério para o ensino do primeiro grau, este ano, serão reforçados em Cr\$ 300 bilhões, provenientes do Fundo de Investimento Social (Finsocial).

Sérgio Pasquali fez esta afirmativa, na capital bandeirante, onde participou do seminário "O que Municipalizar no Ensino de Primeiro Grau", que se realizou de 8 a 10 do corrente mês, na Fundação Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional (Cenafor), reunindo prefeitos e secretários de educação de municípios paulistas.

Segundo Sérgio Pasquali, os recursos do Finsocial representam um acréscimo de cem por cento nos investimentos destinados ao ensino de primeiro grau pois este segmento continua representando a prioridade do MEC. Frisou, também, que a municipalização do ensino contribui para o fortalecimento da educação no primeiro grau.

Ele destacou, ainda, que a municipalização do ensino de primeiro grau faz parte da política de descentralização do Ministério da Educação e Cultura, lembrando que "existe hoje no País um clima propício para esta participação, pois é através do envolvimento das comunidades na problemática do ensino do primeiro grau que se pode conseguir um melhor rendimento em benefício dos alunos.



SAÚDE VAI IMPLANTAR NOVO MODELO DE BULAS FARMACÊUTICAS

Brasília (EBN) — Até o final do semestre, o Ministério da Saúde já terá um novo modelo de bulas para os produtos farmacêuticos, que deverá ser implantado gradualmente pelas indústrias do setor. Entre as principais mudanças destaca-se a padronização das bulas, com todas as informações seguindo uma mesma ordem, o que não ocorre com as apresentações de remédios, atualmente.

Além disso, ao contrário da forma atual, as bulas vão trazer informações específicas para o consumidor e os profissionais de medicina, segundo informou o Diretor da Divisão de Cosméticos da Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária,

Mário Augusto Rocha Júnior.

Técnicos da Secretaria de Vigilância Sanitária reuniram-se com representantes de entidades de defesa do consumidor, das comissões de saúde da Câmara e do Senado, além dos Conselhos Federais de Farmácia e de Medicina, e acertaram os principais itens do novo modelo de bula: identificação do produto, indicações, contra-indicações, precauções, interações medicamentosas e alimentares, e conduta na superdosagem. A ordem dessas informações vai ser discutida no final de junho, quando o Ministério da Saúde já estará com o modelo definitivo das bulas farmacêuticas.

FRANGO DO BRASIL CONQUISTA MERCADO EXTERNO

Brasília (EBN) — O frango do Brasil está conquistando o mercado externo e, a um prazo curtíssimo, o País pode sedimentar sua posição de primeiro exportador mundial do produto. A informação é do presidente da Associação Brasileira dos Exportadores de Frango-ABEF, Osler Dezizar, acrescentando que "o Brasil, há cerca de cinco anos, tinha uma presença praticamente nula no mercado internacional. Hoje detém cerca de 37 por cento do mercado externo".

Segundo Osler, o Brasil produz melhor frango e de forma mais eficiente do que centros muito avançados do mundo.

Em relação a algumas alternativas do mercado internacional, "não só vale mais como é melhor reputado, e isso explica exatamente esse progresso que nossas exportações têm verificado", explicou.

O presidente da ABEF afirmou que a perspectiva para este ano é de queda no volume exportado, mas sem que haja prejuízo no ingresso de divisas para o País. "Devemos exportar cerca de 15 a 20 por cento menos em volume. Mas devemos trazer o mesmo nível de divisas que trouxemos no ano anterior (1983)", disse.

Quanto à conquista de 37 por cento do mercado externo, nos últimos cinco anos, Osler Dezizar disse que obviamente os países concorrentes "não assistiram a essa progressão da presença brasileira de forma tranquila".

— Tentaram, primeiro nos derrotar em qualidade e foram derrotados. Tentaram, posteriormente, nos derrotar em níveis de eficiência — assinalou o empresário, destacando que o País deverá atingir a posição de maior exportador mundial de carne de frango num prazo curto, se não faltar apoio do governo.

TECNOLOGIA ESPACIAL NA PREVISÃO DO TEMPO

Rio (EBN) — O Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE) informou que um protótipo do sistema de visualização de imagens desenvolvido para o projeto Sítim (Sistema Interativo de Imagens Meteorológicas), em 1978, e batizado de Unidade de Análise de Imagens-1 (UAI-1) foi aperfeiçoado e, hoje, sob a denominação Unidade de Análise de Imagens-Remoto (UAI-R), já permite que as imagens obtidas sejam enviadas por uma linha telefônica digital aos usuários do sistema.

A imagem é recebida do satélite meteorológico Góes, pela estação receptora do INPE, em Cachoeira Paulista, no Estado de São Paulo, gravada numa Unidade de Análise de Imagem Mestre (UAI-M), gêmea da UAI-R e enviada aos usuários que as recebem numa UAI-R.

De acordo com os especialistas do INPE, a imagem é enviada linha por linha pelo satélite e começa a delinear-se na tela, montando aos poucos o perfil da América do Sul. A formação de nuvens e o seu deslocamento, já no ponto para decodificação pelos especialistas em meteorologia, possibilitam a previsão do tempo, a detecção de geadas e determinação da temperatura das águas do mar. A cada meia hora a cena se repete sobre o vídeo da UAI situada no INPE. Outra aplicação típica da UAI destina-se ao delineamento de nevoeiros, plumas de poluentes e queimadas em grande escala.

Como são digitais, as imagens podem ser armazenadas, eliminando-se o antigo processo de confecção de fotos, que é lento, caro e de acesso difícil.

A UAI já está sendo utilizada pela Centrais Elétricas de São Paulo (CESP), Instituto de Atividades Espaciais (INPE), Telecomunicações Aeronáuticas S/A (TASA) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

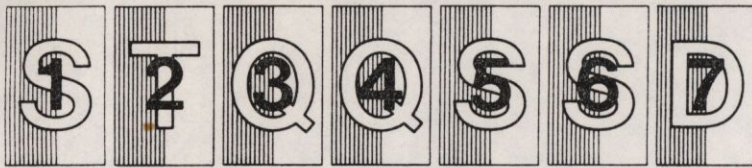
PROHIDRO TERÁ RECURSOS A FUNDO PERDIDO

Brasília (EBN) — O Programa de Aproveitamento de Recursos Hídricos do Nordeste (Prohidro) terá, este ano, Cr\$ 25 bilhões para aplicação, a fundo perdido, segundo proposta encaminhada pelo superintendente da SUDENE, Walfrido Salmito, ao ministro Mário Andreazza (Interior).

Segundo o diretor da Coordenação de Recursos Hídricos da Sudene, Geraldo Gusmão, a programação elaborada

pelo órgão teve como base as propostas apresentadas pelos governos estaduais e órgãos federais que atuam no setor. Procurou-se, ainda segundo Geraldo Gusmão, dar maior volume de verbas para a construção de açudes.

De acordo com a proposta da Sudene, Cr\$ 11,42 bilhões serão aplicados na construção de açudes destinados à perenização de rios, cujo leito terá a função simultânea de canal



BRASÍLIA - DF

07/05 a 13/05/1984

adutor e dreno. Para a construção de açudes destinados ao abastecimento de água, serão destinados Cr\$ 10,98 bilhões. O restante será aplicado na elaboração de estudos e projetos e na administração e acompanhamento do programa.

Cada Estado receberá sua parcela de recursos: o Piauí ficará com Cr\$ 2,1 bilhões; o Ceará, com Cr\$ 1,85 bilhão; Rio Grande do Norte, com Cr\$ 1,4 bilhão; Paraíba

Cr\$ 2 bilhões; Pernambuco, Cr\$ 1,55 bilhão; Bahia, Cr\$ 1,42 bilhão; e Minas Gerais, com Cr\$ 650 milhões. Estes recursos serão aplicados através de convênios com os governos estaduais, I Grupamento de Engenharia do Exército, Companhia de Desenvolvimento do Vale São Francisco (Codevasf) e Departamento Nacional de Obras contra as Secas. (DNOCS).

EBN

EMPRESA BRASILEIRA DE NOTÍCIAS

Senhor Editor

sugestões

Solicitamos de V. Sã nos informar o interesse em receber esta Resenha e agradecemos

Nosso endereço: Empresa Brasileira de Notícias-EBN

SCS - Edifício Toutic - 3º andar

Departamento de Jornalismo - Brasília-DF

Cep. 70.300

HINO NACIONAL

Inspirado na Independência do Brasil, tornou-se popularmente conhecido pelo nome de Hino ao Sete de Abril. A música foi composta pelo ilustre musicista Francisco Manoel da Silva e a letra escrita por Ovídio Saraiva.

Durante as manifestações de Júbilo pela abdicação de D. Pedro I, os acordes do Hino foram executados pela primeira vez, no dia 13 de abril de 1831, empolgando a todos os assistentes.

Com a coroação de D. Pedro II, em 1841, recebeu nova letra, sendo, daí em diante, considerado o Hino Nacional.

O advento da República, porém, impunha a sua substituição. Para tal, foi aberto concurso para a escolha de um novo Hino.

O julgamento final das composições inscritas foi realizado no dia 20/01/1890, no Teatro Lírico, com a presença de numeroso público. Contudo, o povo e o próprio Marechal Deodoro da Fonseca manifestaram-se pela composição anterior que, sem letra, foi oficializada como Hino Nacional Brasileiro, pelo Decreto 171, de 20 de Janeiro de 1890.

Alguns anos mais tarde, o Presidente Epitácio Pessoa autorizou a aquisição da letra definitiva do Hino Nacional, escrita por Joaquim Osório Duque Estrada, que foi declarada oficial pelo Decreto 1571, de 6 de setembro de 1922.



GOVERNO DEMOCRÁTICO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO

José Serra

***A CRISE ECONÔMICA E O
FLAGELO DO DESEMPREGO***

SÃO PAULO 1984

A CRISE ECONÔMICA E O FLAGELO DO DESEMPREGO

José Serra
Secretário de Economia e Planejamento

O desemprego é, sem dúvida, o problema número um para a maioria dos brasileiros, como o demonstram claramente as diversas pesquisas de opinião pública nos anos recentes. De fato, nesta primeira metade desta década, o fantasma da perda do emprego parece ter desbancado temores tão graves quanto os assaltos, a poluição, a seca ou as enchentes.

Não há nada de surpreendente nessa realidade, pois enfrentamos hoje a crise econômica mais grave de que se tem registro na história econômica moderna do Brasil. Nenhum outro período — nem mesmo no começo dos anos 30, quando o País viveu o choque da grande depressão mundial — foi tão dramático quanto o atual. Na verdade, os efeitos negativos da crise atual ultrapassam os da crise de 1929-1932, como se pode observar pelo gráfico 1. E, comparativamente às dificuldades de hoje, os problemas que a economia brasileira apresentava em meados dos anos sessenta não representam mais do que um suave solavanco, sugerido claramente no mesmo gráfico.

GOVERNO DEMOCRÁTICO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO

José Serra

**A CRISE ECONÔMICA E O
FLAGELO DO DESEMPREGO**

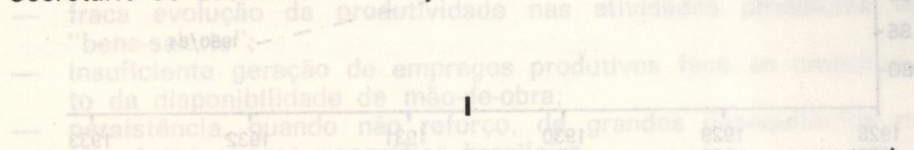
José Serra

A CRISE ECONÔMICA E O FLAGELO DO DESEMPREGO

A CRISE ECONÔMICA E O FLAGELO DO DESEMPREGO *

José Serra

Secretário de Economia e Planejamento



O desemprego é, sem dúvida, o problema número um para a maioria dos brasileiros, como o demonstram claramente as diversas pesquisas de opinião pública nos anos recentes. De fato, nesta primeira metade desta década, o fantasma da perda do emprego parece ter desbancado temores tão graves quanto os assaltos, a poluição, a seca ou as enchentes.

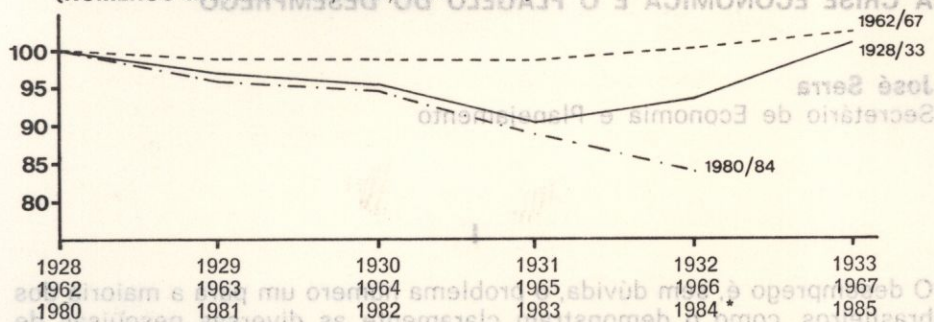
Não há nada de surpreendente nessa realidade, pois enfrentamos hoje a crise econômica mais grave de que se tem registro na história econômica moderna do Brasil. Nenhum outro período — nem mesmo no começo dos anos 30, quando o País viveu o choque da grande depressão mundial — foi tão dramático quanto o atual. Na verdade, os efeitos negativos da atual crise quanto à contração do PIB por habitante ultrapassam aos da crise de 1929-1932, como se pode observar pelo gráfico 1. E, comparativamente às dificuldades de hoje, os problemas que a economia brasileira apresentava em meados dos anos sessenta não representam mais do que um suave solavanco, sugerido claramente no mesmo gráfico.

Por outro lado, na crise de 1929-1932, vários fatores contribuíram para atenuar os efeitos da crise sobre o desemprego: a população urbana era cerca de 16 vezes menor e o campo propiciava condições alternativas de subsistência; além disso, foi possível contrabalançar os efeitos da quebra do café sobre a renda com o aumento da produção industrial voltada para a substituição de importações. Hoje — depois de décadas de industrialização, urbanização e diversificação dos laços com a economia mundial — a contração da atividade econômica e a redução do produto industrial tendem a repercutir de maneira muito mais aguda e prolongada sobre o mercado de trabalho.

* Apresentação no simpósio sobre **Emprego e Desemprego** da 36.ª Reunião Anual da SBPC, São Paulo, 6 de julho de 1984. Agradeço a colaboração de Gesner de Oliveira e de Antonio Kandir, os comentários de José Roberto Mendonça de Barros e a Lídia Goldenstein.

GRÁFICO 1

PRODUÇÃO "PER CAPITA" EM TRÊS RECESSÕES
(NÚMEROS ÍNDICES 1928/1962/1980 = 100)



Fonte: FGV, CONTAS EXTERNAS — VILLELA E SUZIGAN in POLÍTICA DO GOVERNO E CRESCIMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA — 1889/1945.

(*) — Estimativa: declínio de 2.5 do PIB.

II

O colapso econômico de 1981-1984 sobreveio depois de um desempenho extraordinariamente dinâmico da economia brasileira durante os anos após guerra.

Não obstante as flutuações no crescimento, a taxa média de expansão no período, da ordem de 7 por cento ao ano, permitiu dobrar o Produto Interno Bruto (PIB) a cada decênio. Entre o final da 2.ª Guerra Mundial e 1980, a renda por habitante multiplicou-se quase quatro vezes. Nesse período, o País se industrializou, consolidando uma poderosa indústria de insumos básicos, produzindo cerca de quatro quintos dos bens de capital de que necessita e tornando-se auto-suficiente no consumo de bens duráveis.

Devido ao estágio de progresso material atingido, à ampla disponibilidade de força de trabalho e de recursos naturais, à capacidade empresarial existente e ao tamanho do mercado interno, e apesar dos problemas de curto prazo, referentes à inflação e à dívida externa, havia boas expectativas, ao entrarmos nesta década, acerca do dinamismo do desenvolvimento das forças produtivas na economia brasileira a médio e longo prazos.

É verdade que o desenvolvimento brasileiro no pós-guerra foi bastante criticado. Apontaram-se, com razão, diversas distorções, especialmente a tendência a piorar a distribuição de renda, aumentando as distâncias sociais relativas entre os brasileiros. Isso era consequência de quatro fatores:

- salários excessivamente baixos em confronto com a evolução da produtividade do trabalho e da própria acumulação produtiva;
- fraca evolução da produtividade nas atividades produtoras de "bens-salário";
- insuficiente geração de empregos produtivos face ao crescimento da disponibilidade de mão-de-obra;
- persistência, quando não reforço, de grandes desequilíbrios regionais no espaço geográfico brasileiro.

Outra crítica, bastante freqüente, chamava a atenção para a grande participação do capital estrangeiro nos setores-chave da indústria brasileira, imprimindo um caráter marcadamente dependente ao nosso desenvolvimento. Mais recentemente, já na década de setenta, passou-se a apontar uma outra e crucial dimensão desse aspecto relacionada com a dependência financeira.

Apesar de todos esses merecidos reparos ou decepções, creio, porém, que a grande maioria dos críticos do estilo de desenvolvimento brasileiro no pós-guerra concordaria sobre a necessidade de mantermos uma taxa razoável de crescimento em oposição a uma situação de recessão/estagnação prolongada. Tal situação provoca a expansão da pobreza absoluta, a queda do nível de emprego, o retrocesso simultâneo das regiões economicamente mais avançadas e das mais atrasadas, a perda de patrimônio industrial acumulado, o congelamento (e, portanto, o retrocesso) tecnológico e, por último, o reforço dos laços de dependência econômica, não mais associado ao fortalecimento produtivo da economia, mas devido ao seu enfraquecimento.

Em suma, nada pior para resolver os problemas crônicos do nosso desenvolvimento do que um retrocesso no crescimento das forças produtivas. Nada pior para a **bronquite crônica** do desenvolvimento brasileiro do que a erupção de uma prolongada **pneumonia recessiva**.

As causas dessa pneumonia são conhecidas. No início, tivemos os desequilíbrios herdados do milagre econômico e o primeiro choque do petróleo. Ato seguinte, o comportamento do "faz-de-conta que somos uma ilha de prosperidade", com seus desdobramentos nos desequilíbrios e desproporções do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) e no endividamento externo acelerado com taxas de juros variáveis. No terceiro ato, tivemos o segundo choque do petróleo e o aumento dos juros internacionais que, em apenas quatro anos (de 1979 a 1982), custaram ao País 47 bilhões de dólares. Simul-

taneamente, as políticas monetária, cambial, salarial e de condução da dívida externa seguidas em 1979 e 1980 — sem falar na política de inflação corretiva — multiplicaram os efeitos potenciais adversos dos choques externos. O quarto ato foi a mudança de rota adotada em 1981, no caminho da recessão, destinada tanto a gerar superávits comerciais, quanto a recuperar a boa vontade dos meios financeiros internacionais. Por último e apesar do que foi feito em 1981, houve o colapso dessa boa vontade, o **fechamento** do mercado de crédito para o Brasil, o recurso ao Fundo Monetário Internacional (FMI), a retomada do aperto à produção e ao emprego e o empenho denodado para elevar o superávit comercial.

III

Os resultados profundamente negativos deste último quadriênio pesarão durante muito tempo sobre o País. Como já sugerimos, não estamos experimentando apenas uma flutuação econômica normal na marcha do desenvolvimento, mas, sim, a maior depressão econômica de que se tem registro neste século. Ressaltemos algumas características do processo:

- (1) A renda por habitante do País declinou, entre 1980 e 1984, quase 13 por cento, voltando ao nível de 1976. A queda do padrão de vida **médio** dos brasileiros foi de 16,5 por cento, se levarmos em conta também a perda de renda real devido à degradação das relações de troca e à ampliação de remessas ao Exterior por conta dos "serviços a fatores".
- (2) O principal setor onde a crise se manifesta é o industrial. Sua produção declinou cerca de 16 por cento desde 1980 e o emprego, no mesmo período, caiu cerca de 20 por cento, voltando ao nível de onze anos atrás.
- (3) Dentro da indústria, o ramo mais atingido é o de bens de capital, cuja produção desabou em nada menos que 46,5 por cento em apenas três anos, retrocedendo ao nível de 1973. Trata-se de um fato óbvio quando se considera que o ritmo de atividades da indústria de bens de capital depende do nível de investimentos de economia, que declinou também de forma sensível (Tabela 2). O setor de bens de capital, cujo desenvolvimento tanto custou ao País, aparece hoje como o principal candidato a sofrer danos duradouros. Em dezembro de 1983, o índice de ociosidade nas indústrias de bens de capital sob encomenda era cerca de 65 por cento.

TABELA 1
INDICADORES DA CRISE ECONÔMICA (1980 = 100)

ANO	RENDA PER CAPITA		PRODUTO IND.	NIV. UTILIZ. CAPAC. INDUSTR. (1)	EMPREGO INDUSTRIAL		RECEITA REAL DO ICM		INFLAÇÃO MÉDIA (%)	AUMENTO NOS MEIOS PAGAMENTO (%)
	BRASIL	S. PAULO			IBGE	FIESP	BRASIL (exclusive SP)	S. PAULO		
1980	100,0	100,0	100,0	82	100,0	100,0	100,0	100,0	100,2	75,9
1981	96,0	92,2	90,5	74	92,7	91,4	97,3	91,4	109,9	64,3
1982	94,6	89,3	91,2	73	86,2	87,1	101,8	95,1	95,4	73,9
1983	89,4	83,2	85,3	72	79,8	78,8	89,9	81,4	154,5	88,3
1984**	87,3	81,2	84,4	70	79,8	78,8	86,3 (3)	72,9 (3)	212,1	104,7 (3)
	1976	1974	1977/78	—	antes de 1976 (2)		1978	1973	—	—

Os níveis registrados em 1984 correspondem aos níveis dos seguintes anos:

- (1) Sondagens Conjunturais da Indústria — FGV — Dados referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro dos respectivos anos.
- (2) Este indicador começou a ser divulgado em 1976.
- (3) Janeiro-Maio/1983.

(*) Preliminar.
(**) Projeções.

Fontes: Contas Nacionais, IBGE, FIESP, Receita Federal, Banco Central.

(4) Outro setor fortemente atingido é o da construção civil, que também depende diretamente do nível dos investimentos. Esse setor, como se sabe, tem grande importância para o emprego de força de trabalho. Não obstante, sua produção contraiu-se em 18,5 por cento, entre 1980 e 1983. (Tabela 2).

TABELA 2

**INDICADORES SOBRE INVESTIMENTO
NÚMEROS INDICES REAIS (1978 = 100)**

ANO	FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO	INVESTIMENTO NA IND. TRANSF.	PRODUÇÃO DA CONSTRUÇÃO CIVIL	PRODUÇÃO DO SETOR DE BENS DE CAPITAL
1978	100.0	100.0	100.0	100.0
1979	97.9	112.9	103.5	105.7
1980	92.3	107.8	111.6	117.6
1981	82.6	103.2	106.9	92.5
1982	84.6	106.7	107.0	81.9
1983	—	70.1 *	91.0 **	63.5 **

Fontes: Contas Nacionais, Sondagens Conjunturais da Indústria de Transformação, IBGE.

(*) Previsão dos empresários.

(**) Estimativa.

Obs.: — utilizamos como deflator o IPA-bens de produção da "Conjuntura Econômica".
— as previsões das Sondagens Conjunturais devem ser interpretadas com cautela; os números variam consideravelmente conforme a publicação tomada.

(5) Paralelamente, houve um significativo enfraquecimento tributário da União e principalmente dos Estados e dos Municípios, encolhendo a capacidade econômica do setor público tradicional. Trata-se de uma tendência "contra a corrente", pois é precisamente nesta fase que aumenta a demanda por serviços básicos governamentais, em virtude do desemprego e do empobre-

cimento de grande massa da população urbana. É importante notar, ainda, que em face dos programas de "ajustamento econômico" pactados com o FMI, procura-se criar, a nível federal, superávits fiscais, o que compromete parcelas importantes da receita tributária com transferências para o "orçamento monetário".

(6) Também contra a corrente é a crescente impotência dos dois maiores instrumentos de ação social do governo federal, ou seja, o sistema previdenciário e o sistema financeiro de habitação, ambos estreitamente dependentes do crescimento da economia em geral e do volume de salários em particular. Com isso, comprometem-se as pensões dos aposentados, o atendimento dos serviços de saúde, a construção habitacional e as obras de saneamento básico.

(7) O Estado mais vitimado pela crise é São Paulo, onde a renda por habitante caiu perto de 19 por cento (voltando ao nível de 1974); a diminuição do emprego industrial foi da ordem de 21 por cento. Estima-se que no período depressivo, até 1983, houve em São Paulo uma perda líquida de empregos não-agrícolas regularizados da ordem de 660 mil pessoas. Paralelamente, a queda da receita do governo do Estado é a maior do País: entre 1980 e 1984 (janeiro-maio), o ICM caiu 27 por cento em São Paulo e 13,7 por cento nos outros Estados. Cabe ainda levar em conta que o ICM em São Paulo é proporcionalmente mais importante (como fração de sua receita total) do que nos demais Estados e que um bom desempenho das exportações industriais não tem efeito algum sobre a receita do Estado, uma vez que estão isentas desse imposto.

(8) A ação das políticas fiscal e monetária foi, evidentemente, o fator "primário" da contração da atividade econômica, dada suas repercussões em cadeia sobre o emprego e o consumo privado e governamental, bem como sobre o investimento público e as expectativas do setor privado. Mas, a partir de 1983, acrescentou-se um fator contracionista autônomo, representado pelas novas fórmulas oficiais de reajuste (que culminaram com o Decreto-lei n.º 2065), que atingiram diretamente a massa salarial da classe média, num efeito que se sobrepôs ao provocado pelo desemprego.

De fato, a desindexação parcial dos salários não foi acompanhada por um declínio da inflação, circunstância que coloca em xeque sua permanência, ao menos como única desindexação significativa da economia.

(9) A compressão dos salários e a contração econômica, como mostra a Tabela 1, não foram acompanhadas por um declínio de inflação, contrariando de modo até chocante as teorias de que o aperto monetário, a "decepção" do mercado (queda de produção, capacidade ociosa e desemprego) e a compressão dos custos do trabalho são capazes por si só de promover maior estabilidade de preços. A elevada taxa inflacionária (projetada para 1984 em mais de 200 por cento) constitui um dos dois grandes entraves à recuperação dos instrumentos de política econômica. Para sua permanência e propensão a aumentar contribuem não apenas a ampla indexação de direito e de fato existente, como também as políticas cambial, de preços administrados, de juros e tributária. A primeira tem implicado um ritmo real continuado de desvalorização, mesmo depois da maxidesvalorização de fevereiro de 1983. A segunda também tende a levar a fortes reajustes dos preços e tarifas públicas, seja em resposta a exigências do FMI, seja para melhorar a capacidade das empresas públicas de pagarem os serviços de suas dívidas (em boa parte dos casos em dólares). A terceira tem, na prática, perseguido a manutenção dos elevadíssimos juros reais, mesmo quando tendem a baixar face ao enfraquecimento da demanda de crédito. A quarta tem implicado forte aumento de impostos, com repercussões sobre os preços, a fim de compensar os efeitos negativos da recessão sobre a receita tributária federal, bem como para gerar superávits fiscais destinados a cobrir os chamados rombos do orçamento monetário.

(10) Os teóricos do monetarismo, para explicar o desempenho da inflação, têm tido que recorrer, sem grande sucesso, a uma hipotética e esdrúxula causalidade entre a derivada segunda da quantidade real de dinheiro e a evolução dos preços. Ou, alternativamente, às sucessivas ampliações do conceito de quantidade de dinheiro até um M enésimo, sem se perguntarem se a partir de M1 não estão sendo acrescentadas variáveis meramente **endógenas**, sem capacidade explicativa autônoma mesmo dentro dos parâmetros de análise monetarista.

Por outro lado, a prescrição ortodoxa do FMI, que aponta o déficit público (definido de forma igualmente esdrúxula, pois considera, por exemplo, que a variação da dívida de uma empresa estatal faz parte do déficit) como o principal fator inflacionário, não tem sido menos decepcionante. Como se observa pela Tabela 3, a significativa queda do referido déficit tem sido acompanhada de um não menos significativo aumento da taxa de inflação.

TABELA 3

DEFICIT OPERACIONAL COMO PROPORÇÃO DO PIB

	Porcentagens		
	1982 (real)	1983 (real)	1984 (meta)
Governo Central	2,4	—	(0,8)
Empresas Estatais	3,2	1,9	1,2
Previdências, outras agências e programas	(0,2)	(0,5)	(0,7)
Total Governo Federal	5,4	1,4	(0,3)
Estados e Municípios	0,6	1,3	—
Total Setor Público	6,0	2,5	(0,3)
Inflação	95,4	154,5	212,1 (1)

Fontes: Exposição de Motivos do D. L. n.º 2065, 5.ª Carta de Intenções ao FMI e BACEN.

(1) Projeção.

(11) Outro grande entrave para a expansão econômica reside no chamado estrangulamento externo, que permanece, apesar do grande esforço que significou, de um lado, expandir o volume físico das exportações em quase 30 por cento entre 1980/1983 e, do outro, comprimir as importações em 34 por cento no mesmo período. Os superávits comerciais obtidos têm sido consideráveis (apesar da deterioração das relações de troca), mas, como era previsível, não foram capazes de resolver o problema da grande vulnerabilidade externa, sobredeterminada por restrições de natureza financeira. De fato, a principal responsabilidade pelas dificuldades do balanço de pagamentos cabe à combinação de um elevado déficit financeiro com a retração dos credores internacionais, que, na prática, suspenderam o funcionamento do mercado financeiro externo para o Brasil, impondo um severo racionamento de crédito. Esta realidade estreita notavelmente o raio de manobra da política econômica e torna remota a perspectiva de um quadro expansionista sustentado, pelo menos dentro dos marcos dessa política.

(12) Produz-se hoje uma perversa assimetria: enquanto decisão de política econômica, a recessão foi deflagrada já no final de 1980, sobretudo em virtude do constrangimento externo e com a finalidade, entre outras, de gerar superávits comerciais. Mas a geração desses superávits, uma vez conseguida, não permite a retomada do crescimento, pois: (i) a componente financeira do desequilíbrio externo foi agravada pela retração dos credores; (ii) os juros internacionais face às ameaças de alta, sublinham, para os responsáveis pela política econômica, a necessidade de manter reservas de divisas elevadas e em aumento; (iii) a inflação mantém-se elevada, o que constitui um fator de inibição para qualquer política não restritiva, mormente numa economia monitorada pelo FMI.

(13) De fato, a política econômica de "ajuste", segundo o receituário do FMI, tem sido ineficaz para atingir seus próprios objetivos, não obstante o elevado custo social que implica. Com efeito, ao contrário das economias capitalistas desenvolvidas, onde tal ajuste tem sido melhor sucedido, a economia brasileira apresenta pelo menos três especificidades que embaraçam a terapêutica do FMI: (i) a profundidade dos desequilíbrios estruturais, que magnificam as variações de preços relativos e, portanto, a inflação, além de prolongar no tempo as mudanças desejadas; (ii) a indexação e a baixa credibilidade da política governamental, que, juntamente com a fator (i) provocam uma monumental e resistente inércia inflacionária; (iii) as draconianas restrições do crédito externo, os elevados juros internacionais **reais** e a grande magnitude do desequilíbrio financeiro do balanço de pagamentos, circunstanciais que impedem que os superávits comerciais freiem o ritmo de desvalorização cambial da moeda doméstica **vis à vis** a inflação, fator que poderia ter, **coeteris paribus**, um papel antiinflacionário.

(14) O aspecto mais bem sucedido da política econômica pós 1979 foi a menor dependência em relação ao petróleo. Conforme mostra a Tabela 4, a produção interna triplicou no período 1979/84, passando a representar cerca da metade do consumo aparente em 1984. Por sua vez, este último declinou não apenas devido à recessão, mas também em função da substituição do petróleo por fontes alternativas. Estima-se que essa substituição tenha chegado à casa dos 150 mil barris/dia graças ao álcool (que responderia por algo em torno de 57 por cento deste total), ao carvão vegetal, à energia hidrelétrica e à madeira.

Assim, boa parte da economia de divisas com o petróleo e seus derivados — o dispêndio líquido com este item passou de

US\$ 9,4 bilhões em 1980 para US\$ 4,8 bilhões em 1984 — é atribuível a este esforço. É bem verdade que significativa parcela dos investimentos necessários para o aumento da produção foi realizada antes de 1979, mas prosseguiu nos anos seguintes. Quanto às fontes alternativas, o impulso ocorreu realmente depois de 1979, embora os programas implementados (p. ex. o PROALCOOL) sejam objeto de inúmeros reparos.

Tais circunstâncias aliadas ao grande salto das indústrias de bens de produção como decorrência dos investimentos associados ao II PND, contribuíram para que a violenta contração das importações não fosse o reflexo exclusivo da retração da atividade econômica, embora esta constituísse o fator principal.

TABELA 4

CONSUMO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO

ANO	CONSUMO	PRODUÇÃO
1979	1 165	170
1980	1 122	188
1981	1 062	220
1982	1 056	268
1983	962	339
1984 *	962*	470

Fonte: PETROBRAS.

(*) Dados preliminares.

IV

Com relação às tendências atuais, pode-se avaliar melhor os efeitos prolongados da presente crise, considerando que:

- (1) Se o PIB crescer 5 por cento ao ano a partir de 1985, somente em 1990 voltaremos à renda por habitante de 1980.
- (2) Se o produto industrial crescer a partir de 1985 cerca de 6 por cento anuais, o nível de emprego desse setor em 1980 só poderá ser recuperado em 1984. Mesmo que a referida taxa se elevasse a 10 por cento, aquela recuperação ocorreria apenas no final desta década.
- (3) Do mesmo modo, e isto é fundamental, juntamente com a deterioração das condições de emprego, tende a configurar-se um quadro de empobrecimento que leva à insegurança e ao rebaixamento da qualidade de vida de grande parte da população, no que se refere às condições elementares de nutrição, saúde e educação, com seus óbvios desdobramentos sobre o nível de produtividade do trabalho a médio e longo prazos, e com suas inevitáveis implicações políticas e sociais.
- (4) A retração dos investimentos tem, entre outras, duas conseqüências bastante maléficas quanto à capacidade produtiva da economia brasileira. A curto prazo, além de provocar a retração da atividade, leva à "desmontagem" de equipes de desenvolvimento de pesquisas e projetos (por exemplo, no âmbito das indústrias química e de bens de capital), o que traz perdas irreparáveis ao País, uma vez que não se montam instantaneamente equipes de alto nível entrosadas e treinadas para o avanço tecnológico. A médio e longo prazos, pode prejudicar de forma contundente o parque industrial brasileiro e até mesmo suas possibilidades para exportar manufaturados, como conseqüência dos desestímulos à ampliação da capacidade produtiva e ao aprimoramento tecnológico. Este fato é especialmente dramático numa fase em que se processam mudanças tecnológicas que poderão promover alterações significativas no atual quadro de divisão internacional do trabalho.

TABELA 5

RECUPERAÇÃO DOS NÍVEIS DE RENDA, PRODUTO E EMPREGO DE 1980

VARIÁVEIS	HIPÓTESES PARA 1985 E ANOS SEGUINTE	ANO
— Renda per capita (Brasil)	PIB = 5% a. a. população = 2,4% a. a.	1990
— Renda per capita (SP)	PIB = 5% a. a. população = 3% a. a.	1995
— Prod. Ind. (transf. e extrativa)	Produção Indust. 6% a. a.	1987
— Emprego Industrial (IBGE)	Produção Indust. 6% a. a.	1994

Fonte: Tabela 1.

V

A QUESTÃO DO EMPREGO

Voltemos ao problema do desemprego, levantando cinco questões básicas: (1) uma digressão necessária sobre os tipos de desemprego existentes; (2) uma avaliação do problema tal como se manifesta no Brasil num horizonte mais amplo de tempo; (3) uma avaliação do agravamento do desemprego desde 1980 e sua projeção para o futuro; (4) está realmente havendo uma recuperação dos níveis de emprego ao longo de 1984? (5) em que medida essa recuperação, se de fato existir, poderá manter-se de forma sustentada?

- (1) É importante recordar os tipos de desemprego existentes. De fato, como os diferentes tipos têm causas específicas diversas, sua definição é essencial para os diagnósticos e à formulação de políticas destinadas a combatê-las.

Os economistas costumam distinguir o desemprego **voluntário** do **involuntário**. No voluntário, o cidadão simplesmente não deseja trabalhar, dados os níveis de remuneração oferecidos no mercado. No involuntário, as pessoas querem trabalhar mas não conseguem emprego ou não conseguem trabalhar o número de horas que desejariam.

É importante notar que, mesmo quando milhares de pessoas estão involuntariamente desempregadas, o fenômeno não é facilmente detectável em todas as suas dimensões. É por isso que se fala em **desemprego disfarçado** ou **subemprego**, que caracteriza uma situação em que indivíduos aparentemente empregados, na realidade, não conseguem utilizar plenamente sua capacidade de trabalho. Alternativamente, há o **desemprego aberto**, ou seja, de pessoas que, involuntariamente ociosas, estão ativamente procurando uma ocupação. Nas economias capitalistas avançadas, a discussão se dá preponderantemente em torno do **desemprego aberto**. Porém, nos países de industrialização mais recente, como é o caso do Brasil, o desemprego disfarçado é particularmente significativo.

No entanto, a distinção mais importante diz respeito à natureza do problema do desemprego. Ele pode ser **estrutural**, isto é, decorrente de fatores mais gerais do funcionamento da economia, ou **cíclico**, decorrente, neste caso, das oscilações periódicas do nível de atividade econômica. Cabe não confundir o **desemprego estrutural** com o chamado **desemprego friccional**, ou seja, aquele que ocorre apesar da disponibilidade de vagas e de pessoas que desejam trabalhar. O **desemprego estrutural** envolve fatores mais gerais, como a forma de organização do processo produtivo, a política tecnológica e os padrões de utilização da terra e de concentração da propriedade no setor agrícola.

Finalmente, convém esclarecer o conceito de **desemprego estacional** (ou **sazonal**). A exemplo do **desemprego cíclico**, trata-se da desocupação provocada por oscilações periódicas do ritmo de atividade. Porém, diferentemente daquele, essas flutuações ocorrem ao longo do ano econômico (ano agrícola ou industrial) e decorrem da distribuição dos processos produtivos no tempo. Assim, alguns cultivos, como a cana-de-açúcar, empregam mão-de-obra apenas uma parte do ano; no setor secundário, há uma ligeira queda no final do ano, quando grande parte das encomendas já foi entregue; o comércio absorve um número mais elevado de empregados às vésperas do Natal etc.

(2) Parece surpreendente afirmar, mas é certo, que no Brasil o crescimento do emprego industrial foi satisfatório, a partir de um horizonte de tempo mais amplo: cerca de 4 por cento ao ano entre 1940 e 1980. Porém, essa taxa, embora alta sob padrões internacionais, não foi capaz de absorver os efeitos provocados pelo elevado crescimento demográfico urbano e pelas formas de exploração agrícola que têm prevalecido, que combinam uma reduzida geração de empregos no setor com baixos níveis médios de produtividade. Por outro lado, o dinamismo da indústria não teve como contrapartida uma evolução satisfatória dos empregos produtivos terciários urbanos, isto como decorrência dos padrões de investimento associados ao estilo de desenvolvimento na fase de industrialização, que discriminaram os serviços públicos essenciais.

O resultado desse processo projetou-se num elevadíssimo **desemprego estrutural**, não tanto sob a forma de desemprego aberto, mas principalmente sob a forma de desemprego disfarçado ou subemprego. Segundo estimativas das Nações Unidas e da Organização Internacional do Trabalho, em 1980, o desemprego aberto no Brasil atingia cerca de 3 por cento da força de trabalho, enquanto o subemprego chegava a algo como 35 por cento. De acordo com as mesmas fontes, se as horas correspondentes ao subemprego fossem convertidas em horas de desemprego aberto equivalente, chegar-se-ia a uma taxa da ordem de 17 por cento que, somada aos 3 por cento de desemprego aberto, resultaria em cerca de 20 por cento de subutilização total da mão-de-obra (ver Tabela 6). Assim, em média equivalente, cerca de 20 por cento da força de trabalho estavam desocupados em 1980, ou seja, não tinham ocupação produtiva mesmo antes do agravamento do problema do desemprego.

Além do enorme **desemprego estrutural**, outros elementos explicam porque o nível de desemprego no Brasil representa um problema social muito grave e menos tolerável do que nas economias capitalistas maduras. Em primeiro lugar, aqui não existe o chamado seguro-desemprego. Na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, os desempregados contam com um seguro que, durante algum tempo, pode evitar, ou ao menos amenizar, os efeitos da perda do emprego sobre sua renda mensal. Acrescente-se a isto o fato de que, no Brasil, os níveis de pobreza absoluta já são elevadíssimos, com quase 40 por cento da população economicamente ativa percebendo menos de um salário mínimo (ver Tabela 7). Em segundo lugar, porque em nosso País as taxas de crescimento da força de trabalho são bastante elevadas, acrescentando a cada ano um grande contingente de pessoas no mercado de trabalho (ver Tabela 8).

TABELA 6

EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO ABERTO, DESEMPREGO EQUIVALENTE E DA SUBUTILIZAÇÃO TOTAL DA MÃO-DE-OBRA

CATEGORIA	(EM %)		
	1950	1970	1980
(a) Taxa de desemprego aberto	3,4	2,5	2,9
(b) Taxa de desemprego equivalente (*)	20,2	21,4	17,0
(c) Taxa de subutilização total (a) + (b)	23,6	23,9	19,8

Fonte: OIT-PREALC, Nações Unidas.

(*) Taxa de subemprego corrigida pela intensidade média de subutilização da mão-de-obra, de modo a ficar comparável com a taxa de desemprego aberto.

TABELA 7

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA E SEUS RENDIMENTOS — 1980

FAIXAS DE RENDIMENTOS	PESSOAS	%
Menos de 1 salário mínimo	16.904.000	38,6
Entre 1 e 2 salários mínimos	12.528.000	28,6
Entre 2 e 5 salários mínimos	9.526.000	21,8
Mais de 5 salários mínimos	4.836.000	11,0
TOTAL	43.794.000	100,0

Fonte: IBGE.

TABELA 8

TAXAS MÉDIAS DE CRESCIMENTO POPULACIONAL DAS PRINCIPAIS ECONOMIAS DO MUNDO OCIDENTAL

PAIS	(% A.A.)
Estados Unidos	1,3
Japão	1,1
Alemanha Ocidental	0,7
França	0,8
Inglaterra	0,3
Itália	0,6
Canadá	1,9
Brasil	2,7
México	3,1
Argentina	1,5

Fonte: ONU.

- (3) Ao elevado **desemprego estrutural** — sintoma básico da “bronquite crônica” do desenvolvimento brasileiro — sobrepôs-se, desde 1980, um forte desemprego conjuntural — característica principal da “pneumonia econômica” associada à retração do nível de atividades.

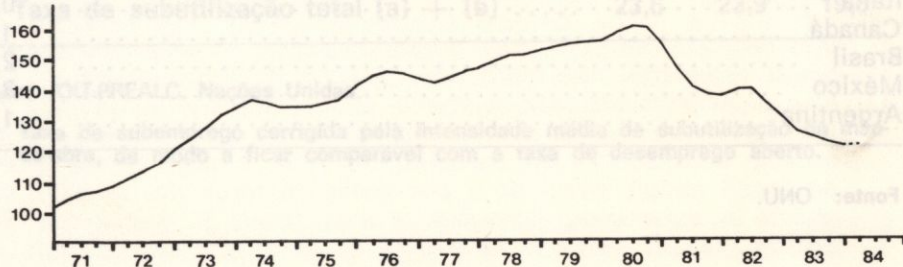
Infelizmente, os dados do IBGE sobre desemprego não nos permitem uma boa avaliação do que aconteceu. Tais dados baseiam-se na categoria de **desemprego aberto**, mais apropriada aos países desenvolvidos, onde existe seguro-desemprego. Além disso, os critérios e métodos de apuração do IBGE têm sofrido mudanças ao longo do tempo (abril de 1982, por exemplo), o que torna difícil a comparabilidade temporal dos dados obtidos.

Mas é possível realizar boas aproximações com outros dados, algumas já citadas: na indústria paulista, em 1981/83, foram perdidos os empregos criados ao longo dos oito anos anteriores (ver Tabela 1 e Gráfico 2). Ainda em São Paulo, cerca de 660 mil empregos não-agrícolas regularizados foram eliminados durante o mencionado triênio (ver Tabela 7), perfazendo 13 por cento do pessoal empregado em dezembro de 1980. Ao mesmo tempo, deixou-se de absorver um enorme contingente de novos trabalhadores em potencial: cerca de 800 mil pessoas.

É preciso insistir no fato de que as conseqüências do desaba-
mento da atividade econômica sobre o emprego, em 1981/84,
permanecerão, infelizmente, por muito tempo. Basta mencionar
que, **mesmo que** o PIB volte a crescer 5 por cento ao ano, a
partir de 1985, poderemos ter cerca de 11 milhões de desempre-
gados no País, em 1990.

GRÁFICO 2

NÍVEL DE EMPREGO INDUSTRIAL NA GRANDE SÃO PAULO — 1971/1984
médias trimestrais — base: dez. 1970 = 100



Fonte: FIESP.

--- Previsão.

Na indústria, como já se mencionou, a recuperação do dinamismo
a partir de 1985 permitiria que somente em 1987 retomássemos
o nível de emprego de 1980.

- (4) A chamada recuperação do crescimento de emprego em 1984 tem
sido modestíssima, em termos absolutos e em comparação com
outros anos.

No primeiro quadrimestre de 1984, foram gerados 27 mil empre-
gos na indústria de transformação paulista, o que representa tão-
somente 4,5 por cento dos empregos perdidos no setor em
1981/83 (ver Tabela 9). Isto sem levar em conta o número de
pessoas que ingressaram no trabalho no próprio quadrimestre,
muito maior do que o número de empregos criados no conjunto
do setor formal não-agrícola de São Paulo. Por outro lado, mesmo
comparativamente a 1982, ano de semi-estagnação, o crescimento
do emprego industrial neste semestre não parece justificar
maiores otimismo, como mostra a Tabela 9.

- (5) A continuidade e mesmo a dinamização da modesta recuperação
do nível de emprego dependem, como é óbvio, de uma firme
retomada do crescimento econômico, perspectiva que não se
vislumbra dentro dos marcos da atual política econômica. Pri-
meiro, cabe lembrar, o principal fator de expansão do emprego
tem sido as exportações de produtos manufaturados, mas estas
não têm um significado na produção do setor industrial que lhes
permita dinamizar o emprego do conjunto do setor.

TABELA 9

VARIACÃO ABSOLUTA NO NÚMERO DE PESSOAS EMPREGADAS NO ESTADO DE
SAO PAULO (EMPREGO FORMAL NÃO-AGRÍCOLA)

EM MIL PESSOAS

SETORES	1981	1982	1983	JAN-ABR 1984	TOTAL
Ind. Transf.	(417)	(40)	(135)	27	(565)
Outros	(60)	55	(63)	11	(57)
Total	(477)	15	(198)	38	(622)

Fontes dos Dados Brutos: SINE-Mtb e RAIS.

TABELA 10

INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO — SÃO PAULO

REGIÃO METROPOLITANA — VARIÇÃO PERCENTUAL DO NÍVEL DE EMPREGO SOBRE DEZEMBRO DO ANO ANTERIOR

ANO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL
1978	0,09	0,49	0,96	1,55
1979	0,88	1,45	1,36	1,70
1980	0,03	(0,10)	0,29	0,16
1981	(1,30)	(2,74)	(4,4)	(5,8)
1982	0,08	0,05	0,38	0,84
1983	(1,76)	(2,84)	(3,70)	(4,09)
1984	(0,23)	(0,08)	0,02	0,42

Fonte: SINE-Mtb.

Mas ainda convém notar que o dinamismo das exportações industriais está determinado, em grande medida, por fatores **exógenos** à economia brasileira, inclusive pelo comportamento do mercado norte-americano, responsável por metade do saldo comercial brasileiro do período janeiro-maio de 1984. A dependência das exportações em relação ao mercado norte-americano no período recente é transparente: as vendas do País aos Estados Unidos subiram de 20 a 30 por cento do total das exportações brasileiras em apenas um ano.

Quanto ao mercado interno, o obstáculo básico reside na política monetária extremamente restritiva, no significativo superávit fiscal federal e na contração da massa real de salários, incompatíveis com a dinamização da economia doméstica. A inflação elevada (e em ascensão neste segundo semestre) inviabiliza, dentro daqueles marcos, qualquer afrouxamento e, a curto prazo, põe a perder metas acordadas com o Fundo Monetário, circunstância que provoca um reforço da prescrição ortodoxa, não obstante sua ineficácia. Ironicamente, o superávit comercial, ao traduzir-se em aumento das reservas de divisas e na, contrapartida de aumento dos meios de pagamento, pressiona o aumento da dívida e do próprio "déficit" público, confirmando a "necessidade" das medidas contencionistas.

VI

O que fazer diante de um quadro tão dramático? O critério básico reside numa mudança em profundidade da política econômica que, por sua vez, exige mudanças institucionais e políticas de grande alcance, para viabilizar e sustentar sua formulação e implementação.

Convém, de início, mencionar um aspecto do que não deve ser feito, porque muitas vezes a inexistência de opções claras parece justificar a adoção de políticas desastrosas. No caso, não se deve reduzir os salários reais com o propósito de conseguir um aumento do nível de emprego, porque tal redução tem um efeito inverso, reduzindo a demanda de bens consumidos pelos assalariados, criando problemas adicionais para o setor industrial e obrigando as fábricas a demitir um número maior de trabalhadores.

Para elaborar um programa contra o desemprego é necessário, em primeiro lugar, distinguir medidas destinadas à geração de novos empregos de outras que procurem amenizar a situação dos desempregados. Em segundo lugar, há que ordenar as propostas no tempo, isto é, separá-las conforme sejam passíveis de implementação a curto, médio ou longo prazos.

No que se refere à geração de novos empregos a curto e médio prazos, o aspecto básico é a retomada do crescimento da atividade econômica. Como já mencionei, a economia brasileira vive, na questão do emprego, como uma pessoa que sofresse há décadas um problema grave de bronquite crônica — o desemprego estrutural — e apanhasse por cima uma pneumonia — a recessão. Não é possível cuidar da bronquite sem antes curar a pneumonia. A componente estrutural do desemprego é bastante séria, mas o ponto crítico hoje é a queda do nível de atividades.

Evidentemente, a retomada do crescimento econômico exige uma política bastante cuidadosa. De um lado, são necessárias medidas de emergência nos campos fiscal e financeiro — do aumento da disponibilidade de crédito à redução das taxas de juros — de modo a liberar a atividade produtiva das amarras que hoje lhe são impostas. Além disso, far-se-ia necessário, a curto prazo, recompor estoques de alimentos (mesmo via importações) para atender ao crescimento da demanda.

Ao mesmo tempo, tal política deve ser seletiva, definindo-se claramente os incentivos que serão dados, as atividades que serão estimuladas e os bens e serviços que serão produzidos. É fundamental, por

exemplo, que seja privilegiada a substituição de importações (simultânea a um controle seletivo das importações) que, mesmo ao custo de alguma ineficiência a nível microeconômico, pode ser altamente vantajosa para o País. Do ponto de vista macroeconômico, cada dólar poupado mediante a substituição de importações pode permitir que se produza no País o equivalente a sete dólares.

Em segundo lugar, seria preciso estimular as atividades com baixo conteúdo direto e indireto de insumos importados, para pressionar menos a conta comercial e a situação do balanço de pagamentos.

Em terceiro lugar, é necessário definir uma política seletiva de gastos públicos, ou seja, não cortar os gastos públicos globalmente, prejudicando os setores que geram mais emprego, que produzem bens e serviços essenciais para a população e que poupam importações. Dentro desse critério, seria pertinente ativar dois setores específicos. De um lado, os serviços urbanos básicos, que têm um efeito permanente sobre o emprego; de outro, a construção civil, que alia grande utilização de mão-de-obra ao atendimento de uma das grandes carências da população.

A retomada do crescimento, sujeita aos critérios de poupança de importações, geração de empregos e essencialidade da produção, exerceria efeitos dinâmicos sobre o conjunto da economia, beneficiando indiretamente os setores não contemplados na primeira fase. Além disso, uma recuperação econômica moderada, acompanhada de uma adequada política de preços, salários, câmbio e tributação, não iria necessariamente empurrar a inflação, que hoje não decorre de pressões de demanda. Também não agravaria necessariamente a situação do balanço de pagamentos.

Por certo, a retomada do crescimento geraria reações negativas junto aos credores internacionais. Porém, se fosse feita dentro de um contexto de reorganização da política econômica e de ganhos de credibilidade interna, permitiria melhores condições para uma renegociação com os credores, partindo-se da premissa de que, com ou sem crescimento, o País necessita e terá que reprogramar o pagamento de sua dívida externa, aliviando consideravelmente o peso e o crescimento (via redução dos juros) do serviço da dívida para os próximos anos. Além disso, tal renegociação forçosamente teria que significar maior autonomia interna para a reativação do crescimento e as medidas necessárias para viabilizá-la.

Evidentemente, a reativação do crescimento não resolve o problema do desemprego crônico, que requer políticas de maior alcance.

Em primeiro lugar, é razoável supor que a mudança dos padrões da despesa pública, destinada a ampliar e melhorar consideravelmente os serviços de que a população necessita — como saúde, educação básica, segurança e transportes, sem falar na habitação — implicaria apreciável absorção de mão-de-obra. A tabela 11 é ilustrativa a este respeito.

TABELA 11

EMPREGOS DIRETOS E INDIRETOS A SEREM GERADOS PELOS PRINCIPAIS PROJETOS BRASILEIROS (EMPREGOS GERADOS PARA CADA UM MILHÃO DE DÓLARES INVESTIDOS)

PROGRAMA / PROJETO	EMPREGOS
Programa Nuclear	1,8
Itaipu	2,2
Bacia de Campos	2,4
Ferrovia do Aço	3,7
Pólo Petroquímico do Sul	4,0
Tucuruí	4,9
Siderúrgica Tubarão	7,5
Metrô (SP, RJ)	8,7
Açominas	10,6
Transportes em Regiões Metropolitanas	52,6
PROVÁRZEA (irrigação)	166,7

Fonte: IBASE.

Tal orientação deveria ser acompanhada necessariamente por uma maior descentralização fiscal — ou seja, da tributação e dos gastos governamentais — em benefício dos Estados e especialmente dos Municípios. Isto favoreceria não apenas a eficiência dos serviços e o melhor atendimento à população, como também, em muitos casos, a menor exigência de investimentos por unidade de mão-de-obra empregada.

Lembre-se, por outro lado, que os problemas do subemprego e do desemprego estrutural se localizam preponderantemente nos setores de serviços e da agricultura.

No que se refere à tecnologia, o problema consiste nas distorções que acompanham a difusão do progresso técnico e na repartição de seus frutos, mais do que num "excesso" de tecnologia moderna. O aporte tecnológico que convém ao País é aquele que poupa o capital e a mão-de-obra simultaneamente, porquanto isso leva a um aumento da riqueza produzida anualmente, bem como a uma elevação do excedente econômico por unidade de capital-trabalho investida.

As conseqüências piores do chamado desemprego tecnológico não são inevitáveis desde que o excedente oriundo da inovação técnica seja utilizado para gerar mais empregos ou para aumentar o bem-estar da população. Não se trata, portanto, de combater a tecnologia moderna. Trata-se de absorvê-la de maneira adequada, combinando esse processo de incorporação tecnológica com uma política adequada de distribuição dos benefícios gerados pelo progresso técnico. Nesse sentido, o crédito e os investimentos podem ser importantes instrumentos de propagação do progresso técnico para o conjunto da economia, diminuindo a heterogeneidade da estrutura produtiva.

A médio e longo prazos, também deveria ser alterada a forma de incidência dos encargos sociais, de modo a fazê-los recair sobre o valor adicionado da produção e não mais sobre a folha de salários. É, por certo, uma mudança bastante complicada, mas que nem por isso deve ser adiada indefinidamente, porque, sem dúvida, favoreceria o emprego de mais mão-de-obra.

Existiria, ainda, um grupo de medidas relacionadas ao setor agrícola, que vive hoje um sério impasse decorrente da incapacidade de atender simultaneamente a três tipos de demanda: suprir o abastecimento interno, gerar um excedente exportável crescente e produzir substitutos para os combustíveis líquidos derivados do petróleo. Isso exige um salto dos seus padrões produtivos atuais, que só pode ser obtido com melhor aproveitamento dos recursos humanos e com melhor utilização das terras disponíveis. Para tanto, é necessário rever a política de preços, crédito e assistência técnica rurais, redefinir os investimentos públicos e, em algumas regiões do País, alterar os padrões de exploração e propriedade da terra.

Para concluir, parece-me oportuno repetir aqui as palavras finais de uma conferência que fiz sobre o problema do desemprego há mais de um ano, em maio de 1983:

"Muito embora o desemprego tenha assumido proporções tão alarmantes, a ponto de se transformar no maior problema dos assalariados, isto não afetou suficientemente o curso da ação governamental. Até agora, prevaleceu a política de reequilibrar as contas externas e combater a inflação a qualquer preço (e sem sucesso), relegando a um segundo plano seus impactos negativos sobre o nível de emprego. O mais preocupante é que, ao invés de uma revisão crítica do programa adotado, anunciam-se medidas contencionistas ainda mais severas para atender às exigências do Fundo Monetário Internacional. Com efeito, uma redução abrupta adicional do gasto público e um duplo aperto nos salários — pelo aumento do custo de vida decorrente da eliminação dos subsídios e pelo expurgo dos índices de reajuste — conduzirão à rota inexorável de um novo vale recessivo. O perigo de uma ação deste tipo não se restringe aos efeitos negativos sobre o mercado de trabalho — certamente drásticos dado o frágil equilíbrio dos setores não afetados pelas dispensas maciças — senão que poderia cristalizar em desemprego estrutural o vasto contingente de trabalhadores liberados pelo descenso cíclico".

"Mostramos acima que, não bastassem seus resultados discutíveis, a estratégia recessiva onera o País com custos sociais incalculáveis. Além disso, sugerimos diretrizes alternativas que possam inverter a médio e longo prazos a atual ordem de prioridades, pois será impossível retirar o fantasma do desemprego dos lares brasileiros sem colocá-lo como desafio número um de uma nova agenda de política econômica".

Editado pela Coordenadoria de Comunicação Social
Secretaria de Planejamento da Presidência da República
Esplanada dos Ministérios - Bloco K - Sala 825
Telefones: (061) 224-3414 - 224-8445 - 215-4154 a 215-4158
Telex: (061) 2268
Brasília (DF) - CEP 70063

SEPLAN-PR
Secretaria de Planejamento da
Presidência da República

**Programa
de Estabilização**
1ª Edição

**Exposição do Ministro João Sayad, na reunião do Presidente José Sarney
com os Governadores de Estados, Territórios e Distrito Federal,
em 03.03.86.**

Senhor Presidente,
Senhores Ministros,
Senhores Governadores,

A inflação é a face mais perversa da economia brasileira. Cria imensas incertezas, provoca bruscas alterações na renda dos trabalhadores e afeta de modo mais crucial os que ganham menos e não têm como resistir às perdas contínuas no seu poder de compra. Além disso, dá espaço aos especuladores.

A inflação é também a face mais antiga da economia brasileira. Há 50 anos convivemos com taxas de dois dígitos.

Essa longa experiência inflacionária deixou duas conseqüências relevantes. A primeira foi a criação de mecanismos formais e informais de proteção contra os efeitos da inflação, como a correção monetária instituída a partir de 1967.

A segunda conseqüência decorre da primeira. A longa convivência com a inflação e os mecanismos de proteção criaram arraigados hábitos culturais. A sociedade parecia antes preocupada em inventar meios de neutralizar a inflação ou mesmo de aproveitar seus efeitos, do que em iniciar um combate definitivo contra ela.

Foi assim que mecanismos criados para driblar os efeitos da inflação, como a correção monetária, tornaram-se eles mesmos fontes autônomas da enlouquecida corrida de preços.

Fenômenos perverso, arraigado, antigo, alimentado pela sua própria dinâmica, a inflação oferece assim obstáculos difíceis à implementação de qualquer medida. Foi esse combate que a Nova República se dispôs a travar desde os seus primeiros dias. A batalha final iniciamos no dia 28 de fevereiro.

De acordo com o I Plano Nacional de Desenvolvimento, o governo da Nova República aplicou rigorosa estratégia:

— o primeiro passo foi o controle e redução do déficit público, objetivo plenamente atingido com a rigorosa contenção de gastos públicos, a redução das taxas de juros e a reforma tributária aprovada no final do ano passado:

— a estabilização dos preços agrícolas — em seguida ao surto provocado pela seca — foi o segundo momento dessa estratégia.

— o terceiro é a ampla reforma econômica do sistema de preços prescrita pelo Decreto-lei 2.283, de 27 de fevereiro.

O Decreto-lei introduz profundas mudanças na economia. Trata-se de uma verdadeira Constituinte Econômica, instalada em época mais do que oportuna.

O déficit público está efetivamente sob controle e não é mais fonte

autônoma de inflação.

A situação cambial é absolutamente positiva. O País dispõe das reservas que precisa. Produziu, no ano passado, o terceiro superávit comercial do mundo e continua neste ano mantendo o ritmo das suas exportações. A redução nas taxas de juros internacionais e a queda nos preços do petróleo tornam essa situação ainda mais confortável, a ser coroada com uma firme e competente renegociação de nossa dívida externa.

A economia demonstra ainda um ritmo sustentado de crescimento — taxa de 8% no ano passado — e criação de novos empregos. Os salários reais recuperaram-se no ano passado, depois de longo período de arrocho.

Nesse quadro, cuidadosamente definido nos últimos meses, o Governo da Nova República introduz as mais profundas reformas econômicas de que se tem notícia em nossa história.

O ambicioso e revolucionário Programa de Estabilização de Preços substitui o cruzeiro — moeda viciada por uma inflação de quase meio por cento ao dia — pelo cruzado, moeda forte e estável.

Há pontos essenciais nessa mudança, que destaco.

Convertidos em cruzados, os salários mantêm o seu valor real, preservando-se os ganhos obtidos com a política de crescimento da Nova República. Em cima desse salário real médio, foi concedido um abono de 8% para todos os trabalhadores brasileiros. Os que ganham salário mínimo, elevado para 800 cruzados, tiveram um benefício maior: o abono foi de quase 15%.

Limitou-se a correção monetária à caderneta de poupança e ao patrimônio dos trabalhadores guardado no Fundo de Garantia e no PIS/PASEP.

Estabeleceu-se rigoroso congelamento de preços, fixados os principais

preços com base na média real passada.

Aluguéis e prestações da casa própria também estão congelados, depois de convertidos em cruzados conforme a média real dos últimos doze meses.

Ao mesmo tempo em que se constituem um rigoroso cerco à inflação, essas medidas protegem os assalariados de modo permanente. E para que não reste perigo de o trabalhador ser refém da inflação, a reforma introduz a escala móvel de salários, a ser acionada sempre que a alta de preços ultrapasse os 20 por cento.

Introduziu-se ainda o seguro-desemprego, outra antiga reivindicação, que funciona como proteção contra a recessão.

Mas se protege os trabalhadores, a reforma também distribui ônus e sacrifícios:

— aos empresários, que por um período relativamente longo estarão submetidos a um rigoroso controle de preços.

— e ao sistema financeiro, que perde o conforto e a rentabilidade da correção monetária — agora limitada apenas à caderneta de poupança, FGTS e PIS/PASEP.

Mas as reformas agora introduzidas não podem ser apenas um programa do governo federal. Elas dependem, de modo crucial, do apoio da população, de todas as organizações civis da sociedade brasileira, das instituições políticas e dos governos em todos os níveis. A adesão das comunidades à fiscalização de preços — ressalvados excessos condenáveis — indica que a população deposita esperança e confiança no caminho da estabilidade. E de toda parte nos chegam notícias dando conta da ação de governos municipais e estaduais na defesa da reforma monetária.

Mas, com toda certeza, podemos esperar, nestes primeiros momentos,

dificuldades e incompreensões. Uma inflação de tantas décadas criou hábitos arraigados e alguns privilégios, agora eliminados. E mesmo porque a inflação desempenhava um papel social: num processo de ilusão coletiva, enganava a todos, sobretudo os trabalhadores.

A despeito das dificuldades, contamos com o apoio de todos e iniciamos esta batalha absolutamente confiantes.

Esperamos uma inflação de zero por cento em março.

Ultrapassada essa barreira, vencida a guerra contra a inflação, a economia brasileira estará lançada numa rota segura. Uma rota que nos levará à erradicação definitiva da pobreza e à prosperidade sustentada, bases sólidas para consolidação da vida democrática.

Muito Obrigado.

PROGRAMA DE ESTABILIZAÇÃO DOS PREÇOS

	Página
1. Por que a estabilização dos preços.	09
2. O que é o Programa de Estabilização.	09
3. Como o Programa vai afetar a sua vida no dia-a-dia.	10
3.1 -Você e seu dinheiro.....	11
3.2 -Você e suas compras.	11
3.3 -Você no transporte.	11
3.4 -Você e seus compromissos..	11
3.5 -Você e o BNH.....	12
3.6 -Você no seu banco.	13
3.7 -Você e seu depósito de poupança:	13
3.8 -Você e seu aluguel.....	14
3.9 -Você e seu FGTS e PIS/PASEP.....	14
3.10 -Você e seu salário.	15

1. POR QUE A ESTABILIZAÇÃO DOS PREÇOS

O Programa de Estabilização tem por objetivo eliminar a inflação e manter o poder aquisitivo da moeda.

Com a inflação alta, todos sentimos que a cada dia o nosso dinheiro e o nosso salário compram cada vez menos. Os reajustes e os aumentos salariais, ainda que realizados em períodos cada vez mais curtos, não defendem o poder de compra da população.

No caso da inflação brasileira recente, todos nós tentamos recompor nosso poder aquisitivo, em uma corrida sem fim entre preços e salários. A inflação é o resultado desse jogo em que todos perdem, especialmente os assalariados.

O Programa de Estabilização interrompe essa corrida, assegurando a renda real dos diversos segmentos da sociedade e defendendo o trabalhador através da contenção dos aumentos de preços e da garantia dos aumentos reais obtidos nos salários. A estabilidade de preços também fortalece produtores industriais e agrícolas, permitindo adequada cobertura de seus custos e margens de lucro.

O Programa de Estabilização é um instrumento de combate à inflação compatível com a manutenção do crescimento econômico e do nível de emprego, e, portanto, favorável aos aumentos de produtividade e do salário real.

2. O QUE É O PROGRAMA DE ESTABILIZAÇÃO

O Programa de Estabilização começa com a criação de uma nova moeda, ou seja, com a mudança do padrão de medida dos preços de todos os bens e serviços. Tínhamos o cruzeiro. Agora, temos o cruzado.

Ninguém mais queria o dinheiro antigo, que quase chegou a perder a capacidade de servir de instrumento de comparação entre rendas e preços (entre os nossos ganhos e os nossos gastos). Nessa situação, as pessoas procuram livrar-se rapidamente do dinheiro, trocando-o por produtos e por títulos financeiros protegidos contra a desvalorização da moeda. Isto gera especulação financeira, o que acaba agravando ainda mais a injusta distribuição das perdas provocadas pela inflação.

No caso brasileiro, muitos preços já se encontravam protegidos da inflação pela utilização da ORTN como padrão monetário. Por exemplo: as aplicações em cadernetas de poupança tinham seu valor corrigido todo

mês pela inflação ocorrida. Já os salários e outros preços não tinham a mesma proteção.

A nova moeda que o governo está criando, o cruzado, tem valor constante em comparação com a OTN. É nessa moeda que serão denominados todos os preços da economia — tanto as rendas do capital quanto do trabalho. Assim, o governo está fixando a paridade entre o cruzado e a OTN.

Os preços vão se manter estáveis em cruzados, que é a nova moeda forte. Até à impressão das novas notas de cruzados, as notas antigas da velha moeda, o cruzeiro, serão usadas como notas de cruzados. Assim, uma nota de Cr\$ 1.000 será a nota de Cz\$ 1,00 (um cruzado). Isto significa que basta eliminar três zeros do valor da nota em cruzeiros para se chegar ao valor da nota em cruzados.

Por isso, quem tem notas em cruzeiros deve saber que elas estão automaticamente transformadas em cruzados, com três zeros a menos. Da mesma forma, quem tem depósitos à vista em cruzeiros passa a ter seus depósitos em cruzados. Uma pessoa com Cr\$ 100.000 na sua conta bancária passará, a partir de 1º de março, a possuir 100 cruzados, podendo movimentar, através de cheques, a sua conta no banco.

3. COMO O PROGRAMA VAI AFETAR SUA VIDA NO DIA-A-DIA

O Programa de Estabilização Monetária não se limita ao simples corte de três zeros nas velhas notas em cruzeiros. O governo está criando uma nova moeda, forte e estável, que vai manter seu valor constante em relação à OTN e equilibrado em relação ao dólar.

O cruzeiro, moeda velha e inflacionária, vai desaparecer de nossa economia. Entretanto, durante algum tempo, você terá que conviver com alguns pagamentos e recebimentos calculados ainda em cruzeiros.

Por exemplo, se você tiver comprado no mês passado uma televisão para pagar em seis prestações mensais, você terá compromissos em cruzeiros até o mês de agosto. Como você vai pagar essas prestações na nova moeda, o cruzado, o governo está publicando uma tabela de conversão para você converter os cruzeiros de sua prestação para a nova moeda. Você vai então notar a vantagem de uma moeda estável, pois a cada prestação que tiver que pagar vai desembolsar uma quantidade menor de cruzados.

Mas não será esta a única surpresa agradável que você terá depois da criação do cruzado e do início do Programa de Estabilização de Preços. Vamos explicar como vai ser seu dia-a-dia nestes novos tempos.

3.1 - VOCÊ E SEU DINHEIRO

A partir do dia 1º de março, todo dinheiro que você tem, representado pelas notas do velho cruzeiro, continuará a ter valor. Bastará você cortar três zeros do número de cruzeiros para saber quanto a nota vale em cruzados. Por exemplo, uma nota de Cr\$ 100.000 passará a representar 100 cruzados. A nota de Cr\$ 50.000 passará a representar 50 cruzados, e assim por diante. Por outro lado, se você for comprar alguma coisa que custe 5 cruzados, bastará usar uma nota de Cr\$ 5.000.

A mesma coisa acontecerá com o dinheiro que você tem no banco. Assim, se no dia 1º de março você tiver em sua conta bancária a quantia de Cr\$ 200.000 ela passará a valer imediatamente Cz\$ 200,00, ou seja, 200 cruzados. Você poderá usar normalmente o seu talão de cheques para pagar suas contas, tomando o cuidado de escrever a quantia em cruzados, e não mais em cruzeiros.

3.2 - VOCÊ E SUAS COMPRAS

A partir de agora, todos os preços de bens e serviços estarão fixados em cruzados. Além disso, eles estarão congelados. Não poderão subir, sob pena de graves punições aos comerciantes. O governo está publicando uma lista de preços dos principais produtos que você utiliza. Você será o fiscal. O governo divulgará os telefones e endereços para que você denuncie os infratores. O dinheiro que você tem no bolso já está convertido em cruzados e você já pode usá-lo para pagar normalmente suas contas.

3.3 - VOCÊ NO TRANSPORTE

Como a despesa de transporte é uma parte importante de seus gastos, o governo está tabelando os preços das passagens de ônibus, trens e metrô. Estas passagens serão agora pagas em cruzados.

3.4 - VOCÊ E SEUS COMPROMISSOS

Você tem uma série de compromissos financeiros assumidos no passado, quando a moeda ainda era o cruzeiro, e que vão ser pagos na nova moeda, o cruzado. Como esta nova moeda não é corroída pela inflação, ao contrário do que acontecia com o cruzeiro, a quantidade de cruzados que você precisará para pagar seus compromissos será cada vez menor. Veja como você deverá fazer para pagar seus compromissos:

1. Veja na TABELA DE CONVERSÃO que está publicada neste folheto a data do vencimento de seu compromisso (mês e dia).
2. Divida o valor da prestação pelo número que você encontra na tabela.
3. O resultado desta divisão é o valor da prestação na nova moeda, o cruzado.

Veja um exemplo prático. Você tem duas prestações a pagar, de Cr\$ 100.000 cada uma, a vencerem nos dias 15 de março e 15 de abril. Se você olhar na TABELA, o número referente a 15 de março é 1.055,36 e o correspondente a 15 de abril é 1.212,96. Portanto, o valor, em cruzados, da prestação de março é igual ao valor em cruzeiros (Cr\$ 100.000) dividido por 1.055,36, ou seja, 94,75 cruzados. Já a prestação de abril será igual a 100.000 dividido por 1.212,96, ou seja, 82,44 cruzados.

Como você pode ver a sua prestação de abril é menor, em cruzados, do que a de março. Elas eram iguais em cruzeiros. Esta é uma prova de que a nova moeda vale muito mais do que a antiga.

Vamos tomar outro exemplo de compromissos assumidos no passado, e, portanto, em cruzeiros, e que agora vão ser pagos em cruzados. Por exemplo, você tem uma conta de Cr\$ 10.000 no armazém ou no açougue, para pagar no dia 15 de março. Você deve consultar a TABELA DE CONVERSÃO e localizar o número correspondente ao dia 15 de março. Basta então, dividir o valor da sua conta por esse número para saber quantos cruzados você deve pagar.

3.5 - VOCÊ E O BNH

O BNH vai informar a você o valor de sua prestação da casa própria a partir de abril, já expresso em cruzados. Você não precisa se preocupar com isto. Mas é fácil entender como será feito. O BNH vai calcular o valor médio das prestações que você pagou nos últimos doze meses, ainda na moeda inflacionária, o cruzeiro. Este valor será transformado em cruzados e ficará inalterado durante os próximos doze meses. Você pode ficar tranquilo que o que você gasta com sua prestação da casa própria não vai aumentar em relação ao seu salário.

3.6 - VOCÊ NO SEU BANCO

O saldo de sua conta bancária já foi automaticamente convertido de cruzeiros para a sua nova moeda, o cruzado. Você já pode usá-lo normalmente, através dos seus talões de cheques antigos. Não se esqueça de colocar, a partir de agora, os valores do cheque na nova moeda, o cruzado. Caso você precise sacar dinheiro no banco, basta preencher o cheque e apresentá-lo no caixa.

Quanto aos cheques emitidos até 28 de fevereiro, em cruzeiros, eles continuarão valendo e serão pagos na mesma proporção de Cz\$ 1,00 por Cr\$ 1.000.

Todos os compromissos que você paga normalmente no banco — conta de luz, água, telefone e outros, deverão ser pagos da mesma forma que foi explicada no item "Você e seus compromissos". Já as novas contas virão expressas em cruzados e seu pagamento será automático.

Se você tem aplicações financeiras realizadas em alguma instituição (banco, financeira, corretora, etc.), veja como você deve proceder:

1. Se a sua aplicação foi realizada com juros fixados e sem correção monetária das ORTN (por exemplo, letras de câmbio ou certificados bancários com correção pré-fixada), você deverá obter na TABELA DE CONVERSÃO o valor do fator de conversão correspondente ao dia e ao mês do vencimento de seus títulos. Você vai dividir o valor de resgate expresso ainda em cruzeiros por este fator, para chegar ao novo valor do resgate, agora em cruzados, de sua aplicação.
2. Se a sua aplicação foi realizada com juros fixados e correção monetária pós-fixada igual à variação das ORTN (tais como ORTN, Certificados de Depósito Bancário e outros), veja como você deve proceder: o valor do principal de sua aplicação será reajustado até 28 de fevereiro de 1986 nas bases pactuadas e assim transformado em cruzados usando o fator de conversão de mil cruzeiros por um cruzado.

3.7 - VOCÊ E SEU DEPÓSITO DE POUPANÇA

A Caderneta de Poupança é hoje um instrumento fundamental para a população preservar suas economias. O governo decidiu manter para os depósitos de poupança o seguro contra a inflação. Isto significa que, embora esteja sendo implementado um Programa de Estabilização do Valor da Moeda, a Caderneta de Poupança estará resguardada até mesmo de um pequeno aumento de preços no futuro.

É importante perceber que a Caderneta de Poupança é o único instrumento financeiro com esta vantagem. Isto é um grande benefício para você que tem dinheiro na poupança. Por isso mesmo, o governo está voltando o prazo mínimo de seu depósito para 90 dias, como era antes da inflação acelerar.

Maiores esclarecimentos serão divulgados pelas instituições onde está depositada a sua poupança. Mas desde já você sabe que ficou mantida a proteção dada às suas economias depositadas em Cadernetas de Poupança. Elas continuam a ser aplicação com maior proteção, entre todas.

3.8 - VOCÊ E O SEU ALUGUEL

O seu aluguel também será convertido para a nova moeda, em termos de seu valor real médio.

A partir de março seu aluguel em cruzados ficará fixo por 12 meses.

Para calcular este novo valor em cruzados você deve primeiro considerar o último aluguel pago em cruzeiros e multiplicar pelo fator de atualização correspondente ao mês do último reajuste ou, na hipótese de contrato de locação iniciado depois de fevereiro de 1985, pelo fator de atualização correspondente ao mês inicial do contrato. Em seguida multiplique o valor assim obtido pelo fator 0,7307 no caso de contratos com cláusula de reajuste semestral ou de 0,5266 no caso de contratos com cláusula de reajuste anual, e converta este valor em cruzeiros para cruzados, segundo a regra de conversão de mil cruzeiros por cruzado.

Suponha, por exemplo, que seu aluguel, que tem correção semestral, tenha sido reajustado para Cr\$ 500.000 (quinhentos mil cruzeiros) em novembro de 1985. Você deve multiplicar este valor pelo fator de atualização deste mesmo mês (que é 1,5064), obtendo Cr\$ 753.200. Em seguida, aplique o fator multiplicativo de 0,7307 correspondente aos aluguéis com reajuste semestral, obtendo o valor de Cr\$ 550.363 que se convertem em Cz\$ 550,36 (quinhentos e cinquenta cruzados e trinta e seis centavos), segundo a paridade de 1.000 cruzeiros por cruzado.

Este é o novo valor de seu aluguel em cruzados que não sofrerá qualquer alteração nos próximos doze meses.

3.9 - VOCÊ E SEU FGTS E PIS/PASEP

Para você saber o saldo das suas contas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e do PIS/PASEP em cruzados, em primeiro lugar, corrija o

valor em cruzeiros pelo Fator de Atualização de dezembro do Anexo III do Decreto-lei 2.283, de 27 de fevereiro de 1986. Desta maneira você, inicialmente, recupera o valor integral de seu FGTS de 1º de janeiro de 1986, através do reajuste de 32,92%, correspondente a correção monetária acumulada no bimestre janeiro/fevereiro de 1986. O saldo atualizado em cruzeiros deve agora ser transformado em cruzados, através da sua divisão por mil. Vamos dar um exemplo:

1. Suponhamos que o saldo de sua conta do FGTS ou do PIS/PASEP em 1º de janeiro de 1986 era de Cr\$ 10.000.000.
2. Em primeiro lugar, vamos atualizar esse valor de 1º de janeiro de 1986 para 1º de março de 1986, através de sua multiplicação pelo fator de atualização de dezembro (1,3292). Como resultado teremos Cr\$ 13.292.000.
3. Em segundo lugar, vamos dividir este valor por 1.000 para obter o saldo da sua conta em cruzados. Desta maneira você chegará ao valor de Cz\$ 13.292.

Futuramente, este valor estará protegido por uma eventual inflação, através de sua correção periódica pelo Índice de Preços ao Consumidor (Art. 5º do Decreto-lei 2.283, de 27 de fevereiro de 1986).

3.10 - VOCÊ E SEU SALÁRIO

Você já percebeu que seu salário valia cada vez menos. Seu poder de compra diminuía a cada salário que você recebia. Este é o resultado da maior velocidade dos aumentos de preços. Mesmo que você tivesse reajustes mais curtos, era impossível manter o mesmo padrão de vida. Os preços corriam sempre à frente de seus salários.

Só há uma maneira de acabar com este processo injusto: estabilizar os preços. Com o Programa de Estabilização e o controle rigoroso dos preços vamos obter esta estabilidade. Seu salário na nova moeda chegará ao fim de cada mês comprando mais mercadoria e serviço do que seria possível na situação anterior. A partir do mês de março os salários já serão pagos na moeda forte. O seu salário normal, na nova moeda, será calculado da seguinte forma:

1. Você vai pegar os salários, inclusive abonos e antecipações, recebidos ainda em cruzeiros durante os últimos seis meses, e multiplicar o valor de cada mês pelo FATOR DE ATUALIZAÇÃO do mês correspondente. Você vai encontrar estes fatores de atualização na TABELA publicada logo a seguir.

Obtidos os valores de seus salários mensais, atualizados na forma descrita, você vai agora somá-los e dividir o total por seis. Você assim procedendo estará calculando o valor real de seu salário em cruzeiros recebidos durante os últimos seis meses. Agora, vai converter este resultado na nova moeda, o cruzado, na relação Cz\$ 1,00 (um cruzado) para cada Cr\$ 1.000 (mil cruzeiros). Vamos dar um exemplo:

1. Suponha que seus salários em cruzeiros, durante os últimos seis meses tenham sido os seguintes:

MÊS	SALÁRIO	ANTECIPAÇÕES OU ABONOS	SALÁRIO TOTAL
(1)	(2)	(3)	(4)
SETEMBRO	Cr\$ 1.500.000	—	Cr\$ 1.500.000
OUTUBRO	Cr\$ 1.500.000	—	Cr\$ 1.500.000
NOVEMBRO	Cr\$ 1.500.000	—	Cr\$ 1.500.000
DEZEMBRO	Cr\$ 1.500.000	Cr\$ 450.000	Cr\$ 1.950.000
JANEIRO/86	Cr\$ 1.500.000	Cr\$ 450.000	Cr\$ 1.950.000
FEVEREIRO/86	Cr\$ 1.500.000	Cr\$ 450.000	Cr\$ 1.950.000

Você vai notar que em seu salário total no mês de dezembro não foi incorporada a parcela referente ao décimo terceiro salário. Como está previsto na lei do 13º salário, também este ano ele vai ser igual a seu salário, agora em cruzados, do mês de dezembro próximo.

Calculado agora seu salário mensal total, vamos atualizá-lo usando fatores de atualização correspondentes a cada mês, que você vai extrair da tabela de Fatores de Atualização do Anexo III do Decreto-lei 2.283, de 27 de fevereiro de 1986.

MÊS	FATOR DE ATUALIZAÇÃO	SALÁRIO TOTAL	SALÁRIO ATUALIZADO
(1)	(2)	(3)	(4)
SETEMBRO	1,8351	Cr\$ 1.500.000	Cr\$ 2.752.650
OUTUBRO	1,6743	Cr\$ 1.500.000	Cr\$ 2.511.450
NOVEMBRO	1,5068	Cr\$ 1.500.000	Cr\$ 2.260.200
DEZEMBRO	1,3292	Cr\$ 1.950.000	Cr\$ 2.591.940
JANEIRO/86	1,1436	Cr\$ 1.950.000	Cr\$ 2.230.020
FEVEREIRO/86	1,0000	Cr\$ 1.950.000	Cr\$ 1.950.000

Soma Cr\$ 14.296.260

Uma vez obtido o total de seu salário atualizado, divida-o por seis, chegando, assim, ao valor do seu salário real médio, ainda em cruzeiros, durante os últimos seis meses. Agora você pode convertê-lo facilmente em cruzados simplesmente dividindo-o por 1.000. No nosso exemplo, isto seria feito assim:

1. Cálculo de seu salário atualizado médio:

$$14.296.260 : 6 = 2.382.710$$

2. Conversão de seu salário atualizado médio em cruzados:

$$2.382.710 : 1.000 = \text{Cz\$ } 2.382,71$$

Este valor em cruzados já restabelece o seu poder de compra médio dos últimos seis meses. Além disso, você terá um ganho real de salário. Você tem direito a um abono de 8% no salário em cruzados. Assim, o salário final em cruzados é obtido multiplicando-se o salário atualizado médio em cruzados pelo fator 1,08. No nosso exemplo teríamos:

3. Incorporação do abono de 8%:

$$\text{Cz\$ } 2.382,71 \times 1,08 = \text{Cz\$ } 2.573,33$$

Esta é a forma geral de conversão de seu salário em cruzados. Esclarecimentos sobre casos específicos serão prestados brevemente.

Se você ganha salário mínimo, seu salário na nova moeda será de Cz\$ 800,00 (oitocentos cruzados). O salário mínimo em cruzados já incorpora um ganho real de 15,47% que é superior ao abono de 8% concedido a todos os assalariados.

**FATOR DE CONVERSÃO
(Cruzeiros por Cruzado)**

DATA	CRUZEIROS/CRUZADO
MÊS: 03	
01.03.861.000,00
02.03.861.000,00
03.03.861.000,00
04.03.861.004,50
05.03.861.009,02
06.03.861.013,56
07.03.861.018,12
08.03.861.022,70
09.03.861.027,31
10.03.861.031,33
11.03.861.036,57
12.03.861.041,24
13.03.861.045,92
14.03.861.050,63
15.03.861.055,36
16.03.861.060,11
17.03.861.064,88
18.03.861.069,67
19.03.861.074,48
20.03.861.079,32
21.03.861.084,17
22.03.861.089,05
23.03.861.093,95
24.03.861.098,88
25.03.861.103,82
26.03.861.108,79
27.03.861.113,78
28.03.861.118,79
29.03.861.123,82
30.03.861.128,88
31.03.861.133,96

FATOR DE CONVERSÃO
(Cruzeiros por Cruzado)

DATA	CRUZEIROS/CRUZADO
MÊS: 04	
01.04.86	1.139,06
02.04.86	1.144,19
03.04.86	1.149,34
04.04.86	1.154,51
05.04.86	1.159,71
06.04.86	1.164,93
07.04.86	1.170,17
08.04.86	1.175,43
09.04.86	1.180,72
10.04.86	1.186,04
11.04.86	1.191,37
12.04.86	1.196,73
13.04.86	1.202,12
14.04.86	1.207,53
15.04.86	1.212,96
16.04.86	1.218,42
17.04.86	1.223,90
18.04.86	1.229,41
19.04.86	1.234,94
20.04.86	1.240,50
21.04.86	1.246,08
22.04.86	1.251,69
23.04.86	1.257,32
24.04.86	1.262,98
25.04.86	1.268,66
26.04.86	1.274,37
27.04.86	1.280,11
28.04.86	1.285,87
29.04.86	1.291,66
30.04.86	1.297,47

FATOR DE CONVERSÃO
(Cruzeiros por Cruzado)

DATA	CRUZEIROS/CRUZADO
MÊS: 05	
01.05.86	1.303,31
02.05.86	1.309,17
03.05.86	1.315,06
04.05.86	1.320,98
05.05.86	1.326,92
06.05.86	1.332,90
07.05.86	1.338,89
08.05.86	1.344,92
09.05.86	1.350,97
10.05.86	1.357,05
11.05.86	1.363,16
12.05.86	1.369,29
13.05.86	1.375,45
14.05.86	1.381,64
15.05.86	1.387,86
16.05.86	1.394,11
17.05.86	1.400,38
18.05.86	1.406,68
19.05.86	1.413,01
20.05.86	1.419,37
21.05.86	1.425,76
22.05.86	1.432,17
23.05.86	1.438,62
24.05.86	1.445,09
25.05.86	1.451,59
26.05.86	1.458,13
27.05.86	1.464,69
28.05.86	1.471,28
29.05.86	1.477,90
30.05.86	1.484,55
31.05.86	1.491,23

FATOR DE CONVERSÃO
(Cruzeiros por Cruzado)

DATA	CRUZEIROS/CRUZADO
MÊS: 06	
01.06.86	1.497,94
02.06.86	1.504,68
03.06.86	1.511,45
04.06.86	1.518,25
05.06.86	1.525,09
06.06.86	1.531,95
07.06.86	1.538,84
08.06.86	1.545,77
09.06.86	1.552,72
10.06.86	1.559,71
11.06.86	1.566,73
12.06.86	1.573,78
13.06.86	1.580,86
14.06.86	1.587,98
15.06.86	1.595,12
16.06.86	1.602,30
17.06.86	1.609,51
18.06.86	1.616,75
19.06.86	1.624,03
20.06.86	1.631,34
21.06.86	1.638,68
22.06.86	1.646,05
23.06.86	1.653,46
24.06.86	1.660,90
25.06.86	1.668,37
26.06.86	1.675,88
27.06.86	1.683,42
28.06.86	1.691,00
29.06.86	1.698,61
30.06.86	1.706,25

FATOR DE CONVERSÃO
(Cruzeiros por Cruzado)

DATA	CRUZEIROS/CRUZADO
MÊS: 07	
01.07.86	1.713,93
02.07.86	1.721,64
03.07.86	1.729,39
04.07.86	1.737,17
05.07.86	1.744,99
06.07.86	1.752,84
07.07.86	1.760,73
08.07.86	1.768,65
09.07.86	1.776,61
10.07.86	1.784,61
11.07.86	1.792,64
12.07.86	1.800,70
13.07.86	1.808,81
14.07.86	1.816,95
15.07.86	1.825,12
16.07.86	1.833,34
17.07.86	1.841,59
18.07.86	1.849,87
19.07.86	1.858,20
20.07.86	1.866,56
21.07.86	1.874,96
22.07.86	1.883,40
23.07.86	1.891,87
24.07.86	1.900,38
25.07.86	1.908,94
26.07.86	1.917,53
27.07.86	1.926,16
28.07.86	1.934,82
29.07.86	1.943,53
30.07.86	1.952,28
31.07.86	1.961,06

FATOR DE CONVERSÃO
(Cruzeiros por Cruzado)

DATA MÊS: 08	CRUZEIROS/CRUZADO
01.08.86	1.969,89
02.08.86	1.978,75
03.08.86	1.987,65
04.08.86	1.996,60
05.08.86	2.005,58
06.08.86	2.014,61
07.08.86	2.023,67
08.08.86	2.032,78
09.08.86	2.041,93
10.08.86	2.051,12
11.08.86	2.060,35
12.08.86	2.069,62
13.08.86	2.078,93
14.08.86	2.088,29
15.08.86	2.097,69
16.08.86	2.107,12
17.08.86	2.116,61
18.08.86	2.126,13
19.08.86	2.135,70
20.08.86	2.145,31
21.08.86	2.154,96
22.08.86	2.164,66
23.08.86	2.174,40
24.08.86	2.184,19
25.08.86	2.194,02
26.08.88	2.203,89
27.08.86	2.213,81
28.08.86	2.223,77
29.08.86	2.233,78
30.08.86	2.243,83
31.08.86	2.253,92

FATOR DE CONVERSÃO
(Cruzeiros por Cruzado)

DATA MÊS: 09	CRUZEIROS/CRUZADO
01.09.86	2.264,07
02.09.86	2.274,26
03.09.86	2.284,49
04.09.86	2.294,77
05.09.86	2.305,10
06.09.86	2.315,47
07.09.86	2.325,89
08.09.86	2.336,36
09.09.86	2.346,87
10.09.86	2.357,43
11.09.86	2.368,04
12.09.86	2.378,69
13.09.86	2.389,40
14.09.86	2.400,15
15.09.86	2.410,95
16.09.86	2.421,80
17.09.86	2.432,70
18.09.86	2.443,65
19.09.86	2.454,64
20.09.86	2.465,69
21.09.86	2.476,78
22.09.86	2.487,93
23.09.86	2.499,13
24.09.86	2.510,37
25.09.86	2.521,67
26.09.86	2.533,02
27.09.86	2.544,41
28.09.86	2.555,86
29.09.86	2.567,37
30.09.86	2.578,92

FATOR DE CONVERSÃO
(Cruzeiros por Cruzado)

DATA	CRUZEIROS/CRUZADO
MÊS: 10	
01.10.86	2.590,52
02.10.86	2.602,18
03.10.86	2.613,89
04.10.86	2.625,65
05.10.86	2.637,47
06.10.86	2.649,34
07.10.86	2.661,26
08.10.86	2.673,23
09.10.86	2.685,26
10.10.86	2.697,35
11.10.86	2.709,49
12.10.86	2.721,68
13.10.86	2.733,93
14.10.86	2.746,23
15.10.86	2.758,59
16.10.86	2.771,00
17.10.86	2.783,47
18.10.86	2.796,00
19.10.86	2.808,58
20.10.86	2.821,22
21.10.86	2.833,91
22.10.86	2.846,66
23.10.86	2.859,47
24.10.86	2.872,34
25.10.86	2.885,27
26.10.86	2.898,25
27.10.86	2.911,29
28.10.86	2.924,39
29.10.86	2.937,55
30.10.86	2.950,77
31.10.86	2.964,05

FATOR DE CONVERSÃO
(Cruzeiros por Cruzado)

DATA	CRUZEIROS/CRUZADO
MÊS: 11	
01.11.86	2.977,39
02.11.86	2.990,79
03.11.86	3.004,25
04.11.86	3.017,77
05.11.86	3.031,35
06.11.86	3.044,99
07.11.86	3.058,69
08.11.86	3.072,45
09.11.86	3.086,28
10.11.86	3.100,17
11.11.86	3.114,12
12.11.86	3.128,13
13.11.86	3.142,21
14.11.86	3.156,35
15.11.86	3.170,55
16.11.86	3.184,82
17.11.86	3.199,15
18.11.86	3.213,55
19.11.86	3.228,01
20.11.86	3.242,53
21.11.86	3.257,13
22.11.86	3.271,78
23.11.86	3.286,51
24.11.86	3.301,29
25.11.86	3.316,15
26.11.86	3.331,07
27.11.86	3.346,06
28.11.86	3.361,12
29.11.86	3.376,25
30.11.86	3.391,44

**FATOR DE CONVERSÃO
(Cruzeiros por Cruzado)**

DATA MÊS: 12	CRUZEIROS/CRUZADO
01.12.86	3.406,70
02.12.86	3.422,03
03.12.86	3.437,43
04.12.86	3.452,90
05.12.86	3.468,44
06.12.86	3.484,04
07.12.86	3.499,72
08.12.86	3.515,47
09.12.86	3.531,29
10.12.86	3.547,18
11.12.86	3.563,14
12.12.86	3.579,18
13.12.86	3.595,28
14.12.86	3.611,46
15.12.86	3.627,71
16.12.86	3.644,04
17.12.86	3.660,44
18.12.86	3.676,91
19.12.86	3.693,46
20.12.86	3.710,08
21.12.86	3.726,77
22.12.86	3.743,54
23.12.86	3.760,39
24.12.86	3.777,31
25.12.86	3.794,31
26.12.86	3.811,38
27.12.86	3.828,53
28.12.86	3.845,76
29.12.86	3.863,07
30.12.86	3.880,45
31.12.86	3.897,91

**FATOR DE CONVERSÃO
(Cruzeiros por Cruzado)**

DATA MÊS: 01	CRUZEIROS/CRUZADO
01.01.87	3.915,45
02.01.87	3.933,07
03.01.87	3.950,77
04.01.87	3.968,55
05.01.87	3.986,41
06.01.87	4.004,35
07.01.87	4.022,37
08.01.87	4.040,47
09.01.87	4.058,65
10.01.87	4.076,91
11.01.87	4.095,26
12.01.87	4.113,69
13.01.87	4.132,20
14.01.87	4.150,80
15.01.87	4.169,47
16.01.87	4.188,24
17.01.87	4.207,08
18.01.87	4.226,02
19.01.87	4.245,03
20.01.87	4.264,14
21.01.87	4.283,32
22.01.87	4.302,60
23.01.87	4.321,96
24.01.87	4.341,41
25.01.87	4.360,95
26.01.87	4.380,57
27.01.87	4.400,28
28.01.87	4.420,08
29.01.87	4.439,97
30.01.87	4.459,95
31.01.87	4.480,02

FATOR DE CONVERSÃO
(Cruzeiros por Cruzado)

FATOR DE CONVERSÃO
(Cruzeiros por Cruzado)

DATA	CRUZEIROS/CRUZADO
MÊS: 02	
01.02.87	4.500,18
02.02.87	4.520,43
03.02.87	4.540,78
04.02.87	4.561,21
05.02.87	4.581,74
06.02.87	4.602,35
07.02.87	4.623,06
08.02.87	4.643,87
09.02.87	4.664,77
10.02.87	4.685,76
11.02.87	4.706,84
12.02.87	4.728,02
13.02.87	4.749,30
14.02.87	4.770,67
15.02.87	4.792,14
16.02.87	4.813,70
17.02.87	4.835,37
18.02.87	4.857,12
19.02.87	4.878,98
20.02.87	4.900,94
21.02.87	4.922,99
22.02.87	4.945,14
23.02.87	4.967,40
24.02.87	4.989,75
25.02.87	5.012,21
26.02.87	5.034,76
27.02.87	5.057,42
28.02.87	5.080,17

TABELA

FATORES DE ATUALIZAÇÃO

1985 Março	3,1492
1985 Abril	2,8945
1985 Maio	2,7112
1985 Junho	2,5171
1985 Julho	2,3036
1985 Agosto	2,0549
1985 Setembro	1,8351
1985 Outubro	1,6743
1985 Novembro	1,5068
1985 Dezembro	1,3292
1986 Janeiro	1,1436
1986 Fevereiro	1,0000